

1^a PARTE

1 - Introdução

O programa Rede Social, criado em Portugal pela Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97, de 18 de Novembro, assume-se como um programa estruturante de combate à pobreza e à exclusão social e um instrumento de política social, fundamental no processo de desenvolvimento local pela implementação de processos de planeamento estratégico territorializado, como base da intervenção social.

Esta medida, assente em quatro princípios fundamentais - *integração, articulação, inovação e subsidiariedade*, tem como objectivos fundamentais:

- *Fomentar a articulação e a atuação concertada entre entidades públicas e privadas;*
- *Detetar e promover os encaminhamentos adequados às situações e problemáticas dos indivíduos;*
- *Fomentar uma cobertura concelhia racional e equitativa de equipamentos sociais e serviços;*
- *Potenciar e divulgar o conhecimento sobre as realidades concelhias e fomentar mudanças e inovações a nível da concretização de medidas de política e a nível da intervenção social local.*

A implementação da Rede Social em Montalegre ocorreu em duas fases distintas: a do lançamento e a da execução. Esta última fase teve como principal objetivo a elaboração do Diagnóstico Social do Concelho, instrumento sistémico de objetivação de um conjunto de dados estruturais e conjunturais que retractam a realidade social do concelho e aprofundam as dinâmicas de mudança, as suas potencialidades e os seus obstáculos.

Pretende-se que este Diagnóstico Social funcione como instrumento de reflexão e de participação e como base de trabalho permanente, aberta e dialética, para a compreensão da realidade social do concelho de Montalegre, assumindo-se, desde já e sempre, como um documento inacabado.

2 - Metodologia

A metodologia que orientou o presente diagnóstico caracterizou-se pela pesquisa-ação como forma de garantir a eficácia do presente projeto de intervenção. Dele fazem parte um conjunto de indicadores sugeridos pelo Instituto de Desenvolvimento Social (território, demografia, habitação, educação, saúde, ação social, emprego/desemprego, formação profissional, atividades económicas, associativismo, justiça, pobreza e exclusão) que foram, ao longo do trabalho, explorados com técnicas de recolha de dados (pesquisas na Internet, análise de boletins e de tabelas, estudos setoriais e entrevistas semidiretas).

Para que pudessem ser analisadas as tendências de cada um dos indicadores pré – definidos, optou-se por uma recolha de dados relativos ao espaço temporal de 2004 a 2011, mas nem sempre esta opção foi passível de concretização. Em algumas circunstâncias e, relativamente a algumas das organizações, não existem dados estatísticos sistematizados e disponíveis. Esta tendência foi, entretanto, cruzada e avaliada pela análise da evolução dos dados oficiais dos Censos de 1991 e 2001.

Posteriormente à compilação, análise e ponderação de todos os dados recolhidos, foi cada indicador sujeito a uma análise SWOT, em espaço de pluridisciplinaridade. Partindo desta definição parcial, foram posteriormente identificados os pontos fortes, os pontos fracos, as oportunidades e as ameaças, no contexto global do concelho, por ordem de prioridade, e foram definidas as principais problemáticas e os principais eixos prioritários de ação.

As nossas fontes de informação:

- INE – Instituto Nacional de Estatística
- Câmara Municipal de Montalegre
- Centro de Saúde de Montalegre
- Agrupamento de Escolas de Montalegre
- Centro de Emprego de Chaves
- CDSSS – Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social – Serviço

Local

- IPSS sedeadas no concelho

3 - Caracterização física do concelho

O concelho de Montalegre, situada a norte do distrito de Vila Real, integra-se no Planalto do Barroso, na Província de Trás-os-Montes.

Com uma área total de 805,78 Km², confina a norte com a região da Galiza-Espanha, numa extensão de raia seca de cerca de 78 km, e ainda com os concelhos de Chaves, Boticas, Cabeceiras de Basto e Vieira do Minho.

Com uma extensa área incluída no Parque Nacional da Peneda Gerês (aproximadamente 1/3), é cortado pelos rios Cávado e Rabagão, abrangendo parte da Serra do Gerês, do Larouco e da Cabreira.

A uma altitude que vai desde os 500 aos 1520 m, Montalegre tem um clima frio, com Verões de curta duração e com invernos prolongados, onde a neve cai com alguma regularidade.



Integrado numa zona de planalto, de propriedade minifundiária, a sua matriz socioeconómica é marcada essencialmente pela agricultura de montanha e pela agro-pecuária.

A sua população, num total de 10.537 habitantes (Censos de 2011), está distribuída por 136 aldeias e 35 freguesias.

Do ponto de vista administrativo e institucional, o concelho de Montalegre pertence ao Distrito de Vila Real, integra a Associação de Municípios do Alto Tâmega (AMAT), a Comunidade Intermunicipal (CIM), os Empreendimentos Hidro-electricos do Alto Tâmega e Barroso (EHATB).

A organização social deste concelho, fortemente influenciada por Celtas e Romanos, assenta essencialmente em pequenos núcleos populacionais, em povoado concentrado à volta de uma igreja, destacando-se como maiores núcleos habitacionais a sede do concelho, a Vila de Montalegre, e a Vila de Salto, sede da freguesia com o mesmo nome.

Decorrente da sua situação geográfica, da sua extensa área territorial e da sua configuração orográfica, as acessibilidades deste concelho foram desde sempre limitadas e difíceis, obrigando-o a relações, económica e culturalmente privilegiadas, com a vizinha Galiza que ainda hoje se mantêm. As maiores dificuldades referem-se ao acesso aos grandes centros, devido à grande distância que os separa.

Os principais eixos referenciados são a EN 103-9, que apresenta um sentido Norte/Sul e faz a ligação da EN 103 à sede do concelho, seguindo em direção ao concelho espanhol de Xinzo de Limia.

Referenciadas como estradas regionais estão a ER311 e a ER 311-1, vias que apresentam alguma importância supramunicipal pois estabelecem um eixo de ligação entre quatro concelhos – Chaves, Boticas, Cabeceiras de Basto e Montalegre. A ligação ao concelho de Chaves permite ainda o acesso à recente A24, uma alternativa de acesso ao Porto e Vila Real.

O turismo é uma das principais atividades económicas do mundo de hoje, mesmo tendo em conta a diversidade de contextos geográficos, políticos e socioeconómicos. Organizado de um modo regular a partir da segunda metade do século passado, tornou-se num dos setores-chave da economia de um grande número de países, justificando, em maior ou menor grau numerosas atividades, entre as quais a construção civil e obras públicas, os transportes, a agro-pecuária e os serviços. Paralelamente os

efeitos directos nos campos social e cultural são indiscutíveis, tal como no domínio das relações internacionais e mercado externo. A beleza natural, bem como os eventos promovidos no concelho, têm provocado um franco crescimento nesta área, eventos como a Sexta-Feira 13, a Feira do Fumeiro, entre outros, trazem milhares de pessoas ao concelho de Montalegre.

2^a PARTE

1 - Dinâmicas demográficas e sociofamiliares

1.1 - Enquadramento demográfico do concelho de Montalegre

A população é o destinatário de todas as ações de planeamento que conduzem ao progresso, ou seja, é o alicerce do desenvolvimento económico e social de uma determinada unidade geográfica.

A análise populacional que se segue pretende enquadrar o concelho de Montalegre na situação demográfica de Portugal, da região Norte e da sub-região do Alto Trás-os-Montes, imprescindível numa perspetiva evolutiva e comparativa da realidade concelhia.

A leitura do gráfico e do quadro nºs 1 permite apurar que o ritmo de crescimento demográfico entre 2001/2011 foi muito lento em Portugal (2,4%) e na região Norte (0,3%). Mas na década anterior a situação melhorou consideravelmente pois o número de residentes na região Norte cresceu 6,2 %, e no País 5%.

Quadro nº1 – Evolução da População Residente, por NUTs

	População Residente em 1991	População Residente em 2001	População Residente em 2011	Variação1991/ 2001	Variação 2001/ 2011
Portugal	9 867 147	10 318 084	10 561 614	5,0	2,4
Norte	3 472 715	3 680 379	3 689 609	6,2	0,3
Alto Trás-os-Montes	235 241	223 037	204 381	-5,1	-8,4
Boticas	7 936	6 411	5 750	-19,1	-10,3
Chaves	40 940	43 558	41 243	6,7	-5,3
Montalegre	15 446	12 792	10 537	-17,5	-17,6
Valpaços	22 586	19 374	16 882	-13,6	-12,8
Vila Pouca de Aguiar	17 081	14 962	13 187	-12,2	-11,9

Fonte – INE, *Censos 2011*

A sub-região do Alto Trás-os-Montes sofreu, entre 1991/2001, uma forte regressão populacional (-5,1%) e aumentou essa recessão conseguindo obter valores ainda mais baixos na década seguinte (-8,4%). É extremamente nítida, nesta sub-região, a relação directa entre a interioridade e o declínio populacional pois todos os concelhos que a integram tiveram uma acentuada quebra populacional entre 2001 e 2011, à excepção de Chaves.

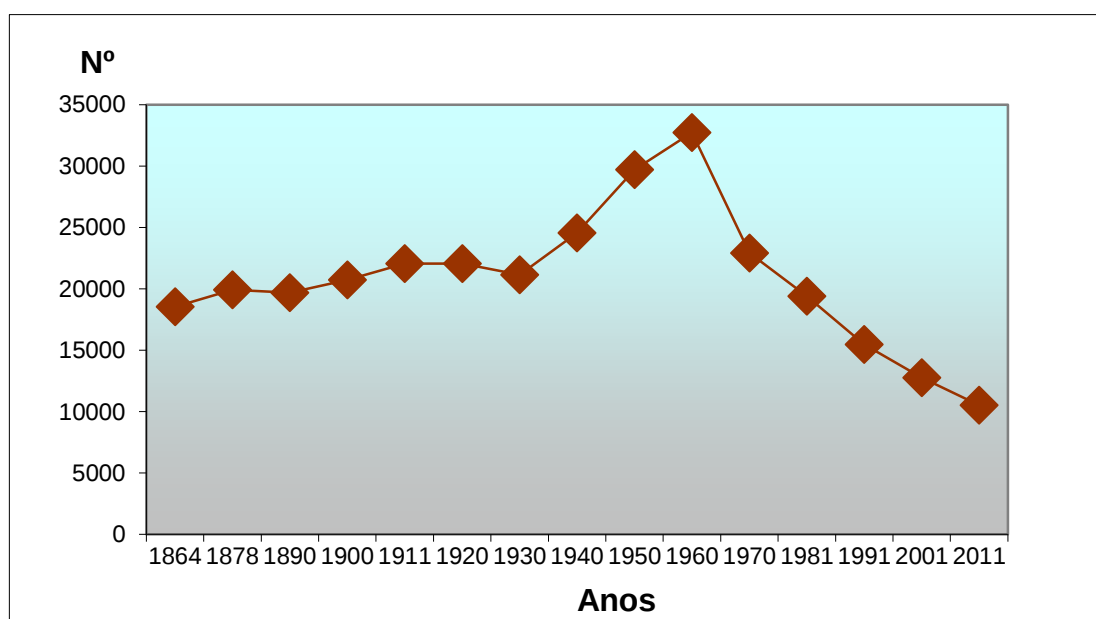
Durante a última década, todos os concelhos voltaram a registar perdas populacionais significativas. Destacam-se os concelhos de Montalegre (-17,6) e Valpaços (-12,8) que apresentam o declínio mais evidente da população.

1.2 – Evolução da população no concelho de Montalegre

A evolução da população é um dos fatores que caracterizam a mudança da estrutura demográfica ao longo dos anos indicando-nos, em termos evolutivos e comparativos, os efetivos populacionais e a sua variação, numa determinada área geográfica.

Para compreender melhor a situação demográfica atual no concelho de Montalegre, é necessário fazer um estudo retrospectivo da evolução populacional. Considerou-se, assim, o período entre 1864 e 2011, de acordo com o gráfico n.º 1.

Gráfico n.º 1 – Evolução da população residente no concelho de Montalegre



Fonte – INE, Censos 2011

Verifica-se que a evolução da população no concelho de Montalegre (vide quadro n.º 1, anexo I), de 1864 a 1920, efetuou-se de forma crescente e moderada. Entre 1920 e 1930, houve um decréscimo de 907 efetivos e, a partir da década de 30 até 1960,

verificou-se um grande surto populacional, com o aumento de 21158 indivíduos para 32728 (mais 11570 pessoas).

A década 60/70 ficou marcada pelo declínio mais evidente da população residente neste concelho (menos 9803 indivíduos).

As razões deste declínio devem-se ao efeito da emigração, fenómeno nacional que marcou, sobretudo, o interior do País.

Até aos anos 60, a emigração dirigia-se para o Brasil, Estados Unidos, Canadá, América Latina, África do Sul e colónias portuguesas de África (sobretudo Angola e Moçambique).

A partir de 1960, o fluxo migratório passou a encaminhar-se mais para a Europa, especialmente para a França e para a Alemanha e, mais tarde, para a Suíça, o Luxemburgo, a Bélgica, a Espanha, entre outros. Na verdade, e pelo facto de estarmos perante um concelho da raia, as saídas, quer legais, quer clandestinas, para o centro da Europa atingem aqui particular importância. Assim sendo, com a emigração, Montalegre vê-se privado do seu mais importante fator potencial de desenvolvimento: os recursos humanos. Aliado a este fenómeno, os fluxos migratórios internos têm também contribuído para o progressivo esvaziamento da região em favor dos centros urbanos do litoral, o que se justifica pelo facto de estarmos perante um concelho com nítidas características de interioridade - falta de dinamismo da economia local, ausência de cultura empresarial, debilidade do setor industrial, subaproveitamento dos recursos endógenos, setor agrícola com baixa produtividade e rentabilidade, deficientes e degradadas condições de acessibilidade interna e externa e insuficiente cobertura de infra-estruturas físicas e sociais. Neste cenário, o desequilíbrio demográfico é uma evidência, agravado pelo facto do retorno dos emigrantes não ter sido suficiente para recompor o perfil demográfico do concelho.

Na primeira metade dos anos setenta, a emigração reduziu-se e, embora o declínio da população se continue a evidenciar, a descolonização introduziu um novo marco evidente em todo o país. O concelho de Montalegre não fugiu à regra, confrontando-se com o retorno de um número considerável de indivíduos (principalmente de Angola e de Moçambique) para atenuar a perda da população residente¹.

¹ BARRETO, António; *Mudança Social em Portugal, 1960 – 2001*.

No entanto, nas últimas décadas, a regressão populacional é muito acentuada neste concelho, verificando-se a perda de 8866 residentes entre 1981 e 2011.

Considerando o ritmo demográfico à escala da freguesia, verifica-se que nos 147 anos em análise houve grandes variações populacionais, como podemos verificar no quadro n.º 1 (anexo I).

Na generalidade das freguesias, houve um crescimento populacional significativo até 1960, atingindo o valor máximo de efetivos nesse ano. Desde então e até ao ano 2011, a população regrediu consideravelmente, diminuindo os efetivos populacionais para menos de metade em quase todas as freguesias, à exceção da freguesia de Montalegre em que o decréscimo não foi tão acentuado.

Relativamente à variação da população residente nas últimas décadas - 1991 e 2001 – (quadro n.º 2), é evidente uma quebra populacional em todas as freguesias, registando-se valores negativos na sua totalidade.

Quadro n.º 2 – Variação total da população residente entre 2001 e 2011 no concelho de Montalegre por freguesias

Freguesias	%
Cabril	-13,59
Cambeses do Rio	-7,80
Cervos	-17,38
Chã	-19,40
Contim	-13
Covelães	-27,42
Covelo do Gerês	-23,62
Donões	-13,89
Ferral	-27,42
Fervidelas	-25
Fiães do Rio	-26,92
Gralhas	-11,49
Meixedo	-11,06
Meixide	-30,71
Montalegre	-0,06
Morgade	-17,09
Mourilhe	-18,75
Negrões	-9,69
Outeiro	-23,15
Padornelos	-17,88
Padroso	-10,08
Paradela	-34,39
Pitões das Júnias	-19,90
Pondras	-32,12
Reigoso	-16,50
Salto	-23,46
Santo André	-19,56
Sarraquinhos	-22,22

Sezelhe	-2,07
Solveira	-28,04
Tourém	-18,38
Venda Nova	-34,66
Viade de Baixo	-13,57
Vila da Ponte	-30,20
Vilar de Perdizes	-13,53

Fonte: INE, *Censos 2011*

As freguesias que sofreram um maior esvaziamento populacional foram Venda Nova (-34,66), Paradela (-34,39), Pondras (-32,12), Meixide (-30,71), Vila da Ponte (-30,20), Solveira (-28,04), Covelães (-27,42), Ferral (-27,42), entre outras.

Conclui-se, assim, que o concelho de Montalegre não logrou aumentos populacionais em nenhuma das suas freguesias. A progressiva desertificação dessas freguesias justifica-se, em parte, pela falta de oportunidades de emprego e pelo envelhecimento da população.

Esta situação reflete a problemática dos concelhos do Interior Norte: o esvaziamento populacional e a consequente desertificação rural. As razões que conduzem a esta situação devem-se ao elevado número de jovens que saem à procura de melhores condições de vida, ao decréscimo da natalidade e, principalmente, à tendência cada vez mais evidente do envelhecimento populacional, fatores que dificultam a renovação das gerações.

1.3 – Estrutura etária

A caracterização que vamos efetuar da estrutura etária em diferentes entidades espaciais (Portugal, Norte, Alto Trás-os-Montes e Montalegre) é crucial para analisar, em termos comparativos, a evolução das diferentes classes de idades entre o recenseamento de 2001 e 2011, averiguando as mudanças ocorridas, ou seja, se existe uma tendência para o envelhecimento ou rejuvenescimento populacional.

A variação da população residente, segundo a estrutura etária entre os dois períodos intercensitários em Portugal, região Norte e Alto Trás-os-Montes, demonstrou uma tendência similar nas classes etárias mais jovens.

Pela análise do quadro n.º 3 é notório, desde logo, em todas as regiões consideradas, uma quebra populacional no grupo etário dos 0 aos 14 anos, sendo esta mais evidente na sub-região do Alto Trás-os-Montes. Dos concelhos que a integram,

destaca-se Montalegre (-39.9%), que perdeu quase metade da população mais jovem, denunciando, assim, um decréscimo acentuado da natalidade e da fecundidade.

Quadro n.º 3 – Variação da estrutura etária, entre 2001 e 2011, por NUTs (%)

Zona Geográfica	Grupos Etários			
	0-14 Anos	15-24 Anos	25-64 Anos	65 ou mais Anos
Portugal	-5,1	-22,6	5,3	19,4
Região Norte	-13,6	-23,8	5,2	23,3
Alto Trás-os-Montes	-25,6	-34,6	-6,2	12,5
Boticas	-29,2	-39,2	-6,8	5,8
Chaves	-19,7	-32,1	-3	17,4
Montalegre	-39,9	-40,4	-15,1	0,1
Valpaços	-35,3	-37,1	-13,8	11,3
Vila Pouca de Aguiar	-32,5	-37,5	-8,6	12,1

Fonte – INE, *Censos 2011*

É também visível, na faixa etária dos 15 aos 24 anos, uma variação negativa em todas as entidades em estudo, evidenciando-se com maior intensidade os concelhos do Alto Trás-os-Montes, de que é exemplo Montalegre com menos 40.4%.

A classe etária considerada em “idade activa”, que engloba a população entre os 25 e os 64 anos, denota uma variação positiva na região Norte, com um aumento de 5.2%. Em Portugal o aumento foi ligeiramente maior (5.3%).

No entanto, todos os concelhos pertencentes ao Alto Trás-os-Montes tiveram uma variação negativa, não fugindo à regra Montalegre com uma variação de menos 15,1%.

Na classe etária a partir dos 65 anos, verificou-se um crescimento considerável, na maioria das entidades em análise, dando-se especial destaque para o concelho de Chaves em que a população idosa aumentou 17.4%, contrastando com o concelho de Montalegre que, dentro do grupo considerado, obteve o menor crescimento nesta faixa etária (0,1%).

Deste modo, e em forma de conclusão, verificou-se que o perfil apresentado nas diferentes entidades geográficas mostra uma “população regressiva”, salientando-se um aumento significativo da população idosa e a diminuição das classes mais jovens.

Reportando-nos à análise por freguesia, (quadro n.º 2, anexo I), a variação da estrutura etária torna-se evidente na pluralidade das freguesias, verificando-se o declínio populacional na primeira classe etária (0-14 anos), com perdas muito acentuadas.

Das freguesias mais atingidas, salienta-se Meixide, com menos 94.12%, Vila da Ponte, com menos 74.07%, Outeiro, menos 69.23%, Pitões, menos 63.33%, Santo André e Paradela, menos 60%, Tourém, menos 59.09%, Pondras e Covelães, menos 57.89%.

A variação da classe etária dos 15 aos 24 anos é também negativa em grande parte das freguesias, à exceção de Outeiro que obteve um crescimento populacional de 40%, e Meixide, de 12.5%. Contrariamente a estas freguesias, Padroso não registou mudanças entre 2001/2011.

Relativamente à população em “idade ativa”, dos 25 aos 64 anos, o fenómeno da regressão continua bem marcado pelos valores negativos, evidentes na generalidade das freguesias, excetuando-se Montalegre, com um acréscimo de 1.57% e Donões, 0%, que manteve a população.

Na classe dos idosos, considerada a partir dos 65 anos, é notável o crescimento positivo em algumas freguesias, realçando-se Montalegre, com um aumento de 31.94% dos idosos, Pitões, 27.03%, Meixedo, 24.32%, Gralhas, 22.47%, entre outras.

No entanto, algumas freguesias contrariaram esta tendência, como é o caso de Pondras com menos 35%, Paradela e Covelães, com menos 28.81% e 28.77% respetivamente, da população mais idosa.

Esta situação dá-nos a imagem de um concelho em que, para além das variações negativas evidentes nas classes etárias mais baixas e nas mais elevadas, há também mudanças na população em idade ativa, o que provoca repercussões ao nível sócio-económico no concelho. Estas alterações fazem perspetivar uma nova sociedade em que o envelhecimento demográfico constitui um dos desafios mais importantes a enfrentar no futuro.

No que concerne à análise da estrutura etária por sexo, em 2011 (quadro n.º 3, anexo I), saliente-se o estreitamento na base das pirâmides em todas as freguesias, refletindo o estrangulamento das classes etárias dos 0 aos 14 anos e dos 15 aos 24 anos.

No entanto, existem disparidades entre homens e mulheres nestas faixas etárias, havendo um predomínio relativamente pequeno dos homens em relação às mulheres em grande parte das freguesias do concelho na classe dos 0 aos 14 anos (+ 12 homens).

Na faixa etária da população considerada em “idade ativa”, a situação é igual, passando a haver mais homens do que mulheres (+ 63 homens).

Existem mais mulheres do que homens na classe etária mais idosa, devido à maior esperança de vida das mulheres em relação aos homens. Torna-se, assim,

evidente a assimetria das pirâmides etárias em virtude do fenómeno da “sobre mortalidade” masculina, quer da “sobre masculinidade” dos nascimentos, começando a parte esquerda da pirâmide por ser maior do que a parte direita, esbatendo-se sucessivamente à medida que se avança para o topo das pirâmides.

Conclui-se, com esta análise, que Montalegre é um concelho profundamente atingido pela emigração e por migrações internas, o que traduz uma forte ameaça à capacidade de fixação da população no concelho. Os fluxos migratórios vieram contribuir para um duplo envelhecimento da população, por um lado, devido ao envelhecimento precoce da população e, por outro lado, devido a um “envelhecimento na base”, originado pelo decréscimo da natalidade.

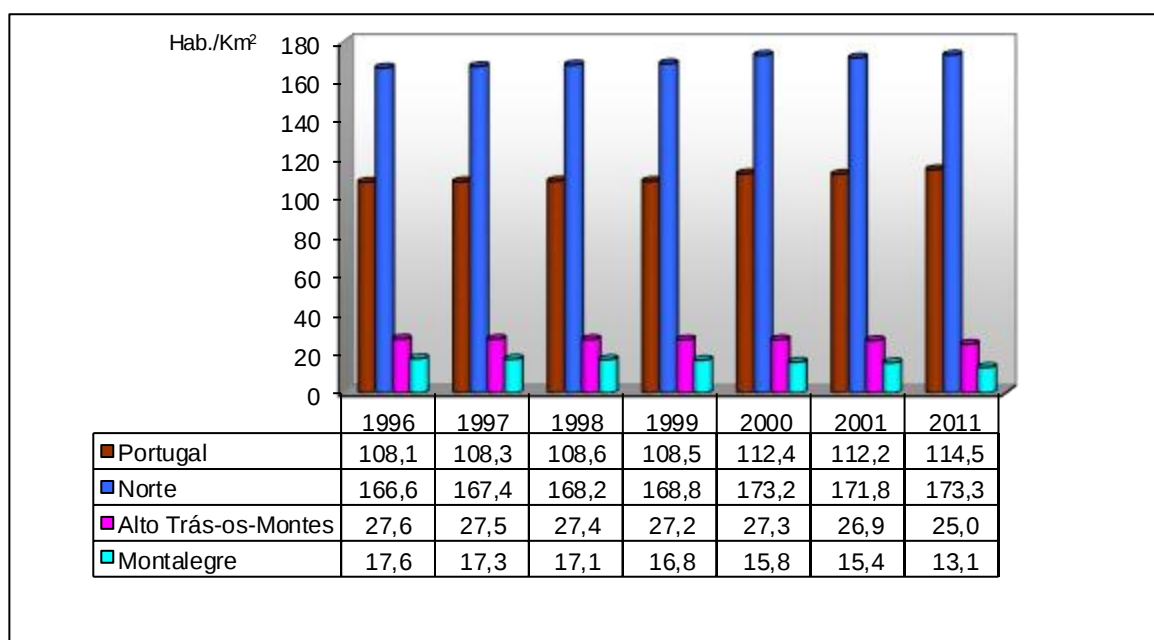
1.4 – Densidade populacional

A densidade populacional indica-nos a população residente por Km², ou seja, diz-nos se um determinado espaço é muito ou pouco habitado, considerando a sua área total e o número de habitantes que aí reside.

É importante fazer uma análise comparativa da densidade populacional a diferentes escalas espaciais de análise.

A análise do gráfico seguinte (gráfico nº 2), indica-nos, claramente, as diferenças na distribuição da população no território. Constata-se que o concelho de Montalegre possui os valores mais baixos de densidade populacional (13,1 h/km², em 2011), assim como registou um decréscimo significativo entre o ano de 1996 até 2011. A sub-região do Alto Trás-os-Montes tem também uma baixa densidade populacional (25 h/km², em 2011), e teve uma redução dos habitantes por Km² no período em análise (de 1996 a 2011).

Gráfico nº 2 – Densidade populacional, por NUTs, entre 1996 e 2011



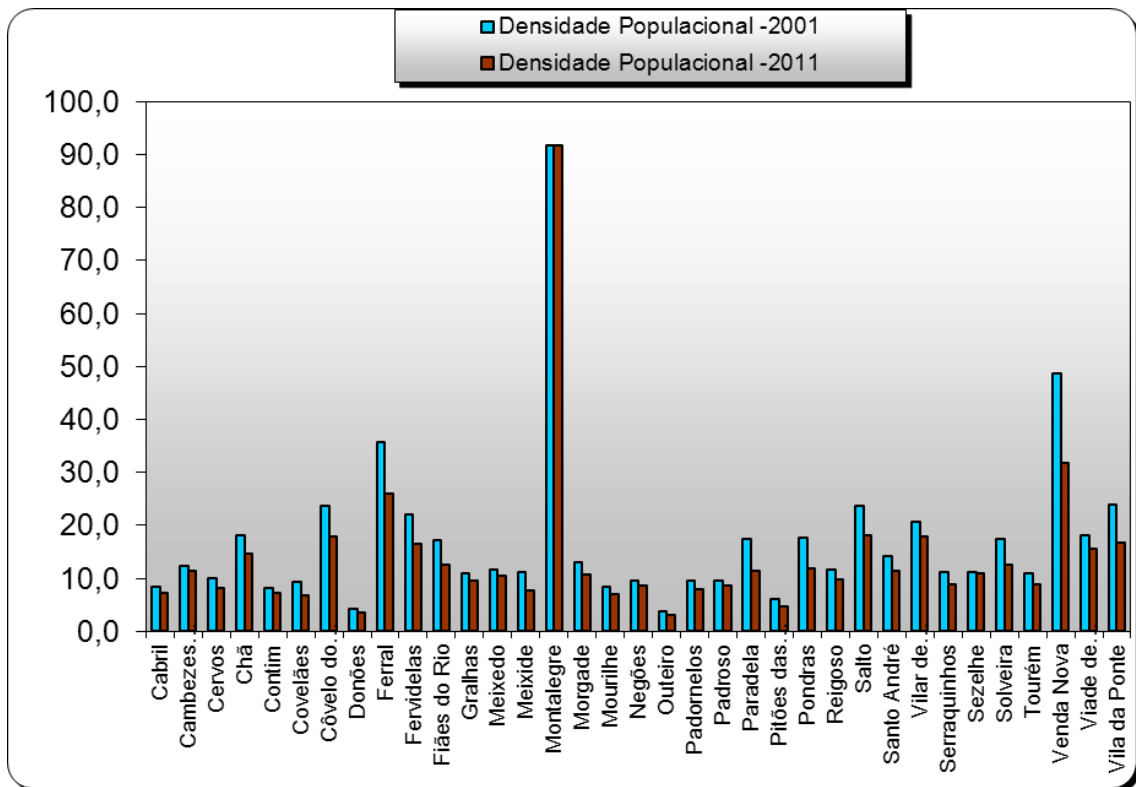
Fonte: Censos 2011

É visível uma maior concentração populacional na região Norte, com 173,3 h/km², em 2011, obtendo uma evolução crescente nos anos considerados (de 1996 até 2011). Em Portugal também se registou um aumento dos habitantes por Km², mas os valores apresentados são bastante inferiores à região Norte (114,5 h/km²).

A análise por freguesias (vide quadro n.º 4, anexo I) demonstra uma diminuição do número de habitantes por km² entre 2001 e 2011 em todas as freguesias, à excepção de Montalegre, que só perdeu um habitante por Km², na última década.

Constata-se que a sede do concelho (Montalegre) possui a maior densidade populacional, 91,7 habitantes/ km². A seguir está a freguesia da Venda Nova, com 31,8 h/km², Ferral, 26 h/km², Salto, 18,2 h/km², Covêlo do Gerês, 18 h/km², Vilar de Perdizes, 17,9 h/km² e Vila da Ponte, 16,7h/km².

Gráfico nº 3 - Densidade populacional, por freguesias em 2001 e 2011



Fonte – INE, *Censos 2011*

É ao longo dos principais eixos viários que se regista a maior densidade de ocupação no concelho, como é o caso das freguesias da Venda-Nova, Vila da Ponte e Vilar de Perdizes.

Por outro lado, as freguesias de relevo mais acidentado e de transição para um interior mais rural possuem os valores mais baixos de ocupação. São exemplo as freguesias de Outeiro, com 3 h/km², Donões, 3,6 h/km², Pitões das Júnias, 4,8 h/km², entre outras.

Verifica-se uma crescente magnitude do fenómeno da perda populacional no concelho de Montalegre, com uma concentração populacional na sede do município, bem como a preferência por freguesias à volta dos principais eixos viários que proporcionam melhores acessibilidades.

1.5 – Estrutura familiar

1.5.1 – Famílias clássicas segundo o número de residentes

Relativamente à variação do número de famílias entre 2001 e 2011, o quadro n.º 4 revela uma posição idêntica para Portugal e Região Norte, com o aumento do número de famílias.

Quadro n.º 4 – Evolução do número de famílias e da sua dimensão

	Nº de Famílias		
	2001	2011	Var %
Portugal	3.734.056	4.048.559	8,42
Norte	1.231.612,00	1.332.127,00	8,16
Alto Trás-os-Montes	86.198,00	81.381,00	-5,59
Montalegre	4.926,00	4.236,00	-14,01

Fonte – INE, *Censos 2011*

No entanto, Portugal foi quem teve um crescimento maior (8.42%). Em situação oposta está o concelho de Montalegre, apresentando um valor negativo (-14.01 %), ou seja, houve a diminuição de 4926 famílias, em 2001, para 4236, em 2011 (menos 690 famílias).

A leitura do quadro n.º 5 (anexo I) permite averiguar que no concelho de Montalegre predominam as famílias clássicas, com 2 residentes (1555), com 1 residente (1151) e com 3 residentes (866). À medida que aumenta o número de residentes, diminui o número de famílias clássicas.

Relativamente à escala das freguesias, a tendência mantém-se pois a maioria possui famílias clássicas com 2 residentes, destacando-se as freguesias de Montalegre, Meixedo, Chã, Cabril, Ferral, Gralhas, Salto, Vilar de Perdizes, Viade de Baixo, seguindo-se as famílias com 3 residentes e 1 residente. As famílias com mais de 5 residentes são as menos frequentes na generalidade das freguesias.

Quando comparamos a variação do número de famílias entre 2001 e 2011 (vide gráfico n.º 1 e quadro n.º 6, anexo I), torna-se evidente o seu decréscimo em quase todas as freguesias, destacando-se as freguesias de Negrões, com menos 34.6%, Solveira, menos 31%, Paradela, menos 30%, Fervidelas, menos 26.2%, Pondras, com menos 25.7% e Vilar de Perdizes, com menos 24.3%.

No entanto, é de salientar a variação positiva que houve em outras freguesias, como em Meixedo, que logrou um aumento de 15.5%, Montalegre, 8.4% e Pitões das Júnias, 3.0%.

O decréscimo do número de famílias e da sua dimensão, assim como a perda de relevância das famílias numerosas, com uma concentração nas famílias com 2 e 1 residentes no concelho de Montalegre, leva-nos a ter em conta fatores como o aumento da esperança de vida (acréscimo de idosos a viver sozinhos), a queda acentuada da fecundidade e da natalidade, o acesso generalizado a formas de contraceção médica eficaz, o aumento dos divórcios, a diminuição do número de casamentos, entre outros fatores socioeconómicos.

1.5.2 – Estado civil da população residente no concelho de Montalegre

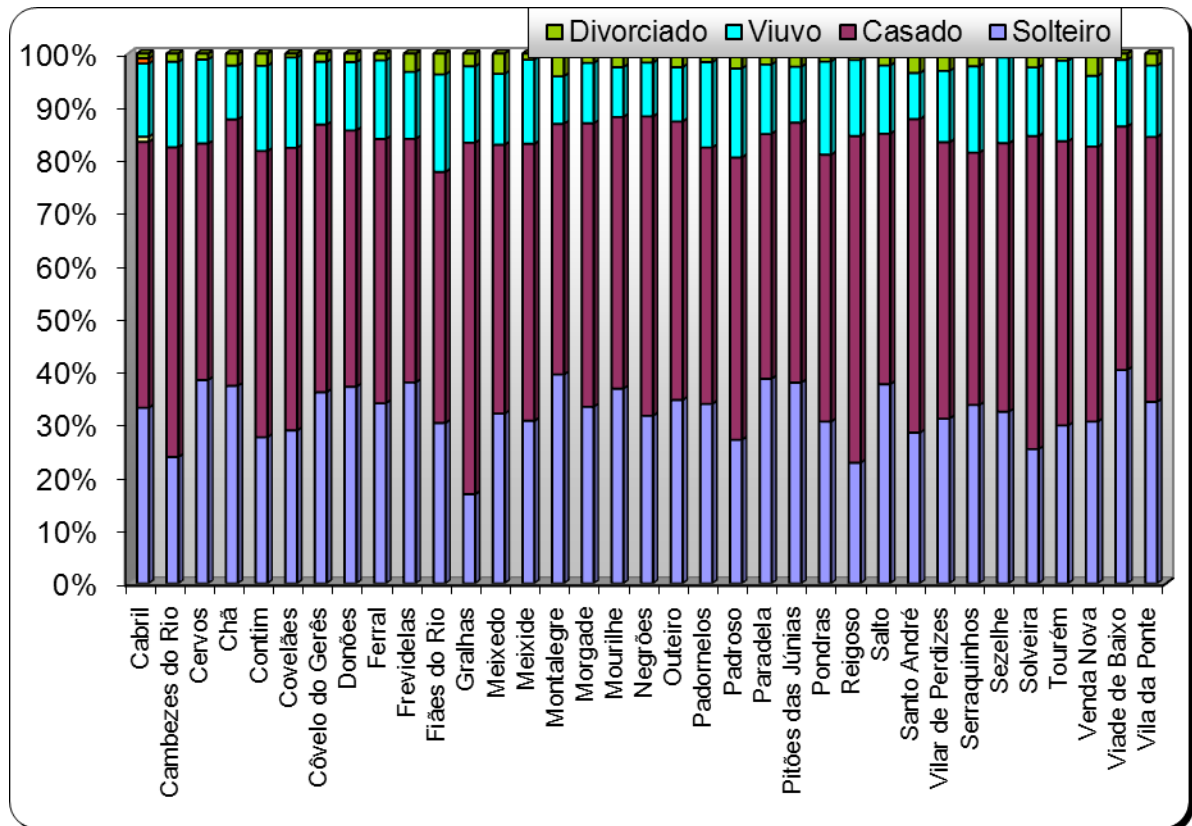
Da análise do estado civil da população residente no concelho de Montalegre (vide quadro nº 7, anexo I), denota-se que uma grande parte da população se encontra *Casado com Registo* (5286 habitantes), representando metade da população (50.2%). Seguem-se os *Solteiros*, com 34,8%, equivalente a 3672 habitantes, e existe ainda uma percentagem considerável de população *Viúva* (12,5%), ou seja, 1320 habitantes.

Em menor percentagem estão os *Divorciados*, 2.5% (259 habitantes), o que reflete uma sociedade que ainda dá muito valor ao casamento clássico.

Nos últimos anos o número de casamentos tem diminuído significativamente, surgindo outras formas de conjugalidade, tal como a união de facto, que têm constituído uma opção para cada vez mais casais.

Gráfico n.º 4 – Estado civil da população no concelho de Montalegre, por freguesia, em 2011

(%)



Fonte – INE, Censos 2011

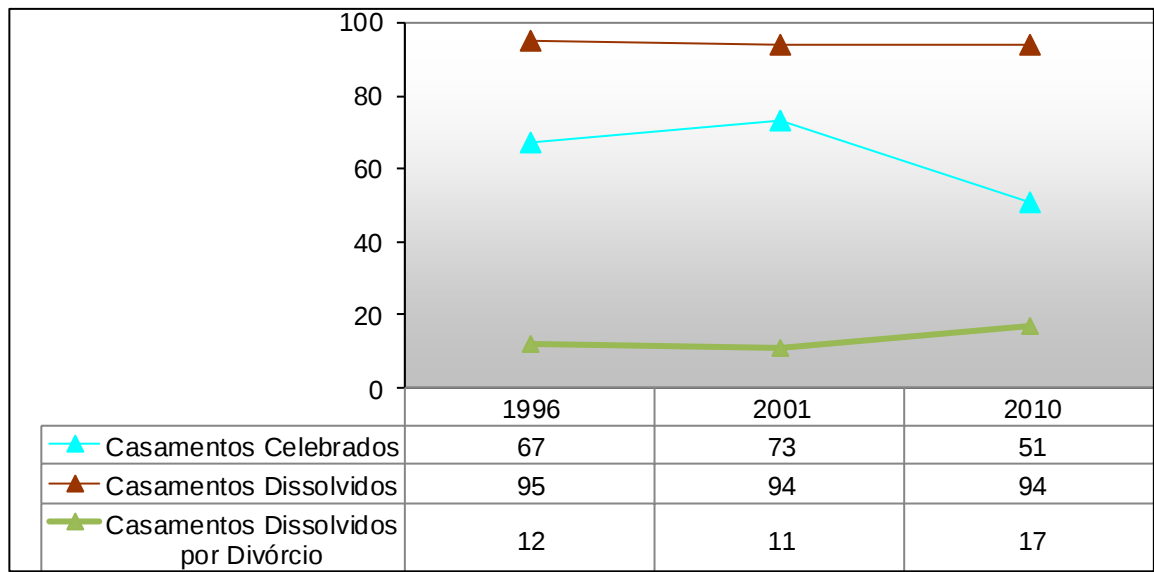
Conclui-se, pela análise do gráfico acima, que, na generalidade das freguesias, mais de 50% da população residente encontra-se no estado civil de *Casada*. Em segundo lugar encontram-se os *Solteiros*, representando mais de 34.8% da população residente na maioria das freguesias.

É de salientar, ainda, uma percentagem considerável de população *viúva* (acima dos 16%), sobretudo nas freguesias de Contim, Covelães, Fiães do Rio, Padornelos, Padroso, Pondras, Sarraquinhos e Sezelhe.

Quanto ao número de casamentos celebrados no concelho de Montalegre (gráfico n.º 5), verifica-se uma evolução positiva entre 1996 e 2001, decrescendo no ano 2010 (51).

No que concerne aos casamentos dissolvidos em 1996 e em 2001, houve uma diminuição pouco considerável. No entanto, dos casamentos dissolvidos, apenas uma pequena parte são-no por divórcio, os restantes devem-se a outros motivos (separação ou morte de um dos parceiros).

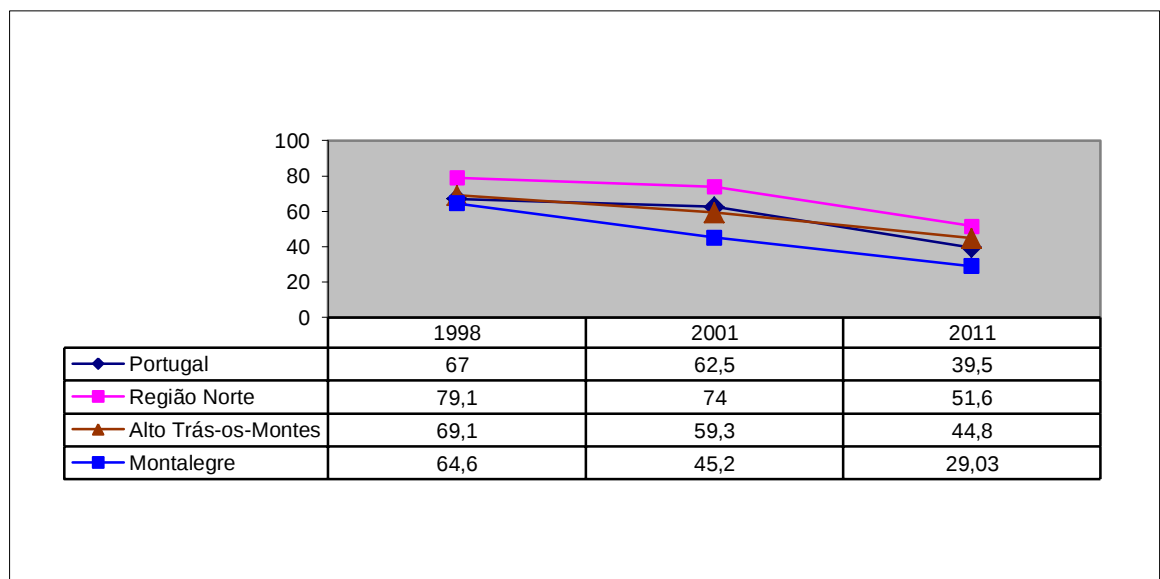
Gráfico n.º 5 – Evolução do n.º de casamentos celebrados e dissolvidos entre 1996 e 2010, em Montalegre



Fonte: INE, Censos 2011

Em relação aos casamentos católicos (gráfico n.º 6), denota-se uma tendência decrescente entre 1998 e 2011 em todas as entidades espaciais consideradas, especialmente no concelho de Montalegre, em 2011.

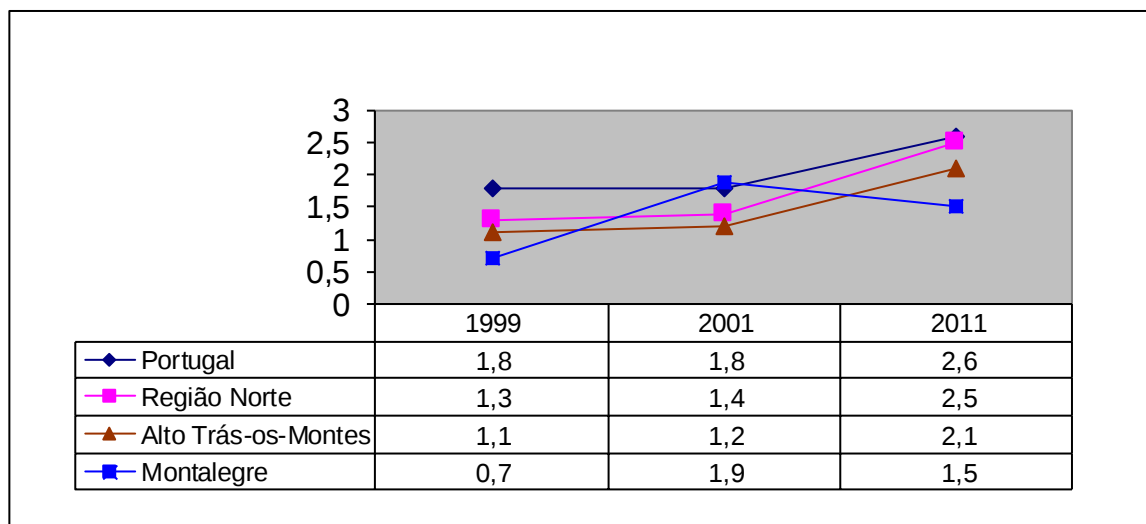
Gráfico n.º 6 – Evolução do número de casamentos católicos entre 1998 e 2011



Fonte: INE, Censos 2011

A análise da taxa de divórcio² (gráfico nº 7), difere nas entidades consideradas. Em Portugal, aumentou de 2001 até 2011. Na região Norte e no Alto Trás-os-Montes, evoluiu de forma mais ou menos homogénea. Já no concelho de Montalegre, os valores da taxa de divórcio elevam-se no ano 1999 a 2001 para mais do dobro, mas em 2011, descem.

Gráfico n.º 7 – Evolução da taxa de divórcio entre 1999 e 2011



Fonte: INE, Censos 2011

Quanto à evolução da taxa de nupcialidade³, entre 1996 e 2010 (gráfico nº 8), é notável uma tendência decrescente em Portugal, na região Norte e no Alto Trás-os-Montes até 2001, acentuando-se a diminuição em 2010.

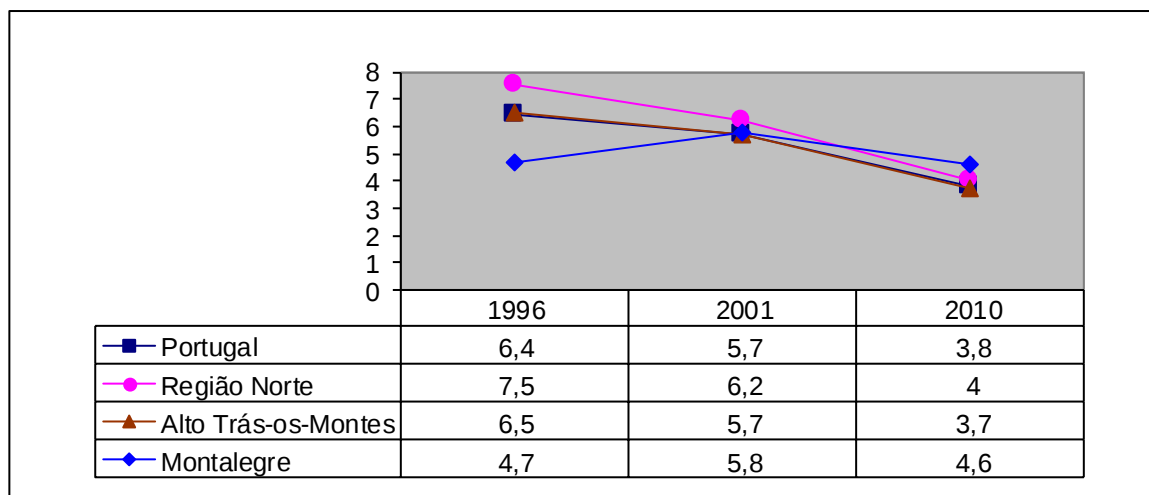
No entanto, a região Norte apresenta os valores mais elevados, com 4 casamentos por mil habitantes, em 2001. O Alto Trás-os-Montes apresenta sensivelmente os mesmos valores de Portugal, até 2010. Montalegre, no ano de 2010, teve uma taxa de nupcialidade superior à nacional. Esta tendência deve ter em conta os fenómenos migratórios (migrações/emigrações). O hábito comum de “ir casar à terra” pode ter como consequência que o número de casamentos ocorridos num concelho seja independente de os nubentes aí residirem ou não, facto que pode levar a que haja um anormal desequilíbrio entre as populações dos dois sexos e afetar a relação entre o

² **Taxa de Divórcio** – Número de divórcios ocorridos durante um certo período de tempo, normalmente um ano, por 1000 habitantes.

³ **Taxa de Nupcialidade** – Número de casamentos celebrados, por cada mil habitantes.

número de casamentos celebrados e o número de residentes num determinado concelho⁴.

Gráfico n.º 8 – Evolução da taxa de nupcialidade entre 1996 e 2010



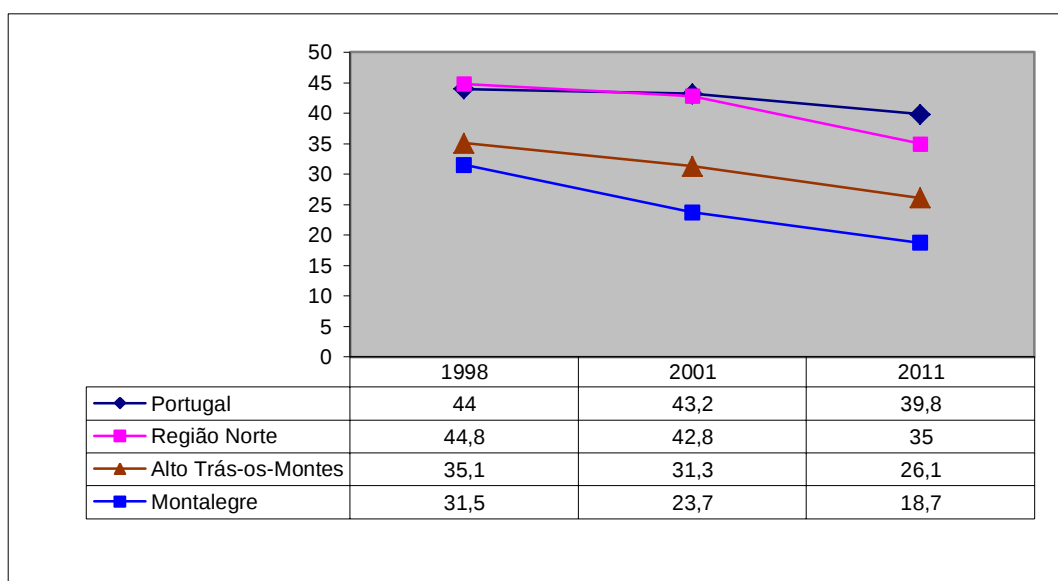
Fonte – INE, *Censos 2011*

Da análise da taxa de fecundidade⁵ (gráfico n.º 9), resulta uma certa dualidade. Por um lado, o País e a região Norte ostentam valores próximos, com um ligeiro decréscimo em 2001, acentuando-se em 2011; por outro lado, o Alto Trás-os-Montes e Montalegre revelam uma diminuição acentuada em 2011. O concelho de Montalegre apresenta os valores mais baixos relativamente às entidades espaciais consideradas.

⁴ PEREIRA, António Eduardo, *Uma História com Moral, Nupcialidade, Divorcialidade e Natalidade na Região Norte*, publicação do Instituto Nacional de Estatística (1991-1992).

⁵ **Taxa de Fecundidade** – Número de nados vivos, por cada 1000 mulheres, em idade fecunda (15-49 anos).

Gráfico n.º 9 – Evolução da taxa de fecundidade entre 1998 e 2011



Fonte – INE, *Censos 2011*

Conclui-se que o concelho de Montalegre tem registado alterações na estrutura familiar, resultantes sobretudo do declínio das taxas de nupcialidade, da subida das taxas de divórcio, da diminuição do número de casamentos, entre outros fatores, que conduzem à redução do número de famílias e da dimensão do agregado familiar.

É de notar que o comportamento perante a fecundidade tem vindo a registar transformações profundas, com um acentuado declínio dos índices de fecundidade a nível nacional. Para além de os indivíduos terem menos filhos, verifica-se também um retardamento da idade de nascimento dos filhos. Outra tendência recente da natalidade é o crescente aumento dos nascimentos fora do casamento.

1.6 – Indicadores demográficos

1.6.1 – Movimentos naturais da população

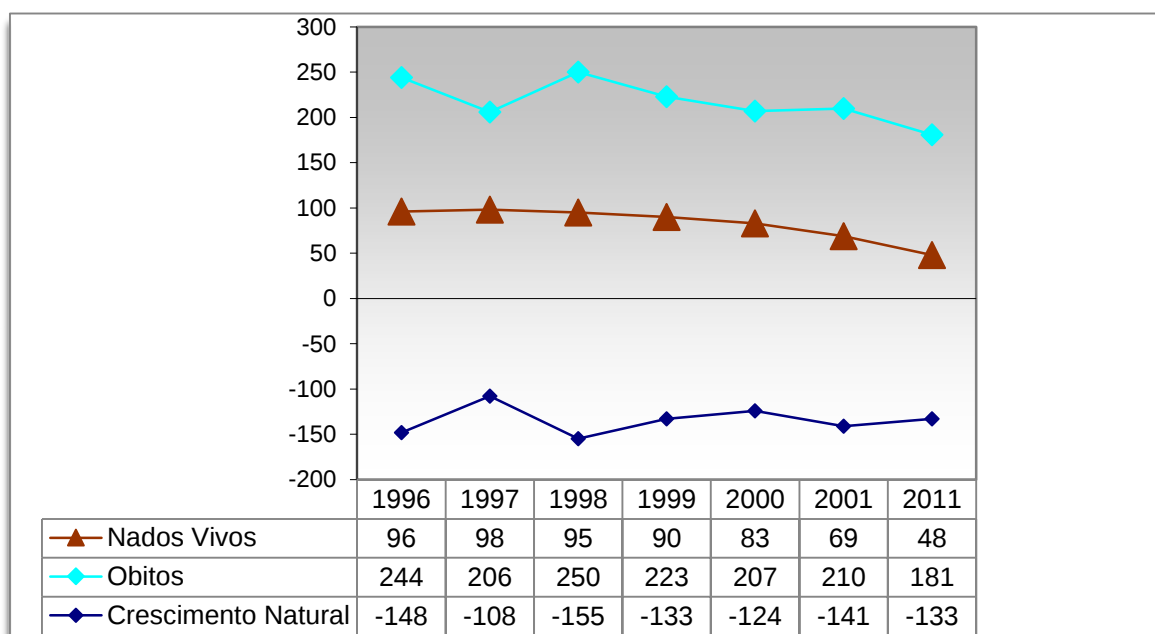
O estudo dos movimentos naturais da população permite-nos compreender a forma como a população está a evoluir no concelho de Montalegre.

Relativamente ao número de nados-vivos⁶ (gráfico nº 10), é evidente o seu declínio desde 1996 até 2011, pese embora um ligeiro aumento em 1997, facto que coincide com um decréscimo dos óbitos no mesmo ano.

⁶ **Nado-vivo:** produto da fecundação que, após a expulsão ou extração completa do corpo materno, independente da duração da gravidez, do corte do cordão umbilical e da retenção da placenta, respira ou

No que concerne à evolução do número de óbitos⁷, constata-se algumas oscilações pois, de 1996 para 1997, diminuiu e voltou a aumentar em 1998. A partir deste ano, decresceu novamente até 2000, aumentando ligeiramente em 2001 e diminuindo bastante em 2011.

Gráfico n.º 10 – Evolução dos nados vivos, óbitos e crescimento natural no concelho de Montalegre, entre 1996 e 2011



Fonte - INE, *Censos 2011*

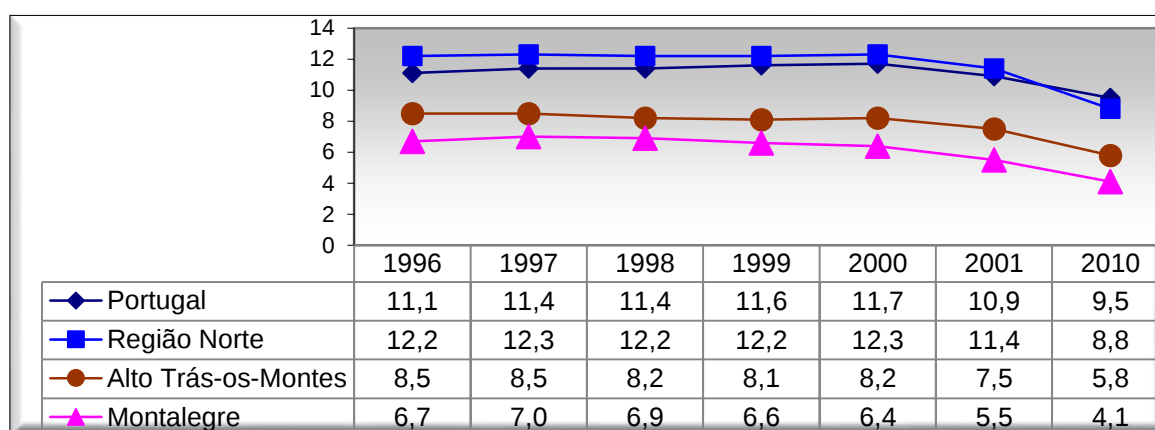
manifesta sinais de vida, tais como pulsações do coração ou do cordão umbilical ou contrações efetivas de qualquer músculo sujeito à ação da vontade.

⁷ **Óbito:** desaparecimento permanente de qualquer sinal de vida em qualquer momento, após o nascimento com vida.

1.6.2 – Taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de crescimento natural da população

Da análise dos indicadores demográficos em termos comparativos para diferentes entidades espaciais (Portugal, região Norte, Alto Trás-os-Montes e Montalegre), destaca-se a região Norte com a maior taxa de natalidade⁸ (gráfico n.º 11) exceto em 2010. Ao contrário do concelho de Montalegre, apresenta os valores mais baixos.

Gráfico n.º 11 – Evolução da taxa de natalidade entre 1996 e 2010



Fonte – Censos 2011

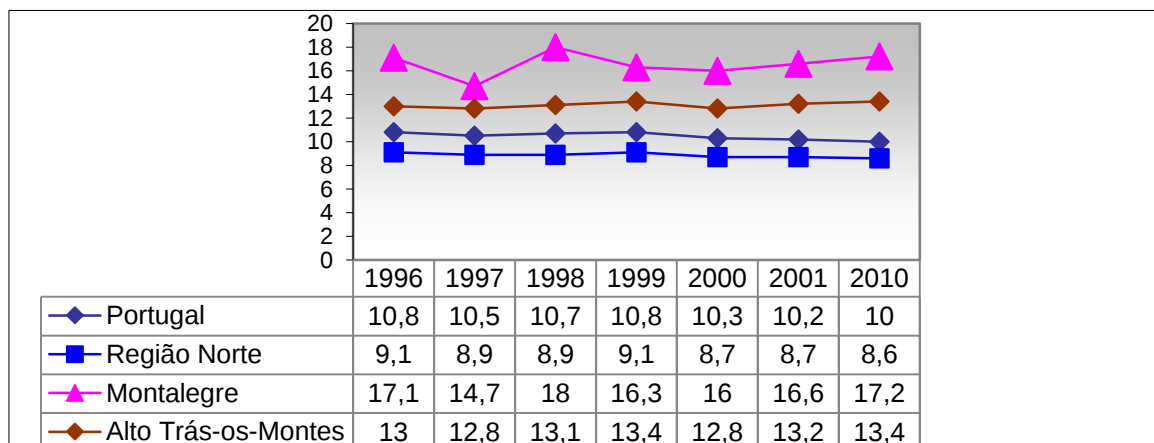
O concelho de Montalegre obteve, assim, um crescimento natural⁹ negativo, atingindo valores muito baixos pois a mortalidade é muito superior à natalidade. Os valores tão elevados de óbitos resultam de uma estrutura etária muito envelhecida, maioritariamente com 65 e mais anos, sendo, logo, a mortalidade elevada.

Ao nível da taxa de mortalidade, o concelho de Montalegre supera todas as restantes entidades, atingindo os valores mais elevados. O facto de ser um concelho fortemente atingido pelo fenómeno do envelhecimento populacional, aliado ao facto de uma das principais causas de morte resultar de doenças cerebrovasculares (vide capítulo da Saúde), originadas principalmente pela alimentação (à base de produtos derivados do fumeiro), podem ser a causa de tão elevadas taxas de mortalidade neste concelho.

⁸ **Taxa de Natalidade** - número de nados-vivos ocorridos durante o ano, referido à população residente média desse ano (número de nados-vivos por 1000 habitantes).

⁹ **Crescimento Natural** – Diferença entre os Nados Vivos e Óbitos.

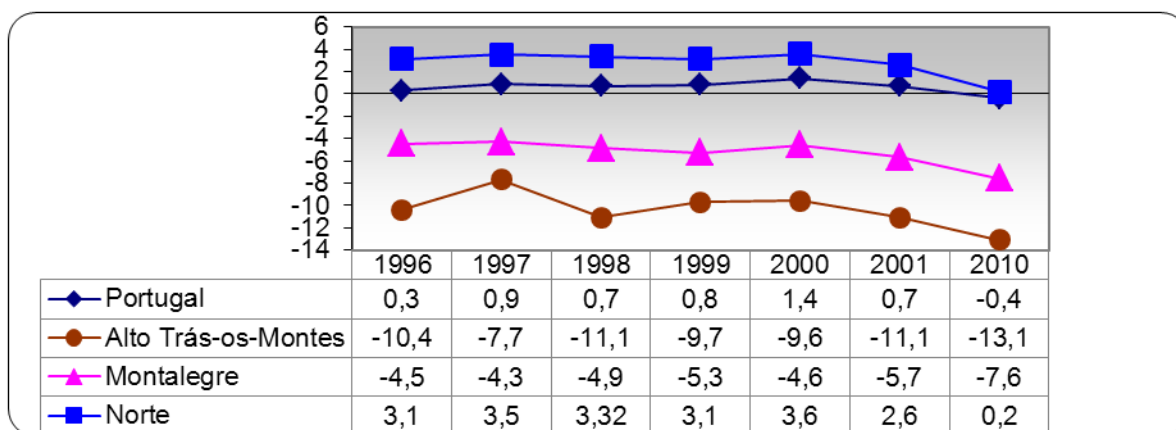
Gráfico n.º 12 – Evolução da taxa de mortalidade entre 1996 e 2010, por NUT



Fonte – Censos 2011

O concelho de Montalegre obtém, assim, uma taxa de crescimento natural negativo¹⁰, muito superior a Portugal e à região Norte. No entanto, a sub-região do Alto Trás-os-Montes possui um crescimento natural negativo ainda mais acentuado do que o do registado no concelho de Montalegre.

Gráfico n.º 13 – Evolução da taxa de crescimento natural, entre 1996 e 2010, por NUTs



Fonte – Anuário Estatístico de Portugal e Região Norte

¹⁰ Taxa de Crescimento Natural - Diferença entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade

1.6.3 - Índice de Envelhecimento (IE)

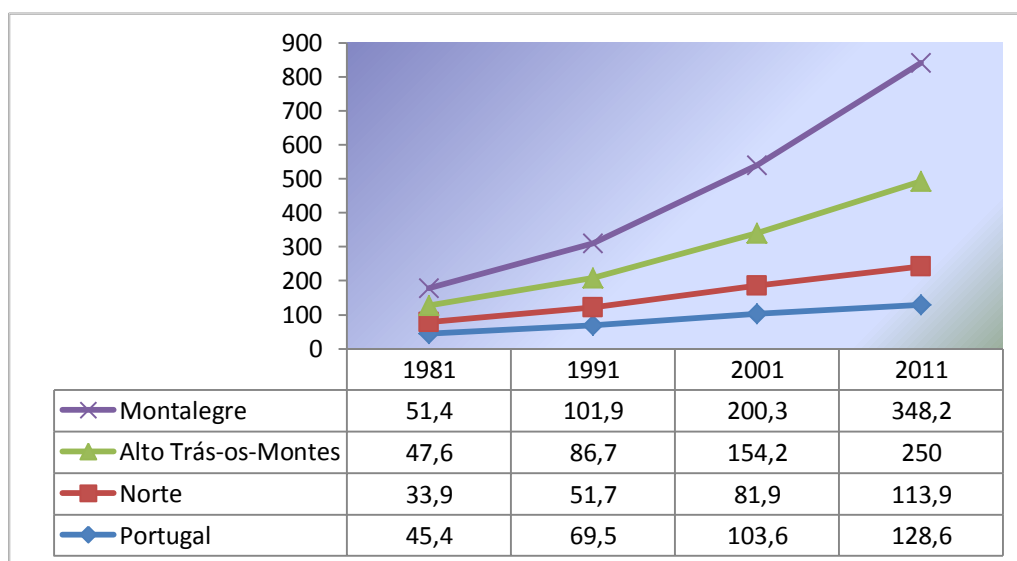
O envelhecimento demográfico resulta de uma transição demográfica, normalmente definida como a passagem de um modelo demográfico de fecundidade e natalidade elevadas, para um modelo em que ambos os fenómenos atingem níveis baixos, originando o estreitamento da base da pirâmide de idades (redução dos efetivos populacionais jovens) e o alargamento do topo (acréscimo dos efetivos populacionais idosos)¹¹.

Verifica-se pela análise do gráfico n.º 14, um aumento generalizado do índice de envelhecimento¹², de 1981 até 2011, em Portugal, no Norte, no Alto Trás-os-Montes e em Montalegre.

Constata-se, por outro lado, que a sub-região do Alto Trás-os-Montes, e mais intensamente no concelho de Montalegre, o índice de envelhecimento evoluiu de forma alucinante nas últimas três décadas. Em Montalegre, o valor do IE, em 1981, era de apenas 54%, atingindo, em 2011, um índice de 348.2% (348 idosos por cada 100 jovens), conseguindo assim, triplicar o valor da média nacional (128,6% de idosos por cada 100 jovens) e mais do triplo da região Norte (113.9% de idosos por cada 100 jovens).

¹² **Índice de Envelhecimento** – Representa o número de indivíduos com mais de 64 anos, por cada 100 indivíduos, com menos de 15 anos.

Gráfico n.º 14 – Evolução do Índice de Envelhecimento entre 1981 e 2011, por NUTs



Fonte – Anuário Estatístico de Portugal e Região Norte

Analisando a situação nas freguesias do concelho de Montalegre e considerando o período entre 2001 e 2011, (vide quadro n.º 8, anexo I), torna-se evidente o aumento do índice de envelhecimento para valores extremamente elevados, sendo os casos mais relevantes os de Meixide (que passou de um IE de 265%, em 2001, para 4500%, em 2011) Gralhas (750 para 1571%), Reigoso (444 para 1075%), Vila da Ponte (267 para 1071%) e Tourém (336 para 700%).

As freguesias de Cambezes do Rio (de um IE de 663%, em 2001, passou para 518%, em 2011), Donões (de um IE de 275%, em 2001, passou para 180%, em 2011) e Sezelhe (de um IE de 467%, em 2001, passou para 369%, em 2011), foram as que apresentaram uma diminuição do IE no decénio.

Por outro lado, é na sede do concelho que o IE é menor, ou seja, 180 idosos por cada 100 jovens.

O concelho de Montalegre sofreu um processo de envelhecimento muito rápido, principalmente na última década, devido à redução drástica da natalidade e da fecundidade, tendo como consequência o decréscimo da população mais jovem (com menos de 15 anos) e o aumento da população idosa (com mais de 65 anos). Este fenómeno acarreta problemas do ponto de vista da inserção social e de resposta às necessidades postas pelos idosos pois é um grupo muito vulnerável a situações de isolamento, pobreza e discriminação social.

O fenómeno do envelhecimento é, assim, um dos desafios mais importantes do século XXI e obriga à reflexão sobre questões com relevância crescente como a idade da reforma, os meios de subsistência, a qualidade de vida dos idosos, o estatuto dos idosos na sociedade, a solidariedade inter geracional, a sustentabilidade dos sistemas de segurança social e de saúde e o próprio modelo social vigente¹³.

Neste cenário, será de admitir uma elevada incidência de problemáticas como o isolamento social e a solidão, assim como o agravamento das carências ao nível da prestação de cuidados de saúde.

1.6.4 - Índices de dependência

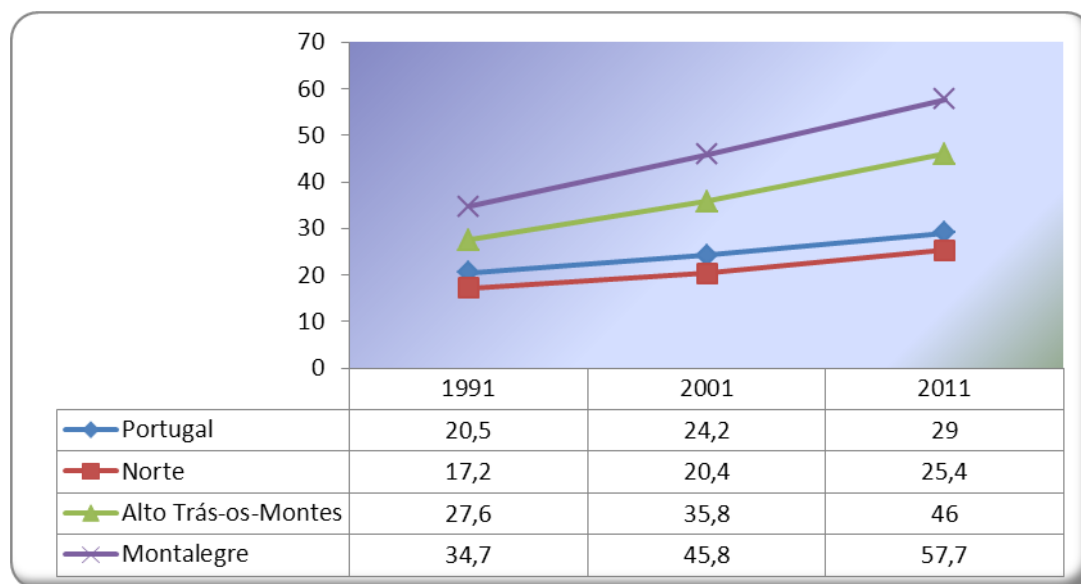
1.6.4.1 – Índice de Dependência dos Idosos (IDI)

Como se verifica pela leitura do gráfico n.º 15, o índice de dependência dos idosos¹⁴, entre 2001 e 2011, aumentou de forma generalizada em todas as entidades espaciais em estudo, embora com maior relevância no Alto Trás-os-Montes e, principalmente, no concelho de Montalegre, exprimindo um crescimento mais acelerado da população idosa, com 65 e mais anos, em relação à população em idade ativa (25 - 64 anos).

¹³ Revista de Estudos demográficos – *O Envelhecimento em Portugal: situação demográfica e socioeconómica recente das pessoas idosas*, Publicação do INE

¹⁴ **Índice de Dependência dos Idosos** – Representa o número de indivíduos com mais de 64 anos, por cada 100 indivíduos, em idade ativa (15-64 anos).

Gráfico n.º 15 – Evolução do Índice de Dependência dos Idosos, entre 2001 e 2011, por NUTs



Fonte – INE – Censos 2011

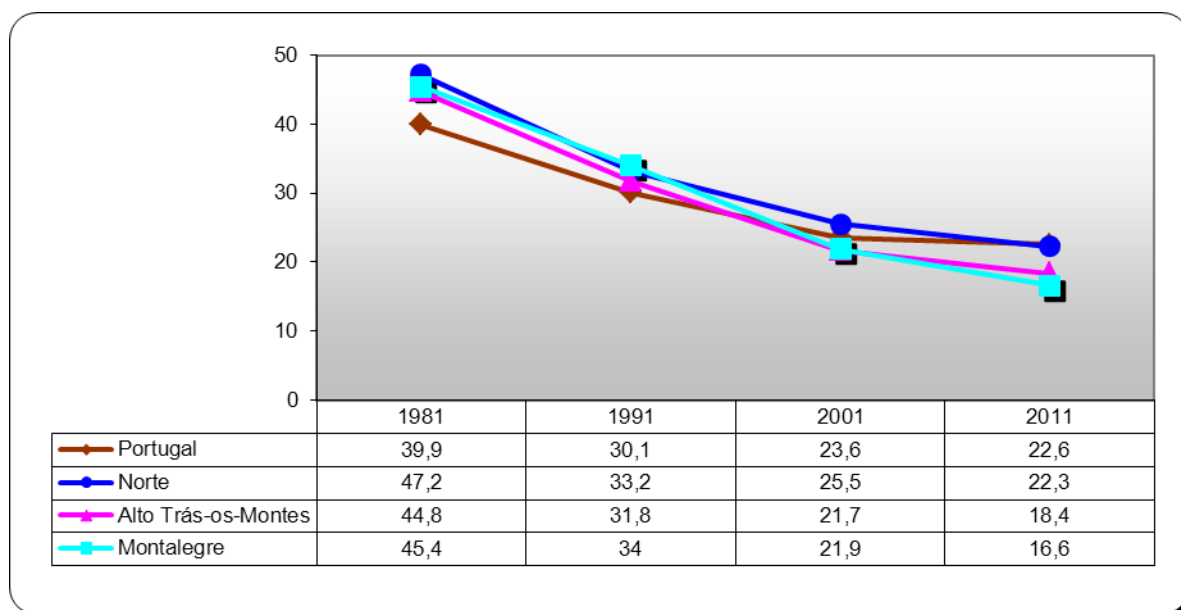
Relativamente às freguesias, o índice de dependência dos idosos, entre 2001 e 2011 (vide quadro n.º 9, anexo I), aumentou em quase todas, excepto em Covelães, Covêlo do Gerês, Fervidelas, Padornelos, Pondras e Tourém.

1.6.4.2 - Índice de Dependência dos Jovens (IDJ)

No que concerne ao índice de dependência dos jovens¹⁵, é clara a sua redução em todas as entidades geográficas em análise, nos dois últimos recenseamentos. O concelho de Montalegre, que em 2001 tinha o maior IDJ (22%), passou para um dos menores índices de dependência em 2011 (16.6%), comparativamente às restantes entidades, o que reflete uma diminuição considerável da classe etária mais jovem (menos de 15 anos) relativamente à estrutura etária em idade activa, dos 15 aos 64 anos.

¹⁵ **Índice de Dependência dos Jovens** – Representa o número de indivíduos com menos de 15 anos, por cada 100 indivíduos em idade activa (15-64 anos).

Gráfico n.º 16 – Evolução do Índice de Dependência dos Jovens entre 1981, 1991, 2001 e 2011, por NUTs



Fonte – Censos 2011

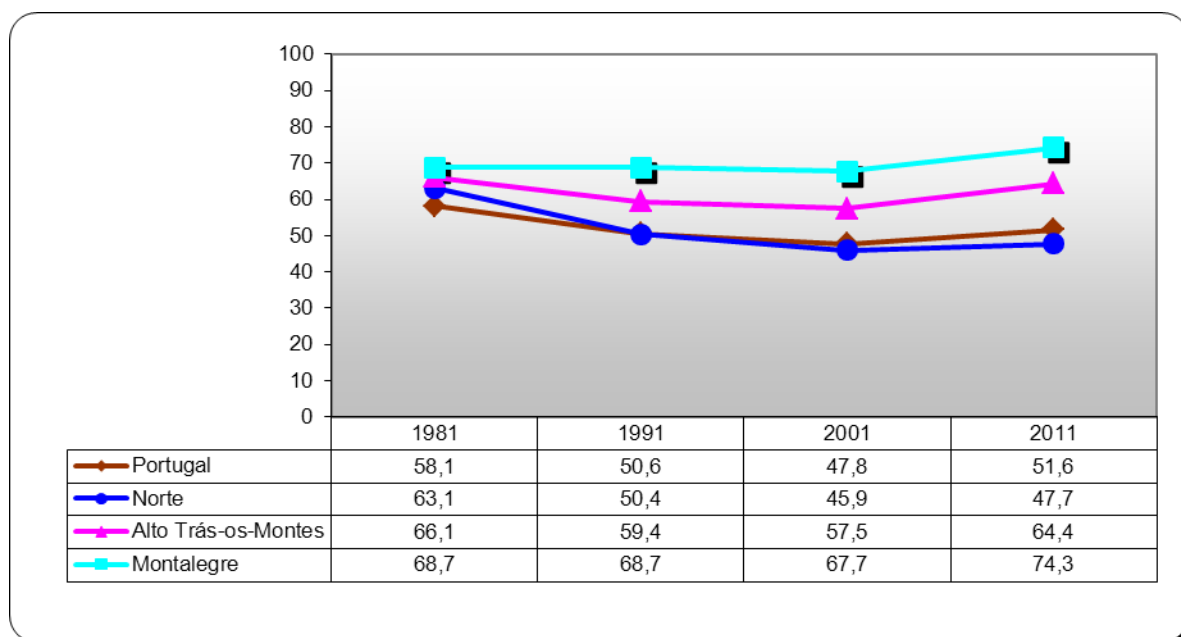
A análise por freguesia entre 2001/2011, (vide quadro n.º 9, anexo I), demonstra igualmente um decréscimo do peso dos Jovens em quase todas as freguesias, apenas contrariando essa tendência Cambezes do Rio, Donões, Meixedo, Vilar de Perdizes, Sezelhe e Venda Nova.

1.6.4.3 - Índice de Dependência Total (IDT)

O índice de dependência total¹⁶, no concelho de Montalegre, é mais elevado do que em Portugal, no Norte e no Alto Trás-os-Montes. No entanto, verifica-se uma tendência geral para o acréscimo deste índice na última década, o que se deve, sobretudo, ao contínuo declínio da população mais jovem, ou seja, da população com menos de 15 anos e ao aumento da população mais idosa.

¹⁶ **Índice de Dependência Total** – Representa o número de indivíduos com mais de 64 anos e com menos de 15 anos, por cada 100 indivíduos, em idade activa (15-64 anos).

Gráfico n.º 17 – Evolução do Índice de Dependência Total, entre 1991, 1991, 2001 e 2011 por NUTs



Fonte – Censos 2011

Em algumas freguesias, entre o recenseamento de 2001 e o de 2011, (vide quadro n.º 9, anexo I), ocorreram oscilações devido ao aumento ou diminuição do peso dos jovens ou idosos na população em idade ativa. Por exemplo, em algumas freguesias (Cervos, Covelães, Covêlo do Gerês, Ferral, Padornelos, Paradela, Pitões das Júnias, Santo André, Sarraquinhos e Tourém), o índice de dependência total diminuiu na última década devido à quebra acentuada da população e ao decréscimo do IDJ. Apesar disso, o IDI aumentou significativamente.

1.7 – Movimentos migratórios no concelho de Montalegre

A análise das migrações e do movimento natural permite observar mais detalhadamente o dinamismo demográfico existente num determinado concelho.

O saldo migratório¹⁷ indica-nos até que ponto determinado concelho é ou não atrativo do ponto de vista demográfico.

¹⁷ **Saldo Migratório** – Diferença entre o número de indivíduos que entram num território para nele passarem a residir e os que, pelo contrário, deixam de aí residir.

Quadro n.º 5 – Movimentos da população entre 2001/2011

Movimentos da População	Taxa de crescimento natural %		Taxa de crescimento migratório %		Taxa de Crescimento Efetivo %	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	0,07	-0,04	0,63	0,04	0,71	-0,01
Região Norte	0,26	0,02	0,39	-0,14	0,65	-0,12
Alto Trás-os-Montes	-0,57	-0,76	0,37	-0,25	-0,2	-1,01
Concelho de Montalegre	-1,12	-1,31	-0,35	-0,64	-1,47	-1,95

Fonte: INE, Censos 2011

Através da leitura do quadro n.º 5, podemos apurar que no concelho de Montalegre a Taxa de Crescimento Natural diminuiu no último recenseamento (2001/2011). No entanto, a taxa de crescimento migratório, passou para quase o dobro em 2011, levando a uma diminuição significativa da taxa de crescimento efectivo¹⁸ (-1.95%), superior ao do País (-0.01%).

Nesta ótica, o concelho de Montalegre pode ser considerada a entidade espacial, em análise, mais repulsiva.

Quadro n.º6 – População residente (N.º), Sexo, Local de proveniência
(Migrações relativamente a 31/12/2009)

Migrações relativamente a 31/12/2009	Sexo	Montalegre N.º
Total	HM	10537
	H	5096
Ainda não tinha nascido	HM	48
	H	20
População que não mudou de residência	HM	9768
	H	4740
População que mudou de residência na mesma freguesia	HM	385
	H	171
Provenientes do país	HM	200
	H	86
População que mudou de freguesia de residência no mesmo município	HM	111
	H	49
População que mudou de município	HM	89

¹⁸ **Taxa de Crescimento Efetivo** - Variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10²) ou 1000 (10³) habitantes).

	H	37
Provenientes do estrangeiro	HM	136
	H	79

Fonte: INE, *Censos 2011*

Verifica-se, neste caso, um enfraquecimento do fenómeno migratório devido ao elevado número de indivíduos na camada etária mais idosa. A imobilidade, no concelho de Montalegre, é superior a 90%.

Este fenómeno designa-se de “*inércia migratória*”, isto é, representa o número de indivíduos que não mudaram de concelho no período considerado (2001-2011).

Relativamente aos fluxos migratórios no concelho, em 2011 (quadro n.º 6) constata-se que a maioria da população não mudou de residência.

Da população a residir no concelho, verifica-se que 200 indivíduos são provenientes do país e 136 do estrangeiro.

Analisando a origem da população estrangeira residente no concelho, por continente, denota-se que uma grande parcela é oriunda do Continente Europeu, e com uma expressão muito mais residual, encontramos os imigrantes de origem africana.

Quadro n.º 7 - População residente (N.º) por Local de residência, Sexo, Local de proveniência (Migrações relativamente a 31/12/2009) e Naturalidade (País).

Local de proveniência (Migrações relativamente a 31/12/2009)	Sexo	N.º
Provenientes do estrangeiro	HM	136
	H	79
França	HM	59
	H	31
Alemanha	HM	9
	H	6
Reino Unido	HM	15
	H	9
Espanha	HM	9
	H	4
Bélgica	HM	2
	H	1
Luxemburgo	HM	9
	H	5
Suíça	HM	14
	H	10
Andorra	HM	1
	H	1
PALOP	HM	3
	H	2
Estados Unidos	HM	9

	H	6
Brasil	HM	4
	H	2
Outros	HM	4

Fonte: INE, *Censos 2011*

1.8 - Síntese conclusiva

As dinâmicas demográficas do concelho de Montalegre são pautadas por um progressivo e persistente envelhecimento populacional e apelam não só para um reconhecimento dessa evidência, mas para a existência de um esforço no sentido de um maior reconhecimento das idades pós-ativas, através da criação de incentivos à criação de novas oportunidades de emprego e inserção social, direcionadas para um estrato populacional geralmente não contemplado por este tipo de iniciativas. Poder-se-á, eventualmente, apoiar financeiramente o desempenho de iniciativas de interesse público (culturais, assistenciais, etc.) e que, pela sua natureza específica, não colidam necessariamente com os postos de trabalho existentes, contribuindo, assim, para uma diminuição do número de idosos que dependem financeiramente da sociedade, sendo uma via também para a reanimação de costumes, usos e tradições locais.

Assim, podemos dizer que o alcance de níveis de coesão social aceitáveis não é incompatível com uma sociedade envelhecida. Neste caso concreto, o envelhecimento populacional traduz-se essencialmente em situações de isolamento face à sociedade exterior (muitos dos idosos encontram-se numa situação de abandono e solidão até porque os seus familiares mais diretos encetaram percursos migratórios), relativo abandono e declínio social das pessoas, más condições de habitabilidade e alimentação, forte apego ao meio de origem – casa – individualismo, enquanto forma de relacionamento, e fatalismo, enquanto perspetivação de futuro, o que constitui um somatório de dinâmicas sociais pouco animadoras do ponto de vista do envolvimento e da participação sociais.

Acresce a tudo isto, o facto de a sociedade civil, em geral, não estar preparada para encarar a velhice enquanto modo de estar na vida e forma de coexistência social. Para além disso, convém salientar que o envelhecimento populacional é muito exigente relativamente ao meio envolvente no que concerne às infra-estruturas e aos serviços de apoio para lhe fazer face; ora, este é um contexto novo relativamente ao qual as

fórmulas clássicas e em geral estigmatizantes de proteção social ao idoso não se adequam, quer pela extensão quantitativa, quer pela extensão qualitativa do fenómeno.

A chamada sociedade providência, assente em relações de vizinhança e solidariedade, tende ainda a entrar em declínio, quer pela fuga sucessiva dos campos por parte das populações mais jovens, quer pela penetração de modos de vida e de relacionamento orientados por padrões de maior anonimato e conformismo face ao meio envolvente.

Acresce a tudo isto o facto de, nesta região, a forte dispersão geográfica condicionar os contactos e as redes de relações sociais.

2 – Habitação

Considerando o povoamento e o espaço construído, podemos avançar, em primeiro lugar, com uma análise das principais tendências de evolução das condições de habitabilidade presentes no território do Barroso.

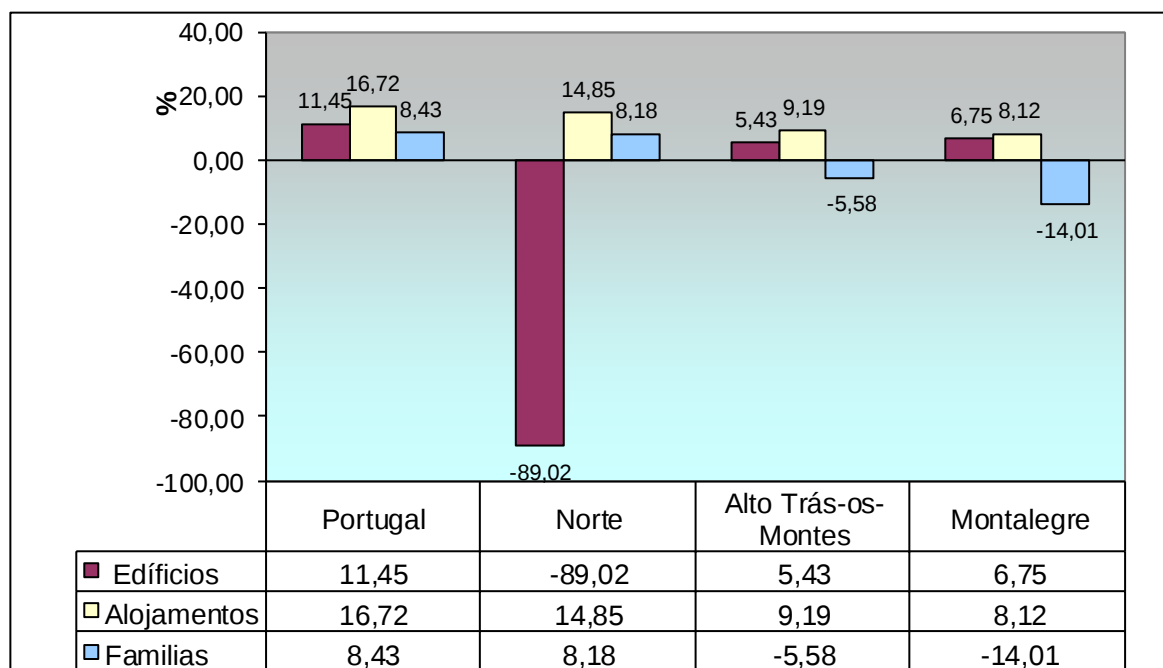
2.1 – Evolução do número de alojamentos, edifícios e famílias entre 1991 e 2011

Para analisarmos esta temática, foi necessário aceder a um vasto conjunto de dados que permitem uma melhor e mais completa abordagem desta área.

Em 2011, residiam no concelho de Montalegre 10 537 pessoas e existiam 10555 alojamentos familiares, repartidos por 9515 edifícios.

Verifica-se, assim, pela análise do gráfico n.º 1 (vide quadro n.º 1, anexo II), a existência de uma tendência geral para a expansão do parque habitacional em Portugal, Alto Trás-os-Montes e Montalegre, devido a uma dinâmica significativa de investimento na habitação, no período em análise.

Gráfico n.º 1 – Variação do número de alojamentos, edifícios e famílias, entre 2001 e 2011 por NUT's



Fonte: Censos 2011

No entanto, esta tendência materializa-se de forma diferenciada quando comparamos a evolução dos alojamentos, edifícios e famílias.

Através do cruzamento destas fontes de informação, é possível averiguar o seguinte: quer no Continente, quer na região Norte a evolução do número de famílias acompanhou a evolução do número de alojamentos.

A região de Alto de Trás-os-Montes, apesar de ter uma evolução similar ao Continente e à região Norte quanto ao crescimento dos alojamentos, possui valores inferiores e uma menor discrepância entre os indicadores (edifícios e famílias), registando mesmo o menor crescimento do número de edifícios no período intercensitário em análise.

No concelho de Montalegre, constatou-se uma evolução paralela entre o número de alojamentos e o número de edifícios, apresentando valores idênticos, cerca de 6.75% para os edifícios e 8.12 % para os alojamentos, respetivamente. Esta situação inverteu-se consideravelmente para as famílias pois estas diminuíram, atingindo um valor de -14.01% entre os dois recenseamentos (2001/2011). Deduz-se com isto que o ritmo de crescimento habitacional, neste concelho, é superior ao ritmo de crescimento populacional.

Relativamente ao número médio de alojamentos por edifício, registaram-se os valores em Portugal, de 1.6, em 2001 e 1.8, em 2011. Na região Norte, no período em análise, de 0.1, em 2001, para 0.2, em 2011, alojamentos por edifício.

No Alto Trás-os-Montes e no concelho de Montalegre, o número médio de alojamentos por edifício alterou-se ligeiramente no período em análise, mantendo-se um alojamento por edifício. A construção unifamiliar continua, assim, a ser a solução habitacional dominante nestas áreas.

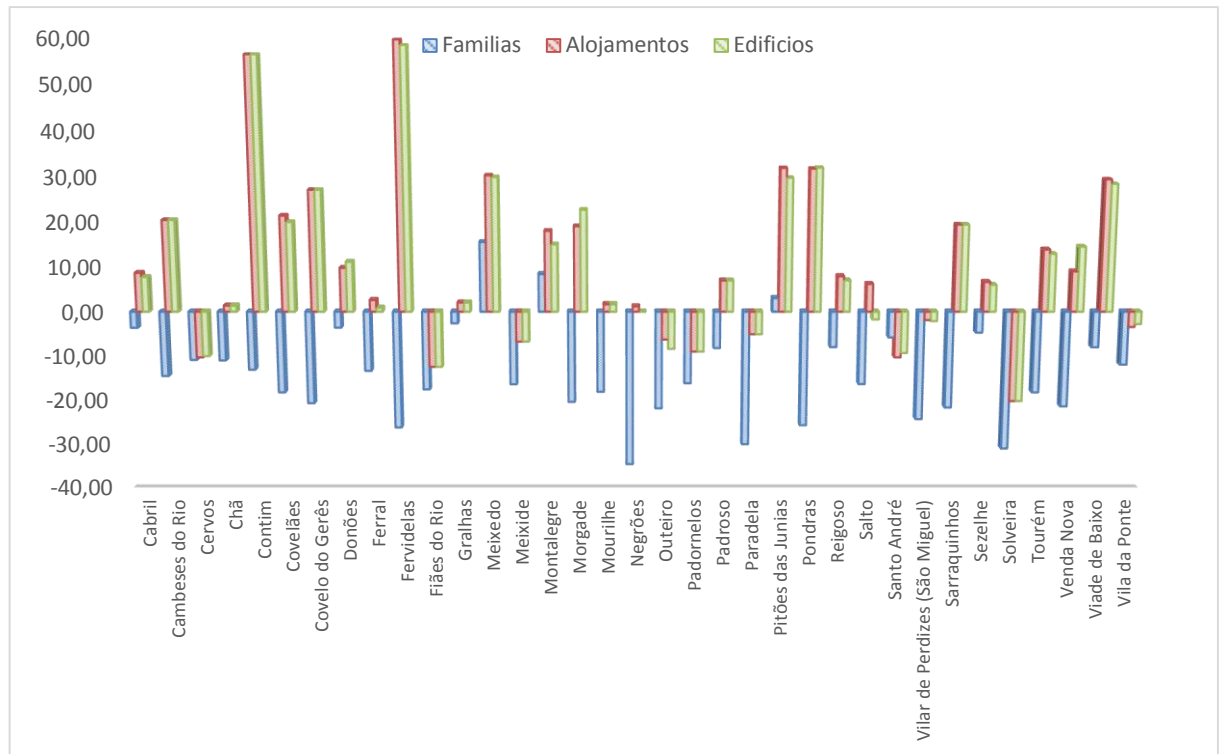
A análise dos dados relativos aos dois últimos recenseamentos da habitação ao nível das freguesias no concelho de Montalegre, de acordo com o gráfico n.º2 (vide quadro n.º2, anexoII) demonstra a quase total coincidência do aumento do número de alojamentos e do número de edifícios.

A evolução é positiva na maioria das freguesias e em especial destaque estão as freguesias de Contim (56.20%), Fervidelas (59.30%), Meixedo (30.10%), Pondras (31.50%) e Viade de Baixo (29.20%).

No entanto, o número de famílias diminuiu acentuadamente. Quase todas as freguesias registam uma variação negativa, ao nível das famílias.

Porém, em algumas destas freguesias, houve uma variação positiva do número de famílias, como é o caso de Meixedo (15.48%), Montalegre (8.38%) e Pitões das Júnias (3.03%).

Gráfico n.º 2 – Variação do número de alojamentos, edifícios e famílias, entre 2001/2011



Fonte – INE, *Censos 2011*

Comprova-se, a existência de uma tendência crescente do número de alojamentos relativamente ao número de famílias residentes. Logo, é evidente uma situação de subocupação dos alojamentos, característica típica do concelho de Montalegre.

Atendendo ao tipo de alojamentos (vide quadro n.º 3, anexo II), verifica-se que os alojamentos familiares clássicos, no concelho de Montalegre obtiveram uma evolução positiva de 8.2%, entre 2001 e 2011, ao contrário dos alojamentos familiares não clássicos que registaram uma variação negativa de menos 100%.

Quanto aos alojamentos familiares clássicos, segundo a forma de ocupação (quadro n.º 1), estes aumentaram claramente no concelho, nos últimos recenseamentos, registando 5.2 %.

Quadro n.º1 – Alojamentos familiares segundo a forma de ocupação, variação 2001/2011

Alojamentos familiares segundo a forma de ocupação	Variação 2001/2011
Alojamentos Familiares - Ocupados - Total	5,2
Alojamentos Familiares - Ocupados - Residência habitual	-9,9
Alojamentos Familiares - Ocupados - Uso sazonal ou secundário	21,1
Alojamentos Familiares - Vagos - Total	49,9
Alojamentos Familiares - Vagos - Para venda	42,2
Alojamentos Familiares - Vagos - Para aluguer	-12,5
Alojamentos Familiares - Vagos - Para demolição	100
Alojamentos Familiares - Vagos - Outros casos	54,9

Fonte – INE, *Censos 2011*

A maioria das freguesias teve um aumento considerável na ocupação dos alojamentos (vide quadro n.º4, anexo II), destacando-se as freguesias de Contim (55.7%), Fervidelas (52.3%), Montalegre (29.3%), Ferral (27.9%), Gralhas (20.3%), entre outras.

Por outro lado, há freguesias cuja ocupação dos alojamentos familiares sofreram um pequeno decréscimo como, por exemplo, Santo André (-31.1 %), Solveira (-24.6 %), Paradela (-22.2%), Tourém (-20.3 %) e Padornelos (-17.9%).

Os alojamentos ocupados de residência habitual, no período em questão (2001 e 2011), decresceram, verificando-se uma variação de -9.9%. Ao nível da maioria das freguesias, também houve um decréscimo significativo desta forma de ocupação na última década.

Os alojamentos ocupados de uso sazonal ou secundário aumentaram no concelho, atingindo valores mais elevados em algumas freguesias entre as quais Fervidelas (73.0%), Mourilhe (72.8%), Contim (69.8%), Solveira (68.8%) e Fiães do Rio (65.8%).

Este cenário pode resultar, em grande parte, da construção de alojamentos destinados apenas a serem ocupados temporariamente pela população emigrante, que regressa sazonalmente, originando oscilações significativas em termos de ocupação dos

alojamentos existentes, bem como da construção de segundas habitações, promovidas por não residentes e ocupadas apenas nos fins-de-semana e períodos de férias.

Os alojamentos familiares vagos registaram uma variação positiva de 49.9%, no concelho. Já no que respeita às freguesias, a situação é muito díspar pois, embora a maioria apresente uma variação positiva, em determinadas freguesias registou-se uma forte diminuição, sendo os exemplos mais salientes os das freguesias de Cabril, que passou de 33 para 0 alojamentos vagos, de Meixide (18 para 0), de Vila da ponte (3 para 0), de Negrões (de 30 para 4), de Ferral (de 72 para 4), entre outras.

Os alojamentos familiares vagos para vender aumentaram 42.2% entre 2001 e 2011. Por sua vez, existem ainda os destinados a arrendar/ alugar, sendo que estes registaram um decréscimo de -12.5%. Os restantes encontram-se para demolir e aumentaram para o dobro na última década.

O quadro n.º 2 permite uma análise das condições de habitabilidade dos alojamentos do concelho.

Quadro n.º 2 – Condições de habitabilidade dos alojamentos

		2001	2011	Variação
Existência de água canalizada	Com água canalizada no alojamento	4459	4156	-6.79
	Sem água canalizada no alojamento	199	66	-66.83
Existência de sistema de drenagem de águas residuais	Com sistema de drenagem de águas residuais	4467	4156	-6.96
	Sem sistema de drenagem de águas residuais	217	64	-70.5
Existência de instalação de banho ou duche	Com instalação de banho ou duche	3856	4010	3.84
	Sem instalação de banho ou duche	828	212	-74.4
Existência de instalações (Retrete e sistema de águas residuais)	Com retrete com dispositivo de descarga	2902	4031	28
	Com retrete sem dispositivo de descarga	102	32	-68.63
	Sem retrete mas existente no edifício	462	4	-99.13
	Sem retrete	1218	148	-87.85

No que concerne ao abastecimento de água canalizada no interior dos alojamentos, este existe na maioria dos casos e está, sobretudo, ligado à rede pública, embora a rede privada também albergue uma fração de alojamentos no concelho.

Apesar de nos censos de 2001 ainda se registar uma fração considerável de alojamentos sem água canalizada, em 2011 decresceram 66,83%.

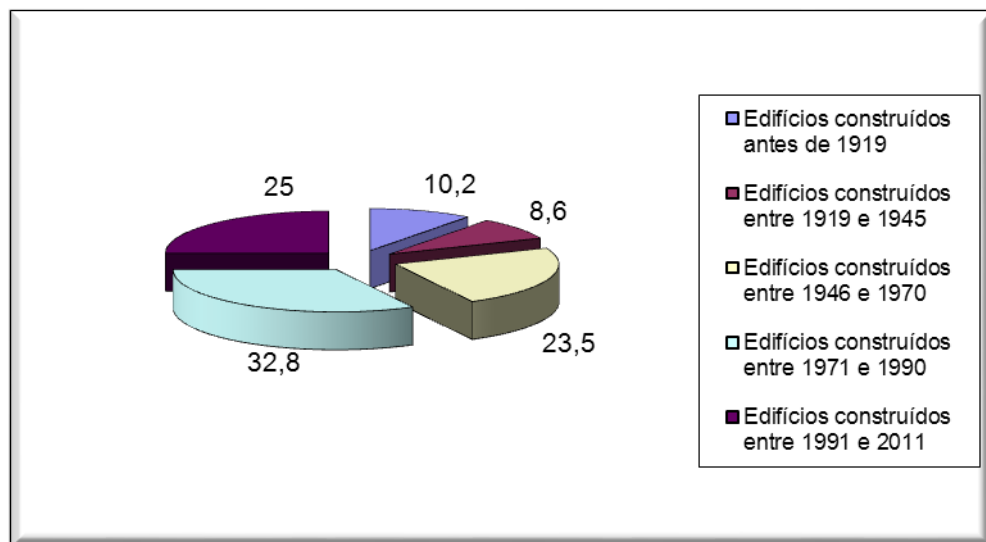
A maioria dos alojamentos familiares de residência habitual no concelho possui retrete com dispositivo de descarga e, no período considerado, esta situação aumentou 28%.

Os alojamentos sem retrete diminuíram drasticamente, passando de 1218 alojamentos sem retrete para 148.

2.2 - Edifícios segundo a época de construção

Segundo o gráfico n.º 3, relativo à época de construção dos edifícios por freguesias, é notável o maior impacto da construção no período entre 1971 e 1990. Na última década, também se verificou um grande dinamismo na edificação.

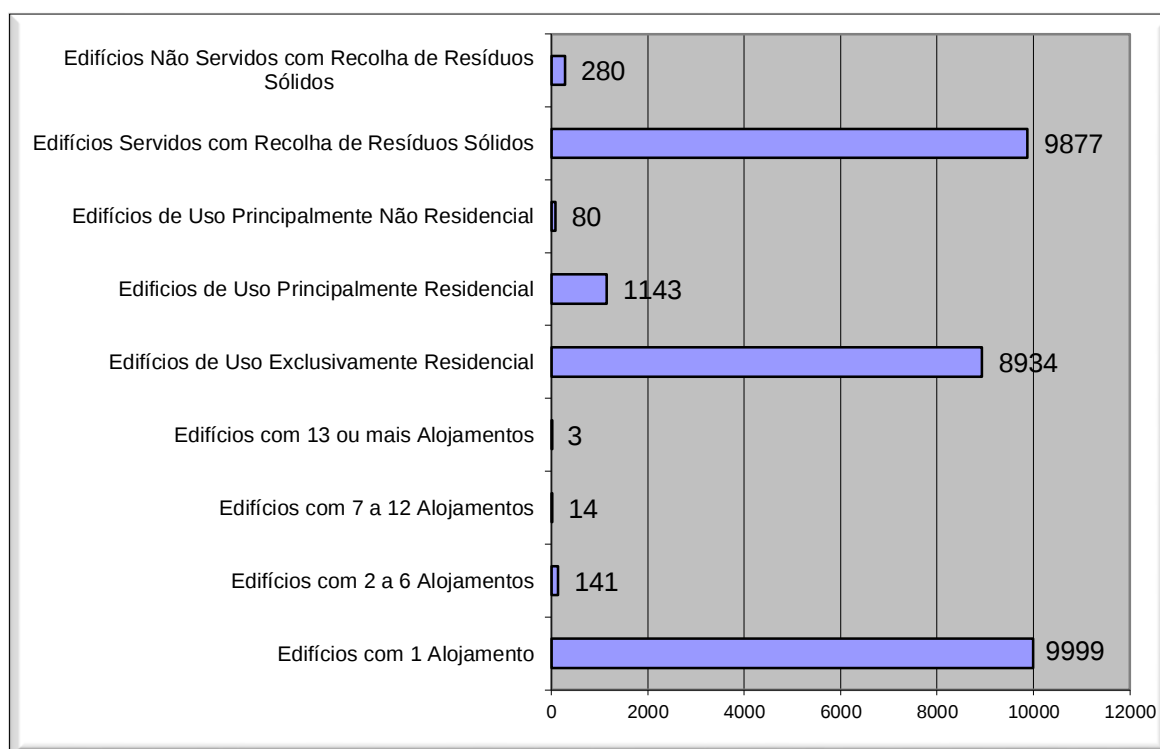
Gráfico n.º 3 – Número de edifícios segundo a época de construção



2.3 - Edifícios segundo o número de alojamentos e principal uso

No concelho de Montalegre, predominam os edifícios com um só alojamento (vide gráfico n.º 4).

Gráfico n.º 4 – Edifícios segundo o número de alojamentos e principal uso



Fonte – INE, Recenseamento Geral da População

Só na freguesia de Montalegre é que se encontram edifícios com 7 a 12 alojamentos, num total de 14 edifícios, e 3 edifícios com 13 ou mais alojamentos.

São dominantes no concelho os edifícios de uso exclusivamente residencial e a maioria estão servidos com recolha de resíduos sólidos (vide gráfico n.º 4).

Na maioria das freguesias, os edifícios são de uso exclusivamente residencial, destacando-se Salto com 951 edifícios nesta categoria, Chã com 723, Viade de Baixo com 568, Cabril com 428, Vilar de Perdizes com 385 e Montalegre com 900 (vide quadro n.º 5, anexo II).

São poucas as freguesias no concelho com edifícios de uso principalmente não residencial, sendo os casos mais evidentes as freguesias de Venda Nova (11), Ferral (10), Montalegre (18) e poucos mais.

Na maioria das freguesias, os edifícios estão servidos com recolha de resíduos sólidos.

2.4 – Habitação social

O conceito de Política Social de Habitação traduz, em primeiro lugar, a preocupação com os indivíduos e com a valorização da qualidade de vida destes, em termos de habitação, contudo não se esgota nesta. A aquisição de habitação social deverá despoletar um processo global de melhoria da qualidade de vida dos indivíduos.

No concelho de Montalegre existem, atualmente, dois parques habitacionais de Habitação Social, um situado na freguesia de Montalegre, na localidade do Bairro do Crasto, e um segundo, sito nas Minas da Borralha, freguesia de Salto, Bairro Novo da Borralha.

O parque habitacional do Bairro do Crasto agrega, neste momento, três conjuntos de habitações. O primeiro conjunto, denominado Agrupamento Habitacional Ex – CAR, tem 86 habitações unifamiliares, geminadas, construídas em pré-fabricado de madeira, no ano de 1975 pelo Ex-Fundo de Fomento de Habitação. Estas habitações, inicialmente distribuídas em regime de arrendamento social, foram, entretanto, cedidas à Câmara Municipal de Montalegre que, posteriormente, as vendeu aos arrendatários que nelas habitassem permanentemente a preços simbólicos e pagas em 36 prestações mensais. Atualmente, o Município detém apenas a propriedade de 12 destas habitações que continuam atribuídas em regime de arrendamento, tendo já a maioria, das vendidas, sido recuperadas/reconstruídas pelos seus proprietários.

O segundo conjunto habitacional do Bairro do Crasto é constituído por 1 edifício com 2 blocos de 8 habitações, construídas ao abrigo de um Programa de Desenvolvimento de Construção de Habitação a Custos Controlados (CDH), sendo todas, atualmente, propriedade dos seus ocupantes. Neste conjunto, estão ainda a ser construídos mais dois blocos, num total de 8 habitações, construídas ao abrigo do mesmo programa e que serão também vendidas.

O terceiro conjunto, composto por um edifício com 18 alojamentos – Edifício Albino Fidalgo resulta de um testamento de um benemérito do concelho. Estas habitações foram atribuídas em regime de comodato, de acordo com a vontade

testamentária. Está em fase de construção o 2º prédio albino Fidalgo, com 18 alojamentos – II Edifício Albino Fidalgo, já em fase de acabamento e estas habitações serão atribuídas em regime de comodato, de acordo com a vontade testamentária.

No âmbito deste mesmo testamento, o Município prevê ainda construir um edifício na Freguesia de Salto que comportará 12 alojamentos.

O parque habitacional situado na localidade da Borralha, freguesia de Salto e denominado Bairro Novo da Borralha, constituído por 141 habitações, foi o bairro que albergou os trabalhadores das extintas Minas da Borralha. Com o encerramento das minas, e posterior venda de todo o património, este bairro foi parar às mãos de um investidor particular. Face à precaridade em que as pessoas ocupavam estas habitações, o Município adquiriu-as e, posteriormente, deliberou cedê-las gratuitamente a todos os agregados familiares que comprovadamente delas fizessem a sua habitação única e permanente. Atualmente este bairro tem apenas 136 habitações: 5 delas foram já demolidas, 113 foram cedidas a título gratuito e 23 foram vendidas, a preço simbólico e em hasta pública, a residentes na localidade, sem habitação própria. Dado o estado de degradação avançada de algumas destas habitações, o Município tem atualmente um programa específico de ajuda à reconstrução das habitações deste bairro, que sejam ocupadas por famílias carenciadas.

Quadro nº3 – Tipologia das habitações sociais construídas / em construção

	T1	T2	T3	T4	Total
Agrupamento Ex-Car	12	43	22	9	86
Programa CDH	0	6	8	2	16
Bairro Novo da Borralha	32	86	18	0	136
Prédio Albino Fidalgo	2	4	12	0	18
Prédio Albino Fidalgo II		12	6		18
TOTAL	46	151	66	11	274

Fonte: *Divisão Socio-Cultural, CMM*

O Município de Montalegre, anualmente, prevê, no seu plano de atividades, a recuperação de habitações degradadas de famílias carenciadas ou famílias com pessoas

com deficiência que se concretiza através da cedência de materiais ou da execução de obras de recuperação/beneficiação.

Tem sido política deste município, em termos de habitação social, a venda das habitações aos seus habitantes em permanência, como forma de responsabilização dos seus ocupantes, relativamente à conservação das mesmas.

No quadro dos objetivos estratégicos dos Projectos de Luta contra a Pobreza, implementados no concelho de Montalegre no âmbito do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, a recuperação/beneficiação de habitações a agregados familiares carenciados, foi uma das ações comuns aos dois projetos. Estas ações foram justificadas pela necessidade de restituir os laços sociais de uma população que, em espaço rural e porque carece das condições mínimas de habitabilidade, corre o risco de ser marginalizada e estigmatizada.

Na vigência do primeiro projecto, “Projeto Rio Beça”, que ocorreu entre 1995-1998, foram recuperadas/beneficiadas 7 habitações.

Com a promoção e desenvolvimento do projeto “Terras de Barroso”, a decorrer entre 2001-2005, foram identificadas 83 situações de famílias e indivíduos carenciados a necessitar deste tipo de apoio, tendo sido identificadas famílias de tipo isolado (21), monoparentais (8), alargadas (7) e nucleares (47).

O Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (PCHI), criado pelo Despacho nº 6716-A/2007 de 5 de Abril, visou a qualificação habitacional com o objectivo de melhorar as condições básicas de habitabilidade e mobilidade das pessoas idosas que usufruissem de serviços de apoio domiciliário, por forma a prevenir e a evitar a institucionalização.

O PCHI foi executado, em parceria, pelo Instituto de Segurança Social e pelos Municípios, mediante protocolos de colaboração em que o Instituto de Segurança Social assumia os encargos com os materiais necessários à qualificação do edificado e ao nível do equipamento, até ao montante máximo de 3.500€ por habitação, assumindo o Município a responsabilidade da execução e do acompanhamento das obras de recuperação.

O concelho de Montalegre foi contemplado com 18 intervenções, num investimento total que rondou os 196 mil euros, dos quais perto de 133.211,26€ mil foram suportados pelo Município, cabendo a restante parte ao Instituto de Segurança Social.

De referir que o montante gasto pelo Município foi muito além daquilo que estava previsto, tendo em conta que as candidaturas apresentadas, e que foram consideradas prioritárias pelo Conselho Local de Acção Social (CLAS), careciam de intervenções muito profundas, de modo a permitir a criação das condições básicas de conforto.

No âmbito do apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, foram também intervencionadas várias habitações no concelho, sendo que no ano de 2012 sofreram intervenções profundas 5 habitações.

2.5 - Síntese conclusiva

Tendo em conta as tendências demográficas anteriormente apresentadas, é de realçar a baixa proporção de famílias a viver em alojamentos sobrelotados, resultando desta observação um maior número de divisões por alojamento e menos pessoas por divisão. Porém, as condições de habitabilidade e de conforto são agravadas devido à falta de infra-estruturas básicas nos alojamentos. Desta forma, e embora desde 2001 tenha ocorrido uma evolução favorável ao nível das condições de higiene básica da habitação barrosã, ainda se registam carências assinaláveis pelo facto de, em 2011, existir, ainda, um número considerável de alojamentos sem casas de banho e instalações sanitárias (490 alojamentos). Esta situação vê-se agudizada pela existência de uma cobertura débil ao nível da rede de esgotos e de instalações sanitárias.

No tocante às principais tendências em termos de povoamento e sua relação direta com o espaço construído, poderemos ainda desenhar um cenário de relativa debilidade no que respeita ao estado de conservação física geral das casas. Esta situação prende-se com a existência de uma população idosa, isolada e com fracos recursos financeiros, o que lhes impossibilita uma tomada de decisão mais intensa em prol da requalificação e conservação das suas casas. As condições precárias de conservação das habitações prendem-se, ainda, com os contínuos fenómenos migratórios que têm avassalado o concelho, levando a um abandono progressivo das casas. O forte sentido de propriedade tem também levado à existência de um relativo imobilismo no sentido da dinamização do mercado imobiliário e fundiário.

Podemos, ainda, destacar, neste domínio de avaliação, a tendência para a construção de habitações novas, nomeadamente fora do miolo central das aldeias, especialmente por parte da população emigrante. Esta tendência construtiva merece

especial destaque sobretudo se equacionarmos o seu desrespeito pela arquitetura e memória local de habitação. Assim, muitas vezes, opta-se por soluções construtivas muito distantes dos moldes tradicionais, gerando efeitos dissonantes em termos de leitura espacial e social e fomentando, concomitantemente, a desagregação de uma unidade paisagística. Esta dinâmica de construção prende-se com o que podemos apelidar de democratização dos sucessos e reabilitação da imagem social, o que tem conduzido muitos dos emigrantes portugueses, tanto regressados como em antecipação de regresso, a marcar as suas realizações materiais com traços identificáveis da condição de emigrantes. Por outro lado, neste processo, também não podemos deixar de salientar a importância dos novos padrões de conforto que exigem que o acesso às habitações seja feito de automóvel ou que não se adaptam às habitações que integram ainda instalações para o gado, por exemplo. Todas estas exigências se tornam importantes na análise das dinâmicas de povoamento recentes do Barroso.

Nos últimos tempos, o concelho de Montalegre tem vindo a assistir a uma espécie de reocupação rural, pautada pela crescente procura de casas de segunda ou terceira residência por parte de população oriunda, nomeadamente, dos concelhos de Braga, Guimarães e Porto. Esta ocupação poderá afigurar-se como um importante veículo de dinamização local, como já constatamos, mas torna-se imperioso que exista uma lógica de respeito pelo ambiente e pela paisagem e um intuito de dinamização da mão-de-obra local, encarando a valorização do património como componente incontornável do processo de desenvolvimento local.

3 - Caracterização Socioeducativa

3.1 - Indicadores globais de instrução

Com base nos resultados dos censos de 2011, é possível inferir que o concelho de Montalegre apresenta um quadro de instrução baixo. Em comparação com o enquadramento nacional, o concelho apresenta valores mais elevados do que a média nacional, no que concerne às habilitações mais baixas, e valores menores, no que respeita a habilitações escolares acima do 3º ciclo. Relativamente ao ensino superior, o concelho apresenta menos de metade do valor percentual do quadro nacional. É de salientar que mais de 50% da população ou não possui nenhum nível de ensino ou possui o 1º Ciclo.

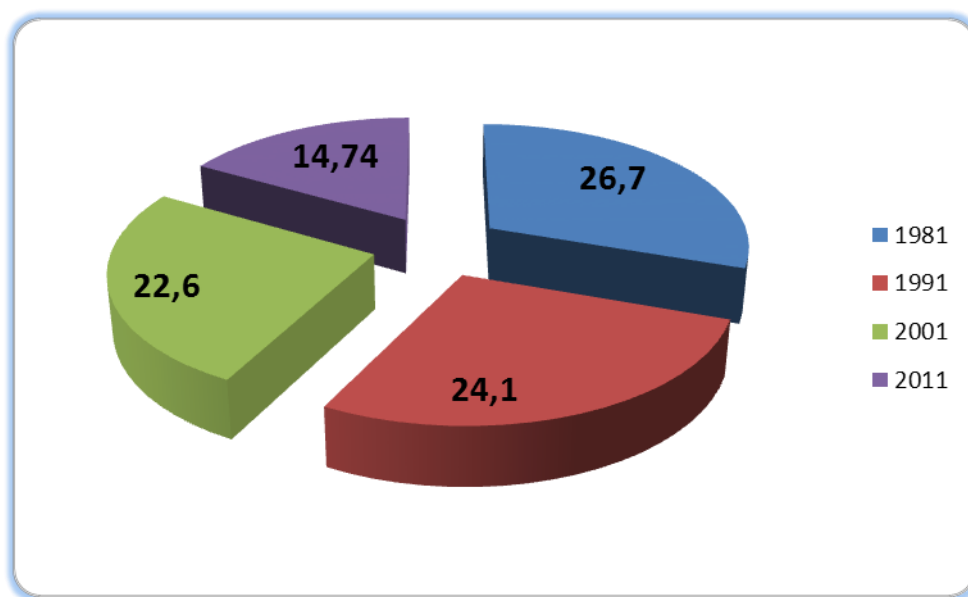
Quadro n.º 1 – População residente, nível de escolaridade mais elevado
completo

	Total	Nenhum	Básico - 1.º ciclo	Básico - 2.º ciclo	Básico - 3.º ciclo	Secundário	Pós-secundário	Superior
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Portugal	10561614	2023094	2680333	1403249	1687085	1362660	142744	1262449
Norte	3689609	693407	1017423	561614	571328	425577	39451	380809
Alto Trás-os-Montes	204381	46514	64099	24429	26543	21739	1737	19320
Montalegre	10537	2789	3756	1284	1128	922	60	598

Fonte – INE, *Recenseamento Geral da População*

No que respeita aos indicadores de analfabetismo, a análise do gráfico 1 permite constatar que o concelho de Montalegre, em 2011, apresenta uma taxa de 14.74% de analfabetos, registando um decréscimo nos últimos decénios (22.6% em 2001; 24.1% em 1991; 26.7% em 1981).

Gráfico n.º 1 – Taxa de analfabetismo, entre 1981, 1991, 2001 e 2011



Fonte – INE, *Recenseamento Geral da População*

Estamos, assim, perante um concelho que indicia um fraco investimento em capital escolar por parte da sua população residente. Apenas 24.18% da população residente concelhia possui habilitações superiores ao 9º ano de escolaridade.

Analisando a população residente no concelho de Montalegre, em 2011, segundo a qualificação académica por grupo etário e de acordo com o quadro n.º 2, importa destacar alguns aspetos relevantes: a ausência de qualificações académicas é tendencialmente maior a partir dos 40 anos, adquirindo um peso claramente superior na população com mais de 65 anos. A observação deste quadro reflete o crescente processo de democratização do acesso ao ensino em Portugal que se verificou nos últimos 30 anos, sendo patente um decréscimo no número de indivíduos sem qualquer qualificação académica. No entanto, é de dar especial atenção aos indivíduos que se situam nos grupos etários dos 15 aos 19 anos (4) e dos 20 aos 24 anos (7) que não atingiram o nível de escolaridade.

De um modo geral, constata-se que é entre os 15 e os 44 anos que se encontram os maiores índices de escolaridade. Assim sendo, a partir dos 45 anos verifica-se um decréscimo de habitações literárias, situação de visível proporcionalidade inversa relativamente ao referido anteriormente.

Quadro n.º 2 – População residente por grupos etários, segundo a qualificação académica

Grupo etário	Nível de escolaridade mais elevado completo								
	Total	Sem nível de escolaridade completo	Com nível de escolaridade completo	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Ensino secundário	Ensino pós-secundário	Ensino superior
Total	10537	2785	7752	3755	1288	1134	951	39	585
menos de 15	1003	592	411	190	219	2	0	0	0
15 - 19	501	4	497	13	123	272	86	3	0
20 - 24	478	7	471	6	34	124	223	14	70
25 - 29	471	4	467	7	61	114	138	12	135
30 - 34	462	14	448	42	92	112	114	6	82
35 - 39	502	16	486	69	142	94	107	2	72
40 - 44	550	24	526	130	170	103	76	0	47
45 - 49	730	54	676	318	159	86	72	1	40
50 - 54	803	65	738	437	117	91	60	0	33
55 - 59	783	94	689	495	78	51	26	0	39
60 - 64	773	110	663	555	37	32	20	1	18
65 - 69	801	213	588	505	28	24	14	0	17
70 - 74	849	406	443	399	11	13	4	0	16
75 ou mais	1831	1182	649	589	17	16	11	0	16

Fonte – INE, *Censos 2011*

3.2 - Comunidade Educativa

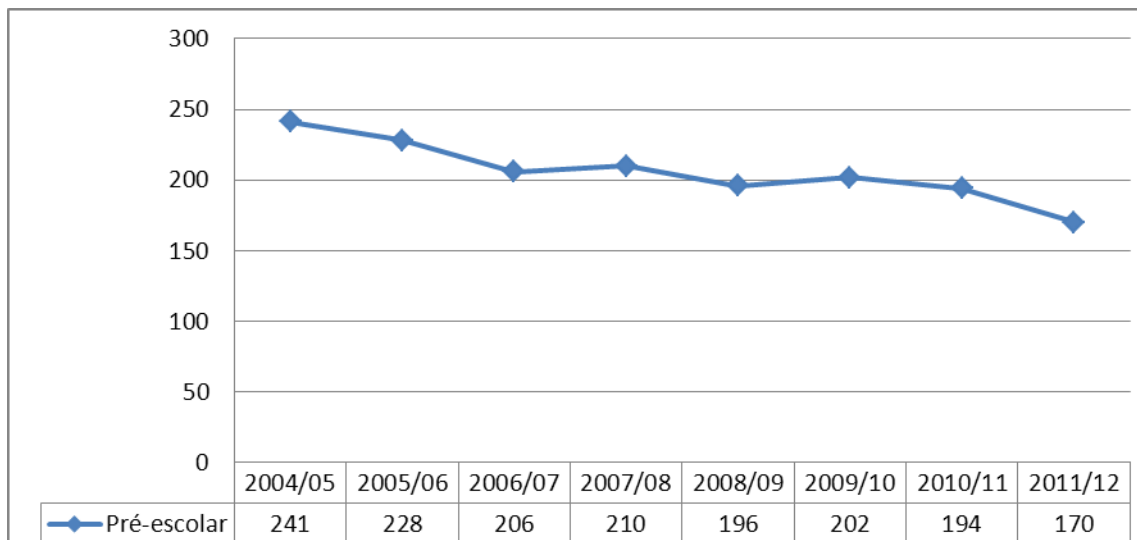
A rede escolar oficial do concelho de Montalegre integra um agrupamento: o Agrupamento de Escolas Dr. Bento da Cruz.

3.2.1. Estabelecimento de Ensino Pré-escolar

No ano letivo 2011/2012, um total de **4 equipamentos** de ensino constituiu a oferta de educação pré-escolar no concelho de Montalegre (Cabril, Salto, Vila da Ponte e Montalegre). Salienta-se aqui a inexistência de Estabelecimentos da Rede Privada no Concelho. No que se refere à população estudantil pré-escolar, no ano letivo 2011/2012, encontravam-se matriculadas **170 crianças** no total de 4 equipamentos pré-escolares do concelho. A grande maioria encontrava-se a frequentar o centro escolar.

Os estabelecimentos de educação Pré-Escolar asseguram um horário flexível de acordo com as necessidades familiares, garantindo o prolongamento de horário e serviço de almoço. A Câmara Municipal colabora, gratuitamente, no transporte das crianças entre a sua residência e o estabelecimento de ensino, na concretização de visitas de estudo, em projetos da área de desporto (atividade física) e nas verbas para aquisição de material didático e de desgaste rápido. As crianças que frequentam estes Jardins de Infância têm no mínimo 3 anos de idade, salvo as exceções previstas na lei.

Gráfico n.º 2: Evolução da População Pré-Escolar (2004-2011)



FONTE: DGEEC, 2013

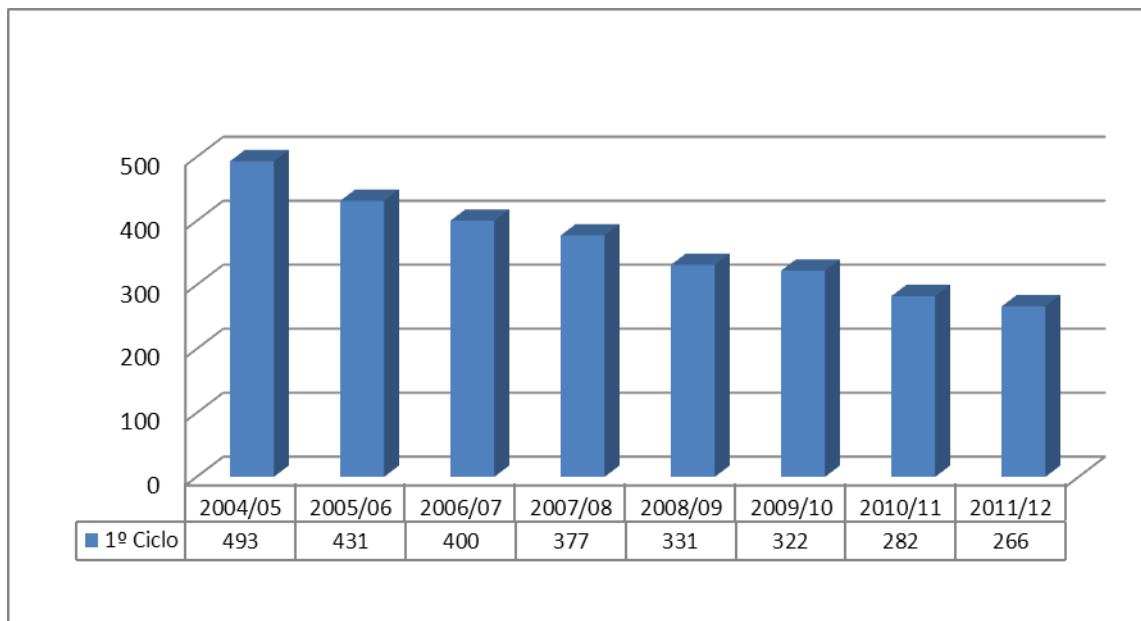
Mediante o quadro, constata-se que desde 2004/2005 até aos nossos dias o número de alunos diminuiu significativamente.

3.2.2. 1º Ciclo

No ano letivo 2011/2012, contabilizaram-se **5 estabelecimentos** educativos (Cabril, Ferral, Salto, Vila da Ponte e Montalegre) a ministrar o 1º ciclo do ensino Básico no concelho de Montalegre. Neste nível de escolaridade, a oferta é assegurada na sua totalidade pela rede pública.

Relativamente à população estudantil, no ano lectivo 2011/2012 encontravam-se matriculados **266 alunos** nos 5 estabelecimentos com 1º ciclo do ensino básico. O ensino básico existe na modalidade de ensino regular.

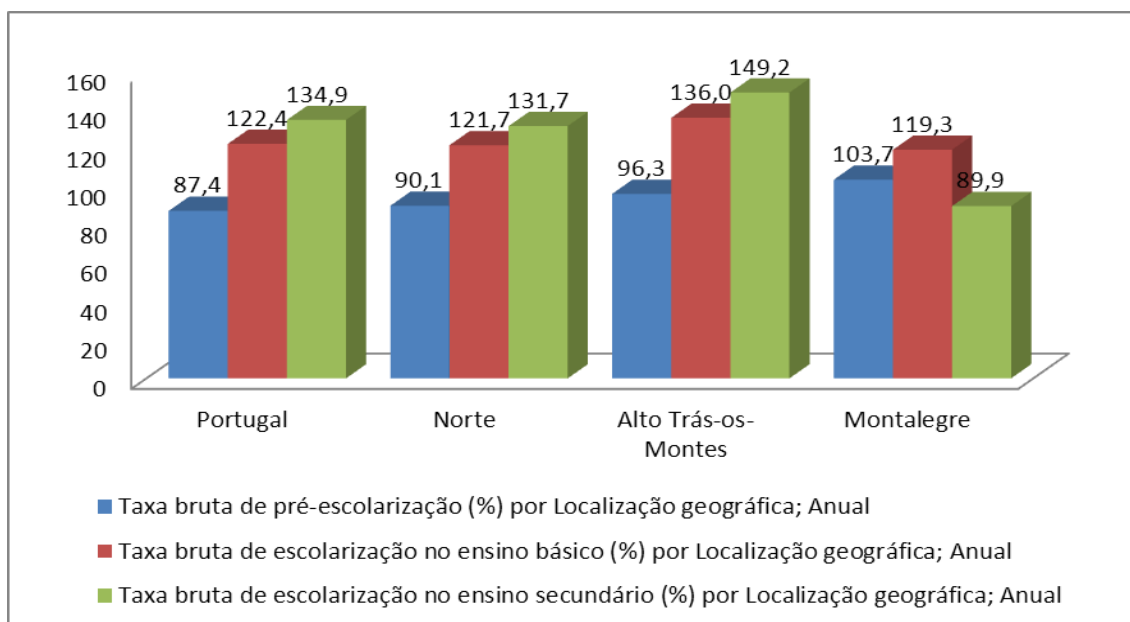
Gráfico n.º 3: Evolução da População Escolar (2004-2011)



FONTE: DGEEC, 2013

Verificando-se a evolução da população escolar desde 2004/2005 até 2011/2012, constata-se que o ano letivo de 2004/2005 é o que apresenta um maior número de alunos (493) e, por sua vez, o que apresenta o menor número (266) corresponde ao ano letivo de 2011/2012. Isto deve-se à baixa taxa de natalidade e a percursos migratórios.

Gráfico n.º 4 – Taxa Bruta de pré-escolarização



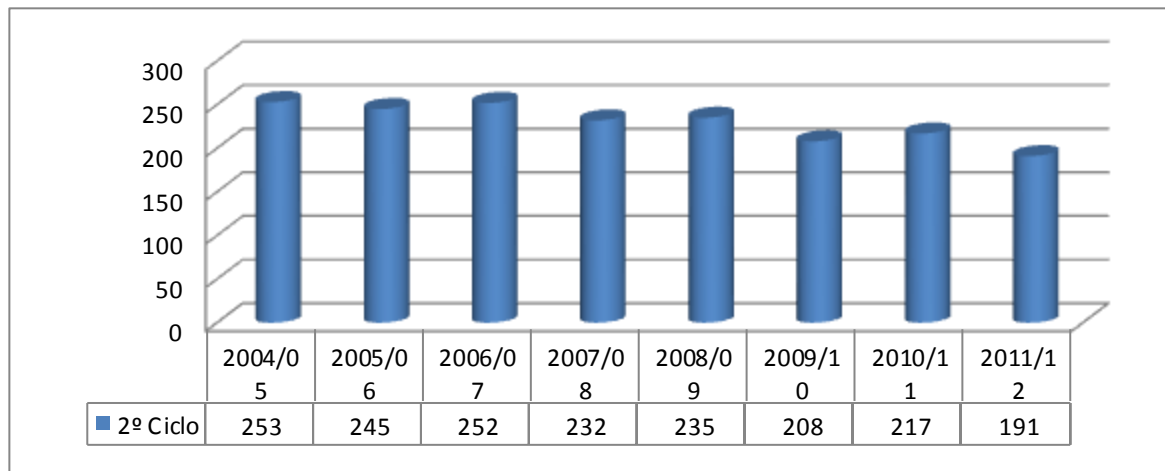
FONTE: DGEEC, 2013

Para o ano letivo de 2011/2012, estimou-se uma **taxa bruta de escolarização no ensino básico de 119.3 %** para o concelho de Montalegre, resultado da relação entre a globalidade da população em frequência nos estabelecimentos educativos com o 1º ciclo do ensino básico sedeados no concelho e a estimativa do total de crianças residentes no concelho com idades compreendidas entre os 6 e os 9 anos.

3.2.3. 2º e 3º Ciclos

No concelho de Montalegre contabilizaram-se **2 escolas públicas com 2º e 3º ciclos do ensino básico**, no ano letivo de 2011/2012.

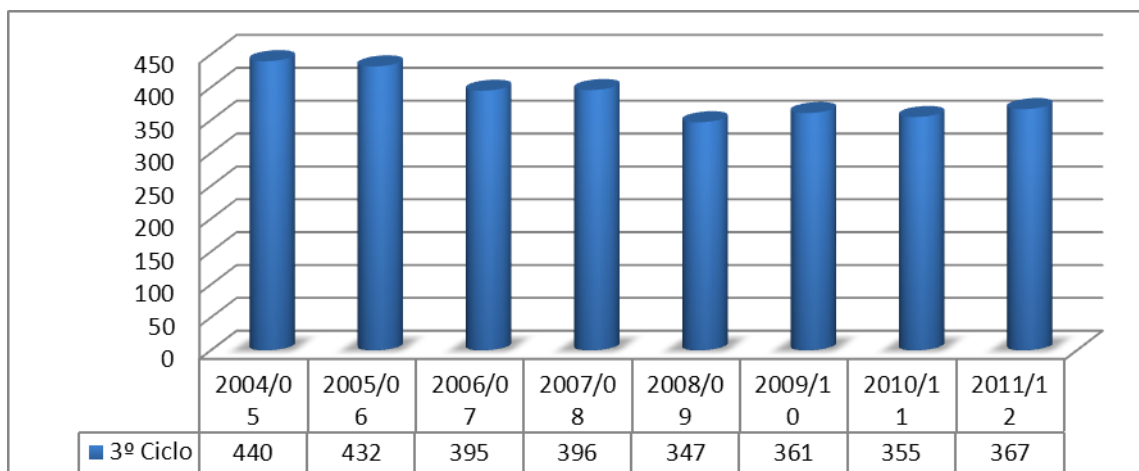
Gráfico n.º 5 – Evolução do número de alunos a frequentar o 2º ciclo



FONTE: DGEEC, 2013

Em 2011/2012, as 2 escolas públicas com o 2º e 3º ciclos do ensino básico abrangiam **558 alunos**: 191 no 2º ciclo e 367 no 3º ciclo. Em termos gerais, o número de alunos do 3º ciclo supera o do 2º ciclo. Relativamente à evolução do número de alunos das 2 escolas públicas com o 2º e 3º ciclo do ensino básico, observa-se que nos últimos 3 anos letivos a população estudantil decresceu significativamente.

Gráfico n.º 6 - Evolução do número de alunos a frequentar o 3º ciclo



FONTE: DGEEC, 2013

De modo a concluir o ensino básico, há outros percursos de formação, designadamente os cursos CEFA (Cursos de Educação e Formação), PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação) e EFA (Educação e Formação de Adultos).

Quadro nº3 – Outros Percursos Formativos

	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012
Cursos CEF	16	27	23	34	52	31	20
Cursos PIEF	-	-	-	-	-	26	45
Cursos EFA	-	19	33	12	3	-	19

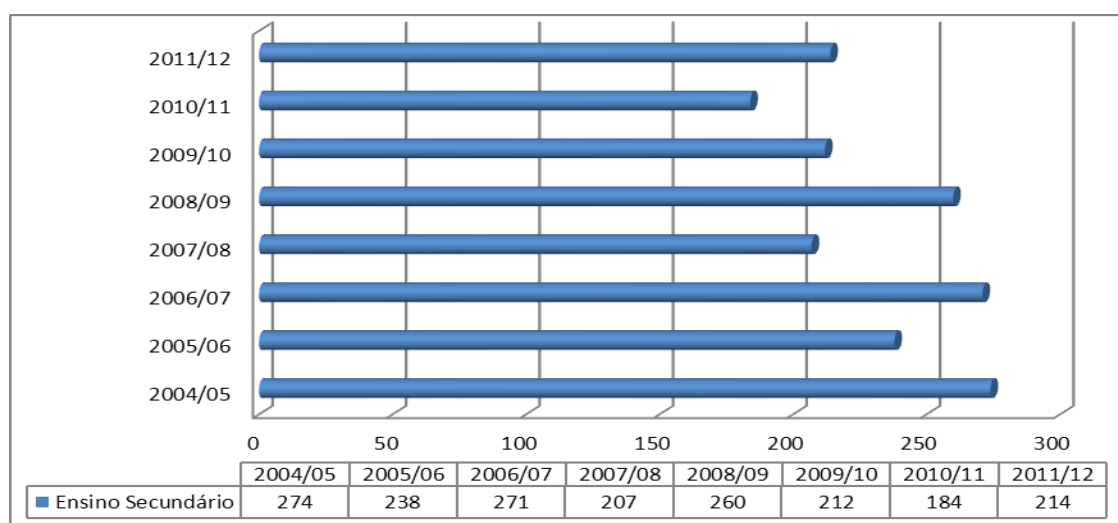
FONTE: Ministério da Educação

No Concelho de Montalegre verifica-se um aumento considerável da frequência nos cursos PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação). Nos cursos EFA (Educação e Formação de Adultos) no ano lectivo de 2001/2012 frequentaram 19 indivíduos.

Ensino Secundário

Relativamente ao ensino secundário, **o concelho de Montalegre dispõe apenas de 2 estabelecimentos públicos – Escola EB 2,3/S Baixo Barroso e Escola EB 2,3/S Dr. Bento da Cruz.** Em 2011/2012, frequentavam este nível de ensino 214 alunos. De acordo com os dados dos últimos anos letivos, constata-se que a população das escolas secundárias diminuiu, de 2004/05 para 2011/12, 60 alunos.

Gráfico n.º 7 - Evolução do número de alunos a frequentar o ensino secundário



FONTE: DGEEC, 2013

Na análise dos indicadores de retenção e desistência referentes ao 1º, 2º, 3º ciclos e secundário no período letivo de 2011/12, constata-se que o maior índice de retenção escolar é patente no 3º ciclo e ensino secundário, apesar do decréscimo significativo entre 2004/2005 e 2011/2012, no ensino secundário, (respetivamente 40.7% e 22.8 %). **É de salientar o aumento verificado no que concerne à retenção escolar do 2º ciclo que passa de 11.5 %, em 2004/05, para 18.8%, em 2011/12.** Os valores registados para o 3º ciclo decrescem de 28.4 %, em 2004/05, para 22.6%, em 2011/12. Relativamente ao 1º ciclo do ensino básico, apesar de apresentar valores mais baixos, ainda se regista 3.8% de retenção escolar.

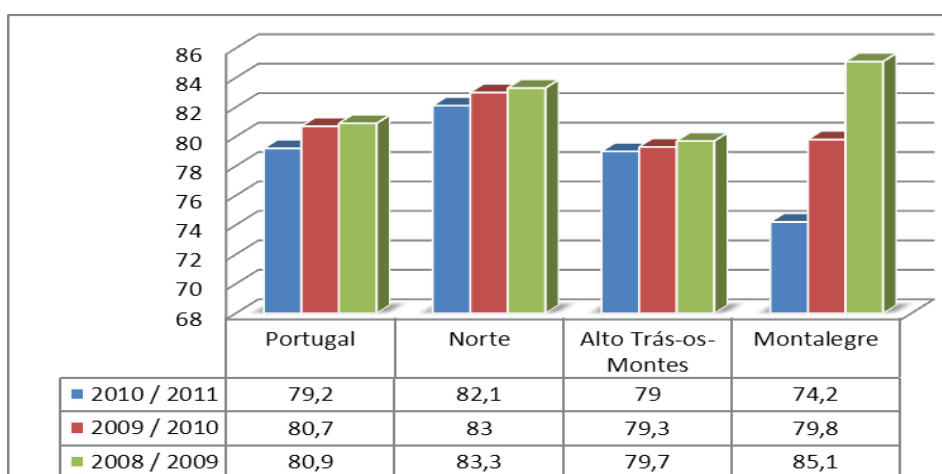
Quadro n.º 4 – Taxa de retenção e desistência

Taxa de Retenção e Desistência	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12
Ensino Básico	15,1	10,7	12,6	11,7	9,2	7,6	12,4	14,9
1º Ciclo do Ensino Básico	5,4	5,1	4,5	2,4	3,3	1,9	1,4	3,8
2º Ciclo do Ensino Básico	11,5	12,2	7,5	10,8	6,4	6,8	7,4	18,8
3º Ciclo do Ensino Básico	28,4	15,7	25,7	22,7	17,9	14,1	26,5	22,6
Ensino Secundário	40,7	24,8	34,2	23,7	14,9	20,2	25,8	22,8

FONTE: DGEEC, 2013

Refira-se que, no ano letivo 2010/2011, a taxa de transição/conclusão no ensino secundário foi inferior à média nacional, de acordo com o gráfico n.º 8.

Gráfico n.º 8 - Taxa de transição/conclusão do ensino secundário



FONTE: DGEEC, 2013

Atendendo a estes valores, aos do Alto Trás-os-Montes, aos da região Norte e aos de Portugal, pode-se, aliás, concluir que, no ano letivo 2010/2011, a taxa de transição/conclusão no concelho de Montalegre é a mais baixa de todas entidades espaciais consideradas.

Para conclusão do Ensino Secundário, também se verificou a oferta de outros percursos formativos, como sejam os Cursos Profissionais, Cursos EFA e Ensino Recorrente. Da análise do quadro n.º 5, verificamos que a frequência escolar nos cursos profissionais tem vindo a aumentar ao longo dos anos.

Quadro nº5 – Outros Percursos Formativos

	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012
Cursos Profissionais	18	35	44	43	26	44	51
Cursos EFA	-	-	-	71	56	10	26
Ensino Recorrente	35	27	-	-	-	-	-

FONTE: Ministério da Educação

As áreas dos cursos existentes no ano letivo em análise foram as seguintes:

- Curso profissional de técnico de restauração;
- Curso profissional de técnico de instalações eléctricas;
- Curso profissional de técnico de turismo;
- Curso profissional de técnico de turismo ambiental e rural;
- Curso CEF - electricista de instalações;

3.3 – Ação Social Escolar

Trata-se de um conjunto de ajudas económicas que se destinam aos alunos das escolas da rede pública, provenientes de agregados familiares com uma situação socioeconómica desfavorecida, e pretendem ser um apoio às despesas advindas da frequência das aulas. Os auxílios económicos têm as seguintes modalidades:

- Subsídio de refeição (escalão A - pagamento da refeição a 100%; escalão B - pagamento da refeição a 50%);
- Subsídio para livros e material escolar (escalão A - pagamento dos manuais escolares a 100%; escalão B - pagamento dos manuais escolares a 50%);

- Subsídio de alojamento em residência familiar – trata-se de uma alternativa ao transporte escolar sempre que a organização deste não seja possível ou aconselhável por razões financeiras, técnicas ou pedagógicas, em que o aluno é colocado em residências de famílias. O valor mensal do subsídio é estabelecido anualmente pelo Ministério da Educação e é variável em função do rendimento per capita;

- Componente de apoio à família – destina-se aos alunos do pré-escolar e consiste no fornecimento de refeições, acompanhamento durante o período do almoço e prolongamento de horário.

Relativamente ao primeiro item, o Ministério da Educação criou o Programa de Generalização das Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico. Trata-se de uma medida, estabelecida pelo Despacho nº. 22 251/2005 (2ª série), de 25 de Outubro, que tem como principal objetivo suprir um vazio legal quanto às atribuições dos municípios no fornecimento das refeições escolares aos alunos do 1º CEB e define o modelo de financiamento necessário para tal. De facto, embora esteja definido como competência dos municípios (Lei nº.159/99, de 14 de Setembro), apenas este despacho veio estabelecer “o regulamento que define o regime de acesso ao apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação” (Preâmbulo, ponto 2). Segundo o regime previsto, a comparticipação financeira do Ministério da Educação ao município é de 0,58€ por aluno/refeição.

A Câmara Municipal de Montalegre aderiu ao referido Programa, sendo que, no caso dos alunos deslocados, o pagamento integral da refeição é da responsabilidade da Autarquia. Acrescente-se que esta medida abrange também os alunos deslocados do pré-escolar, bem como aqueles que pertencem a agregados familiares carenciados.

No ano lectivo de 2012/2013 este Programa envolve actualmente 375 alunos (105 do pré-escolar, 199 do 1º CEB e 71 carenciados).

Refira-se que o Município assumiu a responsabilidade de custear na íntegra a despesa relativa ao fornecimento de refeições à totalidade dos alunos deslocados desde que as escolas encerraram, por falta de alunos.

Quanto ao segundo item, a Autarquia pagou os manuais escolares aos alunos do 1º CEB, oriundos de agregados familiares carenciados, sendo que, no ano lectivo de 2012/2013 usufruíram deste apoio 168 alunos.

No que concerne o terceiro item, não houve alunos a usufruir deste apoio uma vez que o transporte é assegurado a todos.

Finalmente, no que respeita o quarto item, os alunos do pré-escolar deslocados e carenciados usufruem do fornecimento de refeições gratuito, bem como de acompanhamento durante o período do almoço e todos têm direito a prolongamento de horário gratuito.

Nos auxílios económicos incluem-se, ainda, os subsídios atribuídos aos estabelecimentos, como forma de apoio à realização das atividades lectivas. De acordo com o quadro de competências das Autarquias para com o Ensino Básico e Pré-Escolar, a Câmara Municipal de Montalegre atribui anualmente uma verba por aluno às escolas do Ensino Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico para aquisição de material escolar que os educadores ou professores entendam necessários.

No quadro seguinte podem ver-se os apoios concedidos na Educação Pré-Escolar e no 1º CEB, nos anos letivos 2010/2011, 2011/2012 e 2012/2013, em alimentação, material escolar, manuais escolares e o número de crianças a usufruírem destes apoios.

Quadro n.º 6 – Ação Social Escolar na Educação Pré-escolar e 1º CEB

	Ano letivo 2010/11			Ano letivo 2011/12			Ano letivo 2012/13		
	Pré	1ºCEB	Alunos carenciados	Pré	1ºCEB	Alunos carenciados	Pré	1ºCEB	Alunos carenciados
Refeições	108	193	84	97	180	66	105	199	71
Mat.escolar	494			431			415		
Manuais escolares	165			161			168		

FONTE: CMM

3.5 - Síntese conclusiva

O concelho de Montalegre defronta-se com um cenário de qualificações académicas de baixo nível, o que acaba por ter incidências negativas, quer ao nível do acesso, quer ao nível da criação de novos empregos. Assim, parece possível antever um quadro territorial marcado por uma situação de carência de recursos humanos tecnicamente qualificados, bem como de atividades empresariais, de possibilidades de emprego e de capacidade de fixação local, nomeadamente para as camadas mais jovens da população. O baixo nível de qualificações académicas, que caracteriza o concelho, pode também estar relacionado com a diminuição da taxa de natalidade, que implica, por um lado, um cada vez menor número de crianças e, consequentemente, de alunos

nas escolas e contribui para o envelhecimento da população que, como referido anteriormente, apresenta um nível baixo de qualificações académicas.

Devido à diminuição da taxa de natalidade, há cada vez mais um menor número de crianças e, consequentemente de alunos nas escolas.

O facto de a maioria dos alunos pertencer a grupos socioeconómicos e educativos desfavorecidos, parece promover um perfil de alunos que apresentam insucesso escolar. Estes são, normalmente, crianças/jovens pertencentes a famílias com baixas habilitações literárias, baixos rendimentos e dificuldades económicas pelo que surge, como resultado, o insucesso escolar continuado. A isto acresce a falta de acompanhamento e de apoio por parte das famílias às suas crianças, necessários para a sua progressão na escola.

Verifica-se também, nas escolas do concelho de Montalegre, a falta de recursos humanos, ao nível de equipas multidisciplinares que possam apoiar e acompanhar os alunos com necessidades educativas e aqueles que apresentam insucesso escolar repetido e que se encontram em risco de abandono escolar.

Relativamente às condições físicas das escolas, o concelho de Montalegre oferece equipamentos favoráveis ao bom funcionamento das mesmas e ao sucesso escolar dos seus alunos (nomeadamente, aquecimento central, cantinas e equipamentos informáticos), bem como uma rede de transportes escolares que cobre toda a área do concelho. Esta rede de transportes representa um custo por aluno bastante elevado pois, sendo o concelho de Montalegre bastante vasto e o número de alunos reduzido, é necessário percorrer muitos km para transportar poucos alunos.

Parece existir uma vontade, por parte do Agrupamento, de encontrar as soluções mais adequadas à realidade educativa concelhia, nomeadamente através da criação de um maior número de cursos de áreas diversificadas, nem sempre permitidas pela tutela. Como consequência, alguns dos alunos vêm-se obrigados a frequentar escolas fora do concelho (Chaves, Cabeceiras, Braga), que lhes oferecem um leque mais vasto de áreas e cursos, nomeadamente ao nível de cursos profissionalizantes.

Por outro lado, a ausência de perspetivas em relação ao futuro e a ausência de oportunidades profissionais na sua zona de residência favorece a mobilidade da população jovem para fora do concelho.

4 – Saúde

4.1 – Equipamentos e serviços de saúde

O concelho de Montalegre em termos de equipamentos (vide quadro n.º 1) é servido por uma SUB (Serviço de Urgência Básica), uma Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados, localizadas na sede do concelho, e por nove extensões, distribuídas pelas seguintes freguesias: Cabril, Covelães, Ferral, Vilar de Perdizes, Solveira, Tourém, Venda Nova, Viade de Baixo e Salto.

Quadro n.º1 – Centro de Saúde e suas extensões

Montalegre	Centro de saúde		Extensões do Centro de Saúde	Camas	Consultas	Intern.	Dias de Intern.	Pessoal ao Serviço			
	Com intern.	Sem Intern.						Total	Médico	Enfermeiro	Outro
	Nº										
1996	1	-	9	17	26821	333	4601	-	-	-	-
1997	1	-	9	17	31187	309	4357	-	-	-	-
1998	1	-	9	17	32015	276	4698	56	8	17	-
1999	1	-	9	17	32245	292	5184	55	8	15	-
2000	1	-	9	17	35323	308	4746	62	10	17	-
2001	1	-	9	17	36449	341	6011	69	11	18	-
2011	1	-	9	7	25534	90	1870	78	7	29	42

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

Existe ainda uma policlínica particular com as seguintes especialidades: Ginecologia, Pediatria, Dermatologia, Gastreenterologia, Urologia e Medicina Dentária.

O Serviço de Urgência Básica (7 lugares em OBS) e a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados oferecem os cuidados primários de saúde. Em termos de cuidados diferenciados, os residentes têm de se deslocar ao Hospital Distrital de Chaves.

O concelho possui quatro farmácias, três em Montalegre e uma em Salto. Existem quatro serviços de análises clínicas (uma delas a funcionar na Policlínica).

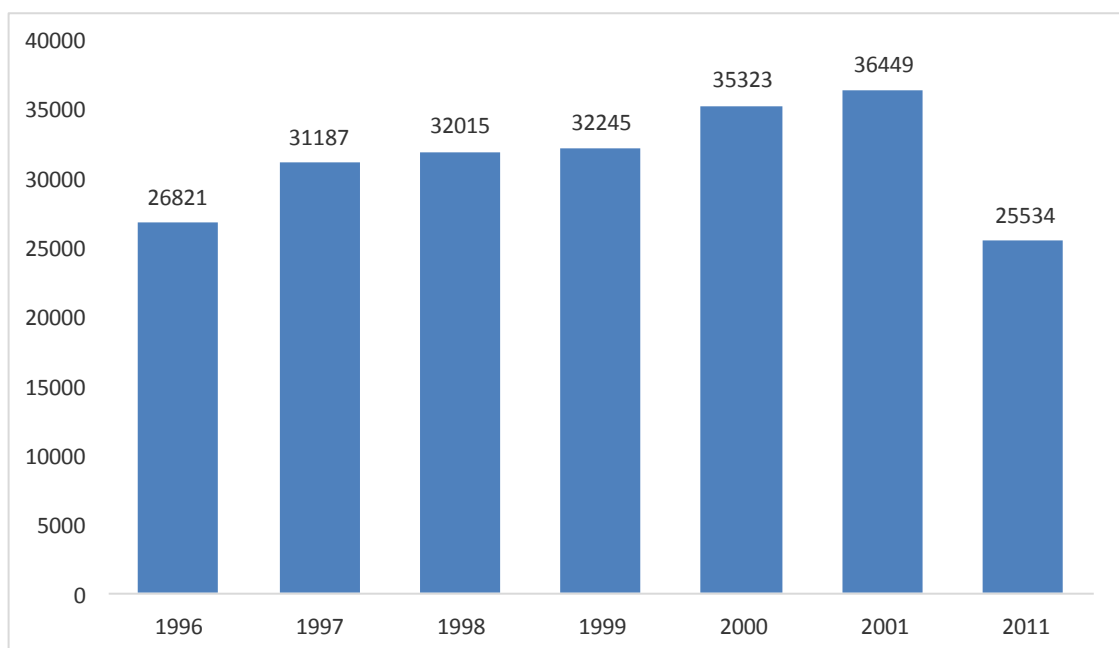
Existem duas Associações de Bombeiros, os Bombeiros Voluntários de Montalegre e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Salto.

4.2 – Consultas efetuadas no Centro de Saúde e suas extensões

As consultas no Centro de Saúde, de acordo com o gráfico n.º 1, aumentaram consideravelmente desde 1996 (26821) até 2001 (36449), diminuindo em 2011 (25534), ou seja, verificou-se uma diminuição total de 10915 consultas. A maior parte das consultas (vide quadro n.º 1, anexo III) são de Medicina Geral e Familiar/Clínica Geral. Em segundo lugar, está a especialidade em Saúde Infantil/ Juvenil / Pediatria. Seguem-se as consultas com especialidade em Saúde Materna/ Obstetrícia e, por fim, as consultas em Planeamento Familiar.

Não existem as especialidades de Estomatologia, Ginecologia, Otorrinolaringologia e Pneumologia, entre outras.

Gráfico n.º 1 – Evolução do número total de consultas no Centro de Saúde e suas extensões



Fonte: PORDATA

4.3 – Óbitos segundo a causa de morte

Como podemos observar no gráfico e no quadro n.º 2, o número de óbitos é elevado no concelho de Montalegre, entre 1996 e 1999, destacando-se o ano de 1998 com maior número de óbitos (241). Em 2011, houve um decréscimo significativo.

O número total de óbitos é mais elevado nos homens do que nas mulheres. A principal causa de morte, no concelho de Montalegre deriva de doenças cerebrovasculares, sendo estas mais frequentes nos homens, de acordo com o quadro n.º2.

Quadro n.º2 – Óbitos segundo a causa de morte, de 1996 a 2011

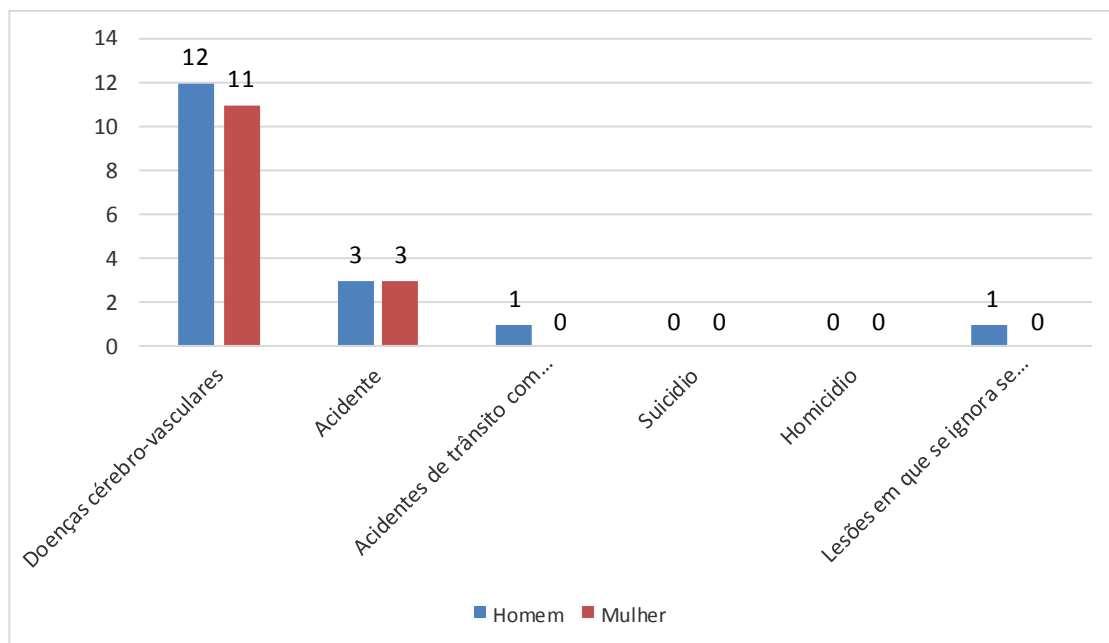
Montalegre	Doenças								Suicídios		Homicídios		Causas Externas não Especificadas
	Total		Doenças Cerebrovasculares		Acidentes								
					Total		Acidentes de Trânsito Veículo a Motor						
	HM	H	HM	H			HM	H	HM	H	HM	H	HM
1996	233	136	66	41	5	3	1	1	1	1	-	-	5
1997	201	109	55	30	2	2	-	-	-	-	-	-	3
1998	241	135	55	23	3	3	3	3	-	-	-	-	6
1999	213	122	55	24	4	2	2	2	-	-	-	-	6
2011	28	17	23	12	3	3	1	1	-	-	-	-	1

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte

A segunda causa de morte deve-se a acidentes. Os acidentes de trânsito, com veículos a motor, são pouco significativos.

Apenas se registou 1 suicídio no ano de 1996 e não houve homicídios nos anos considerados.

Gráfico n.º 2 – Óbitos segundo causa de morte no concelho de Montalegre, 2011



Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

4.4 – Indicadores de Saúde

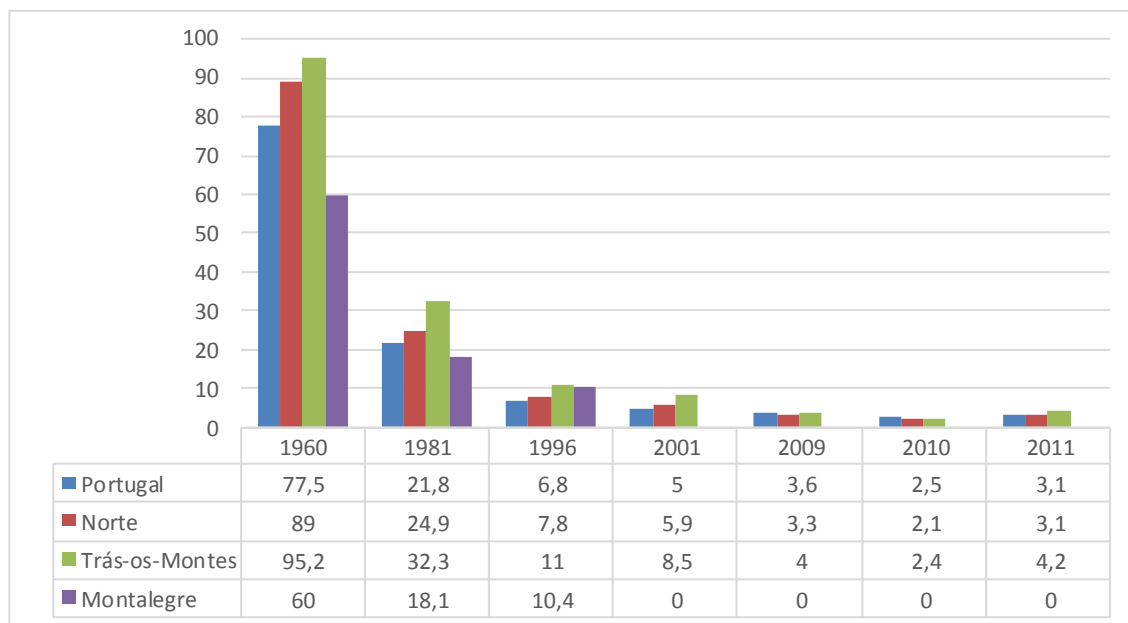
4.4.1 - Taxa de mortalidade infantil¹⁹

Verifica-se, pela análise do gráfico n.º 3, uma diminuição da taxa de mortalidade infantil desde o período de 1960 até 2011, em todas as unidades geográficas em comparação. No entanto, o decréscimo foi mais notório no concelho de Montalegre, com uma redução de 60% para 0%, atingindo o valor mais baixo da taxa de mortalidade infantil, relativamente às restantes entidades.

Por outro lado, o Alto Trás-os-Montes apresentou a taxa de mortalidade infantil mais elevada em 1960 (95,2).

¹⁹ **Taxa de Mortalidade Infantil** - Representa o número de óbitos de crianças de menos de um ano por 1000 nados-vivos).

Gráfico n.º 3 – Evolução da taxa média de mortalidade infantil, por NUTs
(%)

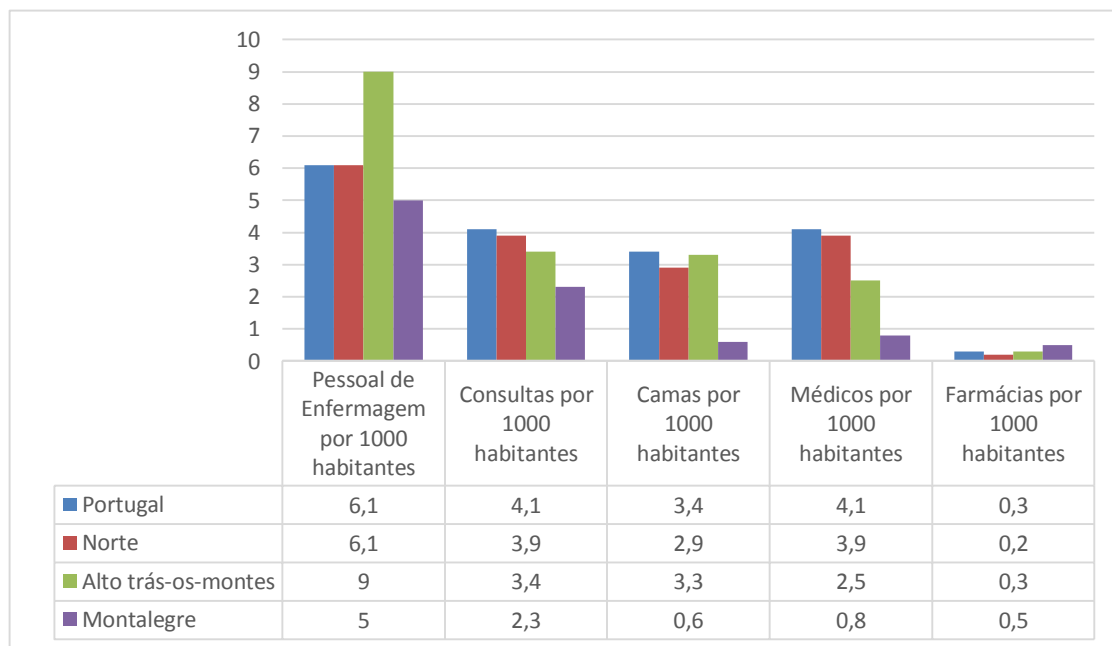


Fonte: PORDATA, 2013

4.4.2 – Indicadores gerais de saúde

Existe uma grande disparidade nos indicadores de saúde quando comparamos o concelho de Montalegre com Portugal, com a Região Norte e com a sub-região do Alto Trás-os-Montes. É bem visível esta discrepância em quase todos os indicadores que constam no gráfico seguinte, exceptuando-se as farmácias.

Gráfico n.º 4 – Indicadores gerais de saúde



Fonte: Anuário Estatístico de Portugal e da Região Norte

Esta assimetria é mais notória relativamente ao número de médicos por 1000 habitantes, tendo Portugal o valor mais elevado (4,1), seguido da região Norte (3,9), do Alto Trás-os-Montes (2,5) e, muito aquém destes, o concelho de Montalegre, com apenas 0,8 médicos por mil habitantes. O mesmo se passa em relação ao número de camas e ao número de pessoal de enfermagem, que é muito menor no concelho de Montalegre do que nas restantes áreas em análise.

Em relação às consultas por habitante, a situação é mais uniforme, apresentando o concelho de Montalegre valores mais baixos, ainda que mais próximos das demais entidades.

No que respeita ao número de farmácias por 1000 habitantes, o concelho de Montalegre ultrapassa mesmo os valores do Alto Trás-os-Montes e da Região Norte.

4.5 - Síntese conclusiva

Montalegre apresenta alguns estrangulamentos no setor da saúde, o que se traduz pela insuficiência de recursos humanos e por uma lacuna generalizada ao nível dos equipamentos.

À deficiente cobertura ao nível das infra-estruturas físicas, é de acrescentar o défice de meios humanos que afeta de forma acentuada esta região. De facto, nos cuidados de saúde primários e nos cuidados de saúde diferenciados, as vagas existentes nos quadros de pessoal não estão devidamente preenchidas, o que acarreta um número elevado de utentes por cada médico e por cada enfermeiro.

Em relação às extensões médicas, estas não apresentam as imprescindíveis condições de funcionalidade na medida em que o atendimento médico só é possível em alguns dias da semana, o que prejudica em muito os utentes desta zona.

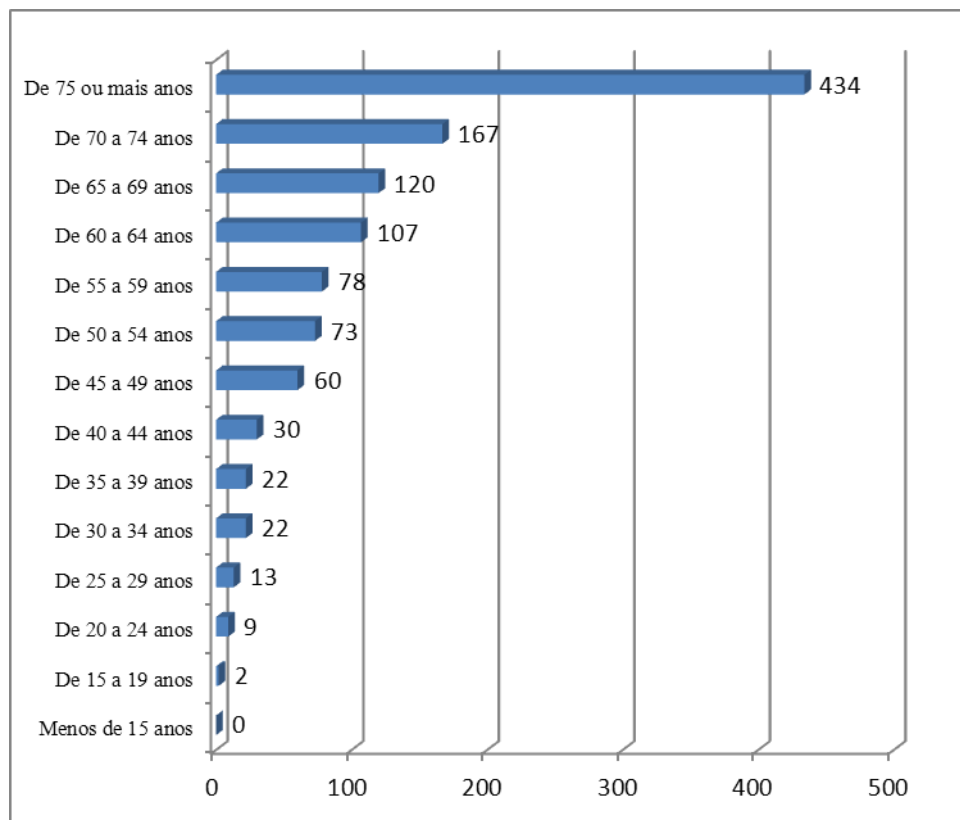
Do exposto, se conclui que o concelho carece de serviços diferenciados, como consultas de especialidade e meios de diagnóstico complementar. De facto, poder-se-á afirmar que os grandes centros urbanos continuam a ser os polarizadores da prestação de grande parte dos cuidados de saúde, tendo menor acessibilidade à sua utilização os residentes das zonas mais isoladas.

5 - Ação Social

5.1 - População idosa – equipamentos, serviços e pensões

Interessa agora traçar aquilo que existe atualmente em termos de respostas para a Terceira Idade ao nível da ação social. Segundo informações recolhidas no Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Vila Real (Serviço de Montalegre), a existência de idosos sós, em situação de dependência e sem retaguarda familiar, constitui um dos principais problemas do concelho. A este respeito, o gráfico seguinte demonstra-nos que 721 pessoas, com idades superiores a 65 anos, vivem sozinhas.

Gráfico n.º 1 – Pessoas Residentes segundo o grupo etário, por estatuto da pessoa na família



Fonte – INE, *Recenseamento Geral da População*

Perante estes dados, torna-se importante conhecer as respostas existentes presentemente, no concelho de Montalegre, face a estas realidades.

Atualmente existem 7 IPSS's em todo o concelho de Montalegre. Estas instituições estão voltadas para as camadas mais idosas da população.

Quadro n.º 1 - IPSS's sedeadas no concelho de Montalegre

Instituição	Valências	Total de Utentes
Associação do Campo (Cervos)	SAD	28
Associação Borda D'Água (Salto)	SAD	30
	Centro de Dia	30
	Lar de Idosos	30
Centro Social e Paroquial de Cabril	SAD	30
	Centro de Dia	14
	Lar de Idosos	30
Santa Casa da Misericórdia de Montalegre	SAD	23
	Lar de Idosos	80
Centro Social e Paroquial de Vila da Ponte	SAD	43
Centro Social e Paroquial de Vilar de Perdizes	SAD	16
	Centro de Dia	16
Associação Social e Cultural de Paredes do Rio	SAD	30

Fonte – Carta Social, 2013

Um total de 400 idosos está incluído nestes serviços, o que perfaz 10.09% da população idosa (3489), estando a descoberto 89.91% deste estrato etário.

A valência Apoio Domiciliário é, sem dúvida, a predominante. Fatores a realçar são as longas distâncias entre as aldeias, as fracas acessibilidades e, ainda, a dispersão populacional o que, como consequência, não torna possível ao Serviço de Apoio Domiciliário abranger um vasto número de utentes. Este facto é fácil de observar na medida em que das 35 freguesias que compõem o concelho, só em 7 delas é que existem entidades com respostas no âmbito da ação social.

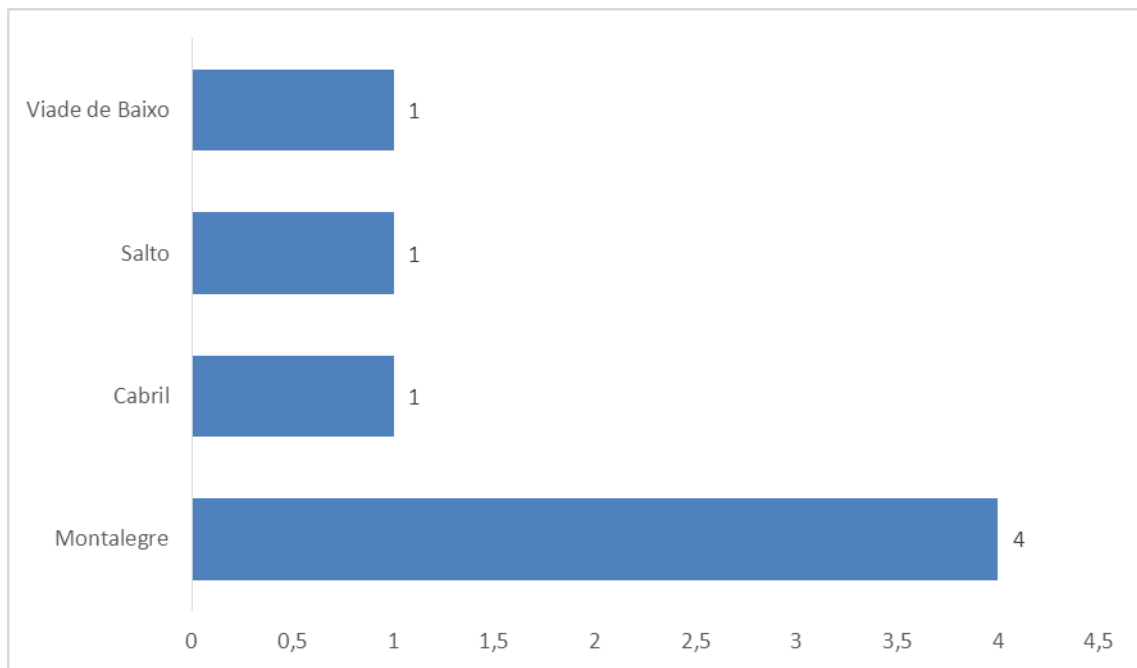
Figura n.º 1 - Distribuição das IPSS's no concelho



Fonte : Centro Distrital Segurança Social de Vila Real

Devido ao facto das respostas sociais serem insuficientes, esta faixa populacional recorre às Famílias de Acolhimento, recurso valioso, mas também insuficiente. O acolhimento familiar consiste na integração temporária ou permanente de pessoas idosas/adultos dependentes, em famílias consideradas idóneas, quando, por ausência de familiares e/ou respostas sociais, não se possam manter no domicílio.

Gráfico n.º 2 – Número de famílias de acolhimento existentes, por freguesia



Fonte: INE

5.1.1 – Pensionistas da Segurança Social

O envelhecimento populacional é, na generalidade, acompanhado por um aumento de dependência pecuniária face às prestações sociais do Estado. Sabemos que em Portugal, o nível e o montante das pensões de velhice e de sobrevivência são muito baixos, o que torna os idosos pensionistas, nomeadamente os que vivem em zonas rurais, numa categoria social particularmente vulnerável à pobreza e à desintegração social. Pelos dados abaixo apresentados, podemos constatar a prevalência desta situação no nosso concelho.

Quadro n.º 2 – Pensionistas da Segurança Social

Montalegre	Total	Velhice	Invalidez	Sobrevivência
2001	5132	3461	468	1207
2010	4602	3009	369	1224
2011	4552	2994	367	1191
2012	4465	2940	348	1177

Fonte: PORDATA, 2013

Assim, a existência de 4465 pensionistas no ano de 2012, traduz inevitável contexto de vulnerabilidade à exclusão, principalmente se tivermos em linha de conta o carácter de relativa fragilidade do Sistema de Segurança Social em Portugal.

Efetivamente, o sistema de proteção social depara-se com condicionantes de ordem económica e de ordem social. As condicionantes económicas estão relacionadas com o decréscimo da produtividade e com o crescimento de desemprego e a sua consequente persistência. As condicionantes sociais prendem-se com a retração das redes de solidariedade locais, com o envelhecimento galopante da população, com a feminização do envelhecimento, com as mutações familiares e com a qualificação dos indivíduos. Um facto a ter em conta é o aumento da percentagem do número de pensionistas, ao longo dos anos, como consequência do elevado índice de envelhecimento da população e a negativa taxa de crescimento. É de realçar que a pensão de velhice é a que detém o maior número de indivíduos, o que vem comprovar os dados acima referidos.

5.2 – Equipamentos de apoio à infância

Ao nível das respostas sociais de apoio à infância, o concelho de Montalegre dispõe do equipamento pertencente a uma IPSS sedeadada em Montalegre – a Santa Casa da Misericórdia de Montalegre. Esse equipamento é uma creche, destinada a crianças dos 4 meses aos 3 anos, durante o período correspondente ao do trabalho dos pais.

Quadro n.º 3 – Jardim-de-infância

N.º equipamentos	Valências	Capacidade	N.º de utentes
1	Creche	58	29
1	Jardim de Infância	94	94
1	Jardim de Infância Salto	26	26
1	Jardim de Infância de Cabril	13	13
1	Jardim de Infância da Vila da Ponte	11	11

5.3 – Rendimento Social de Inserção (RSI)

O Rendimento Social de Inserção (RSI) é uma medida de proteção social criada para apoiar as pessoas ou famílias que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de exclusão social, sendo constituída por:

- ✚ Um contrato de inserção para os ajudar a integrar-se social e profissionalmente;
- ✚ Uma prestação em dinheiro para satisfação das suas necessidades básicas.

Para o efeito é celebrado um Contrato de Inserção, do qual consta um conjunto de deveres e direitos, com vista à sua integração social e profissional.

O Rendimento Social de Inserção difere do anterior Rendimento Mínimo Garantido, principalmente pelo facto de pretender acentuar o carácter transitório e subsidiário da atribuição da prestação, nomeadamente, ao introduzir condições mais restritas de acesso e manutenção do direito à prestação e ao penalizar de forma mais grave o incumprimento dos compromissos assumidos pelos titulares e/ou beneficiários.

Para além de se encontrarem em situação de grave carência económica, os indivíduos ou famílias, têm que possuir as restantes condições de atribuição:

- ✚ Possuir residência legal em Portugal;
- ✚ Obrigar-se a subscrever e prosseguir um Programa de Inserção legalmente previsto;
- ✚ Fornecer os meios de prova necessários à verificação da situação de carência económica;
- ✚ Ter 18 anos ou mais, excepto se:
 - Estiver grávida;
 - For casado ou viver em união de facto há mais de 2 anos;
 - Tiver menores ou deficientes a cargo (que dependam exclusivamente do agregado familiar, isto é, que não tenham rendimentos próprios iguais ou inferiores a 70% do valor do RSI (€ 132,66);
 - Que tenham rendimentos próprios superiores a 70% do valor do RSI (€ 132,66).
- ✚ Estar inscrito no Centro de Emprego da área de residência, se estiver desempregado e apto para trabalhar;
- ✚ Autorizar a Segurança Social a aceder a todas as informações relevantes para a avaliação da situação sócio económica;

- ✚ Nas situações em que o requerente ficou desempregado por iniciativa própria (sem justa causa), só poderá requerer a prestação de RSI um ano após a data em que ficou desempregado;
- ✚ Não se encontrar em prisão preventiva ou a cumprir pena de prisão em estabelecimento prisional;
- ✚ Não se encontrar institucionalizado em equipamentos financiados pelo Estado.

Obrigações da pessoa que recebe RSI

- ✚ Avisar a Segurança Social no prazo de 10 dias se o agregado familiar mudar ou houver alteração dos rendimentos que possam levar à alteração da prestação de RSI;
- ✚ Avisar a Segurança Social no prazo de 10 dias das alterações de morada;
- ✚ Fornecer à Segurança Social os documentos que comprovem a situação de dificuldade económica;
- ✚ Ir às reuniões convocadas pelo Núcleo Local de Inserção;
- ✚ Assinar o contrato de inserção;
- ✚ Cumprir as obrigações assumidas no contrato de inserção;
- ✚ Pedir outros apoios de Segurança Social a que tenha direito, cobrar dinheiro que lhe devam e pedir para lhe serem pagas as pensões de alimentos que lhe sejam devidas;
- ✚ Apresentar o pedido de renovação com dois meses antecedência.

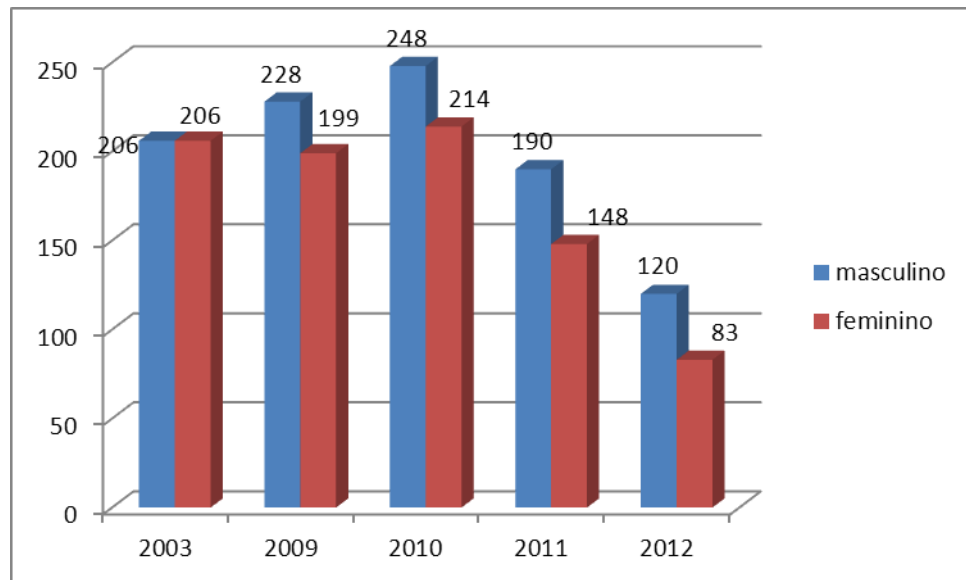
Obrigações de todo o agregado familiar

- ✚ Ir às reuniões convocadas pelo Núcleo Local de Inserção, nas quais é definido, assinado e revisto o contrato de inserção.
- ✚ Assinar o contrato de inserção.
- ✚ Cumprir as obrigações assumidas no contrato de inserção.
- ✚ Pedir outros apoios de Segurança Social a que tenha direito, cobrar dinheiro que lhe devam e pedir para lhe serem pagas as pensões de alimentos que lhe sejam devidas.

Nas situações em que os serviços de Segurança Social entendam ser necessário verificar os valores do património mobiliário declarados, podem exigir, em relação ao

requerente ou a qualquer membro do seu agregado familiar, uma declaração de autorização para acesso à informação bancária ou, em alternativa, a apresentação dos documentos bancários que sejam considerados relevantes.

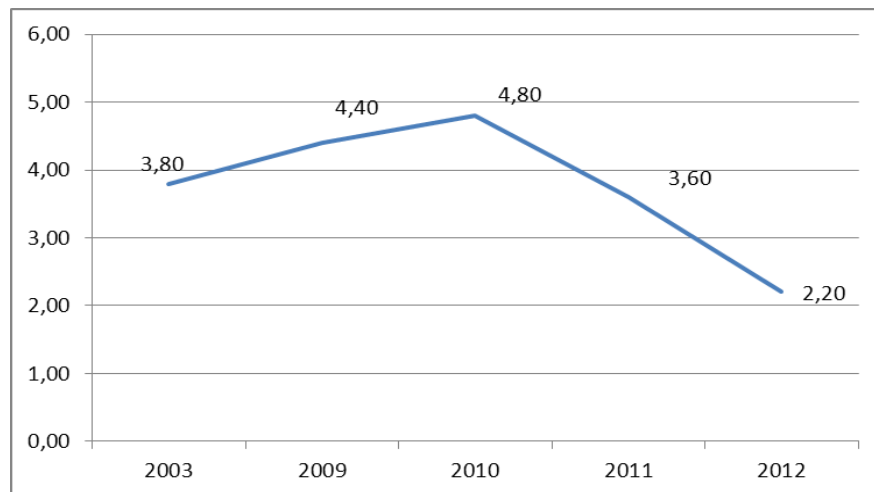
Gráfico n.º 3 – Beneficiários do RSI: titulares por sexo



Fonte: PORDATA, 2013

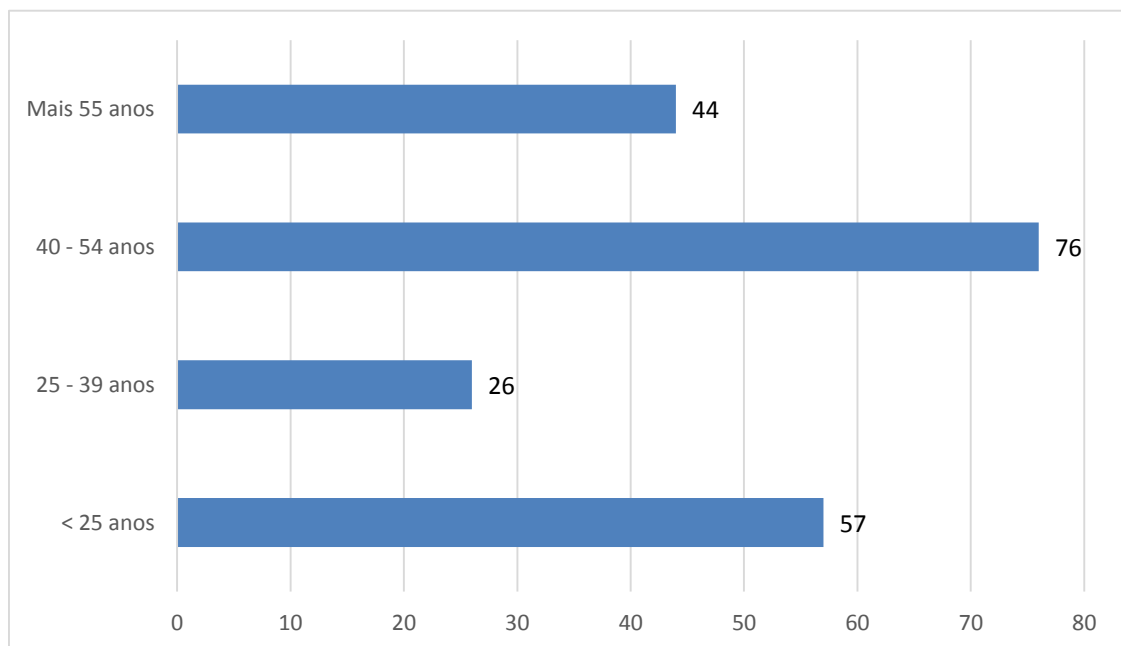
É de salientar que os beneficiários do RSI têm vindo a diminuir desde 2010 até 2012. Tal fenómeno deve-se essencialmente às novas medidas de acesso ao RSI, aos Programas de Inserção/ Emprego, passando os beneficiários a estarem inseridos numa atividade e, conseqüentemente, a se autonomizarem, e também pelo facto de alguns indivíduos atingirem a idade de reforma, passando a beneficiar de uma pensão.

Gráfico nº 4 – Beneficiários do RSI em % da População Residente



Quanto aos requerentes titulares da prestação, verifica-se que os homens isolados são os que mais se mobilizam para requerer o RSI, o que traduz a maior vulnerabilidade dos homens a situações de carência e a sua maior mobilização na procura de apoio social. Verifica-se que, em 2012, dos 203 beneficiários / titulares, 83 são do sexo feminino e 120 do sexo masculino.

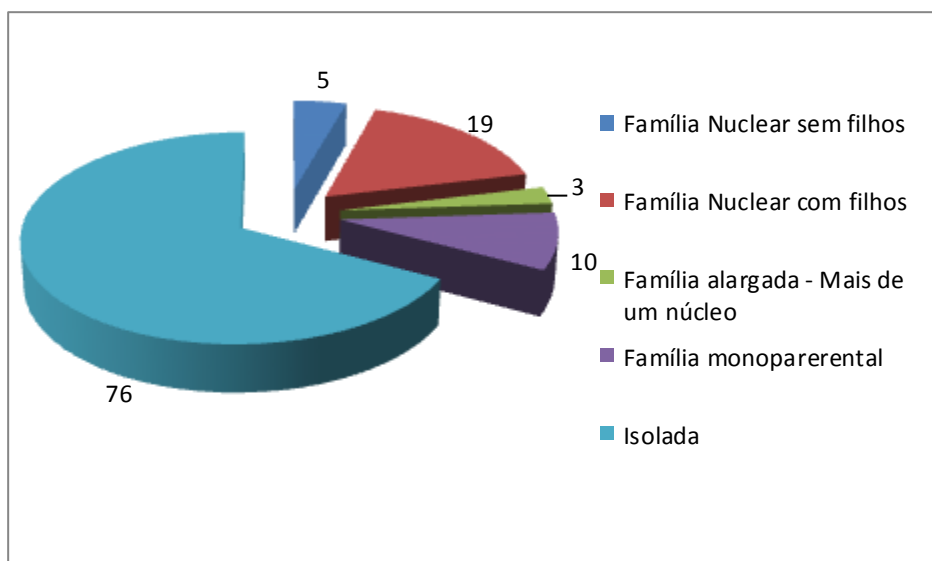
Gráfico n.º 5 – Beneficiários do RSI: titulares por escalão etário



Fonte: PORDATA, 2013

No acesso ao Rendimento Social de Inserção os titulares com idades compreendidas entre os 40 a 54 anos são a faixa etária de maior peso. Predominantemente, trata-se de agregados isolados, muitos deles com problemas de alcoolismo. É comum encontrar nos casais idosos situações em que apenas um dos elementos do casal fez descontos para a Segurança Social.

Gráfico n.º 6 – Número de famílias de RMG, segundo o tipo de famílias



Fonte: NLI

Em 2012, do total de titulares do RSI, 76 pertenciam a famílias isoladas; 19 pertenciam a famílias nucleares com filhos e 5 a famílias nucleares sem filhos; 10 pertenciam a famílias monoparentais. Tal justifica-se pelo facto de serem geralmente indivíduos com problemas de alcoolismo, com falta de hábitos de trabalho, sem aspirações / motivações e com baixa auto-estima, o que dificulta a sua inserção socioprofissional.

5.3.1 – Ações de Inserção no ano de 2012

Número de Ações de Inserção assinadas: 74

Número de beneficiários abrangidos nas Ações de Inserção: 106

Quadro n.º 4 - Caracterização de todos os beneficiários por idade e sexo a frequentar

Ações de Inserção

0-5		6-18		19-24		25-34		35-44		45-54		55-64		» 65		Totais	
M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
3	1	7	6	2	2	1	2	10	9	29	8	14	12	0	0	66	40

Fonte: NLI

Dos 106 beneficiários em Ações de Inserção, a maioria situam-se na faixa etária dos 45 – 54 anos (37 indivíduos); 17 dos beneficiários, com idade inferior ou igual a 18 anos, têm ações de inserção definidos essencialmente na área da educação, de ação social e da saúde.

Das 106 pessoas que assinaram ações de inserção, 66 são homens e 40 são mulheres.

O quadro n.º5 apresenta as diferentes áreas das Ações de Inserção, tendo em conta que um mesmo beneficiário poderá ter Ações de Inserção em mais do que uma área (Ex: um indivíduo em idade ativa, sem a escolaridade obrigatória, poderá estar proposto para inserção na área da Educação, do Emprego e da Habitação).

Quadro n.º 5 – Ações de Inserção por áreas no ano de 2012

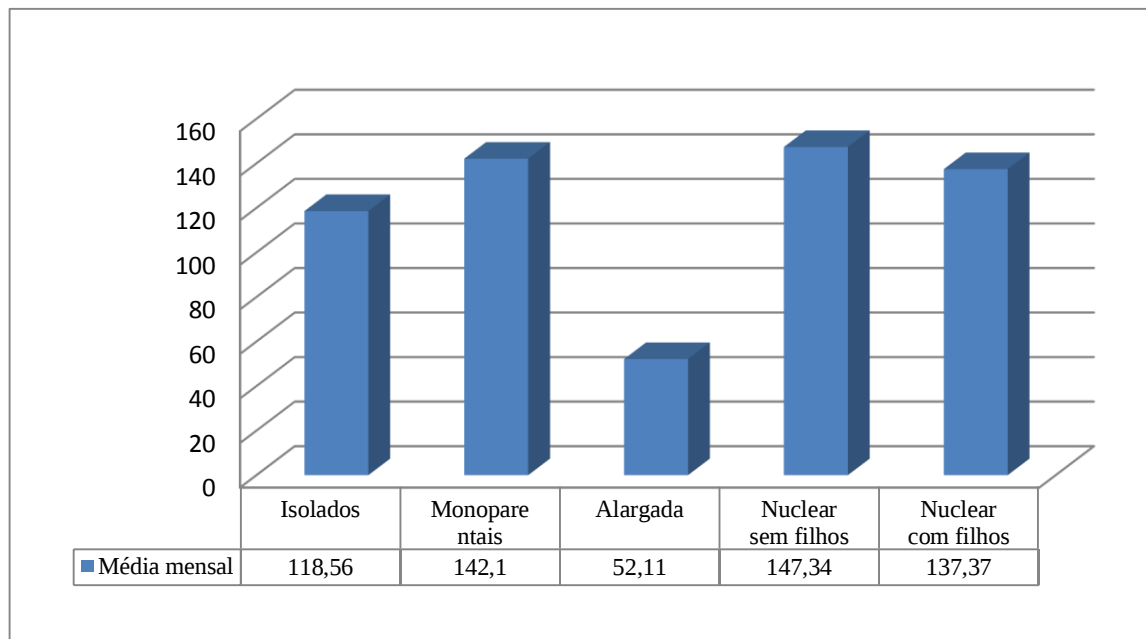
Áreas de Inserção		N.º de ações contratualizadas
Educação	Pré-escolar	1
	Escolaridade Obrigatória	8
	Ensino secundário	1
	Ensino Técnico -profissional	3
	Ensino Superior	1
	Ensino Recorrente	1
	Educação Extraescolar	1
	Cursos EFA	5
Formação Profissional	Formação Profissional Qualificante	3
	Educação e Formação	34
	Formação profissional para desempregados	4
Emprego	Informação e Orientação Profissional	10
	Mercado Social de Emprego/ CEI	46
	Formação e Emprego/ Formação profissional	3
	Colocação em Mercado de Trabalho	74
	Reabilitação profissional	1
Saúde	Prevenção primária/ Educação para a saúde	2
	Prevenção primária/ saúde materna	1
	Prevenção primária / saúde infantil	3

	Consultas/Tratamentos	72
	Desintoxicação: Alcoolismo	8
	Desintoxicação: toxicod dependência	1
Habitação	Apoio à melhoria do alojamento	26
	Regularização da situação habitacional	2
Ação social	Apoio Psicossocial	116
	Acompanhamento e educação socio-familiar	10
	Apoio domiciliário	4
TOTAL		441

Fonte: NLI

Conclui-se, pela análise do quadro nº 5, que a maioria das ações assinadas foram na área do emprego e formação profissional (175), visto que as medidas do I.EF.P., implantadas no território, foram instrumentos privilegiados de inserção na área do emprego, com os Contratos Emprego-Inserção e Contratos Emprego-Inserção +, e a existência de vários cursos profissionais. Na área da Educação, houve 21 ações e, na área da Saúde, 87. 126 ações efectuaram-se na área da Ação Social e 26 ações ao nível do Apoio à Melhoria do Alojamento. O desfazamento entre o total de 441 e 106 beneficiários deve-se ao facto de um beneficiário poder ter definido, no Contrato de Inserção, mais do que uma ação.

Gráfico nº 7 – Despesa com o pagamento do RSI por tipologia familiar

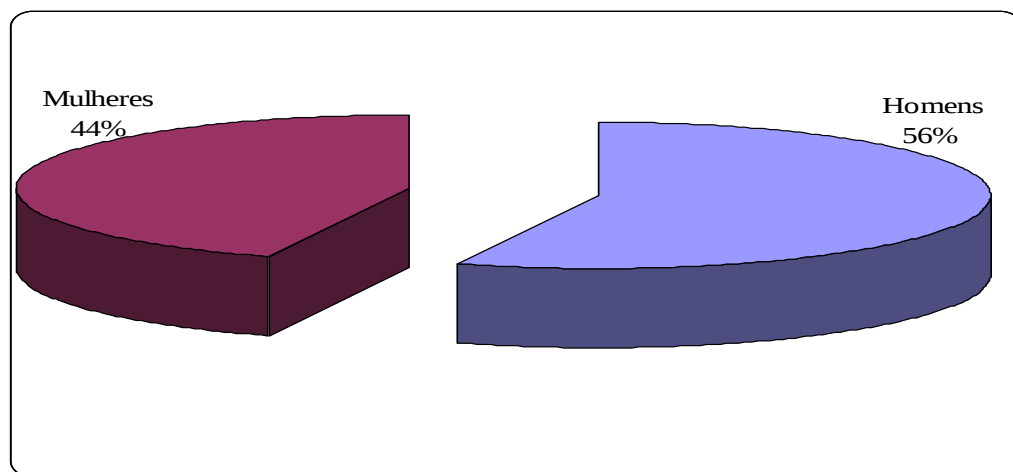


Fonte: NLI

É nas famílias nucleares sem filhos que a prestação do RSI é mais elevada (147.34€), seguindo-se as famílias monoparentais (142.10€). A prestação mais baixa é atribuída às famílias alargadas (52.11€).

5.4 - População deficiente

Gráfico n.º 8 – População residente com deficiência, segundo o sexo



Fonte: Recenseamento Geral da População 2001

Com base nos dados de 2001, uma vez que os censos de 2011 não fazem referência à população portadora de deficiência, este capítulo não sofreu alterações. Assim, verificou-se que, num total de 12762 indivíduos (à data de 2001), 6275 são homens e 6487 são mulheres, sendo que 913 indivíduos são cidadãos portadores de deficiência. Destes, 509 (56%) são do sexo masculino e 404 (44%) do sexo feminino.

Nos quadros que se seguem, passamos a apresentar a distribuição desses efetivos.

Quadro nº 6- População residente deficiente, segundo o tipo de deficiência e género, por grupo etário no concelho de Montalegre (2001)

ZONA GEOGRÁFICA Grau de Incapacidade	Total		Auditiva		Visual		Motora		Mental		Paralisia Cerebral		Outra deficiência	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Montalegre	913	509	95	56	200	98	283	162	140	83	29	15	166	95
Sem grau atribuído	486	257	70	41	139	63	136	72	48	25	14	8	79	48
Inferior a 30%	74	44	6	5	17	7	21	15	15	9	-	-	15	8
De 30 a 59%	120	70	6	2	19	14	41	24	28	15	2	1	24	14
De 60 a 80%	146	90	6	3	14	9	60	40	28	19	4	2	34	17
Superior a 80%	87	48	7	5	11	5	25	11	21	15	9	4	14	8

Fonte: INE, Recenseamento *Geral da População*

Pela análise global do quadro, constata-se que 233 indivíduos, distribuídos pelos diferentes tipos de deficiência, se encontram com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%, indicando, na maioria dos casos, incapacidade permanente perante o trabalho (25.52% da população com deficiência). Destes, 138 indivíduos (59.23%) são homens.

Quanto ao tipo de deficiência, prevalece, no concelho, a deficiência motora como aquela que engloba o maior número de indivíduos – 283 (30.95%), seguindo-se a deficiência visual com 200 indivíduos (21.9%).

Relativamente ao género, a maior incidência da deficiência é no género masculino (509 casos).

Analizando o quadro na perspetiva do tipo de deficiência, a visual aparece em 2º lugar em grau de incidência e, comparando com o grau de incapacidade superior a 60%, surge a deficiência mental como o 2º tipo de deficiência mais incapacitante.

Quadro nº 7 - População residente deficiente, segundo o tipo de deficiência e género, por grupo etário no concelho de Montalegre

Grupo Etário	Total		Auditiva		Visual		Motora		Mental		Paralisia Cerebral		Outra deficiência	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Total	913	509	95	56	200	98	283	162	140	83	29	15	166	95
0 – 4	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-
5 – 9	6	4	-	-	-	-	1	-	1	1	1	1	3	2
10 – 14	12	6	2	-	1	-	1	1	3	3	1	-	4	2
15 – 19	23	12	4	2	6	2	2	1	6	4	1	1	4	2
20- 24	34	26	7	7	10	5	-	-	12	9	1	1	4	4
25- 29	30	18	2	1	9	7	2	1	10	5	1	-	6	4
30 – 34	34	21	1	1	10	8	5	1	12	7	1	-	5	4
35 -39	56	33	2	2	8	5	7	4	19	12	4	3	16	7
40- 44	61	44	7	3	8	6	19	15	11	7	-	-	16	13
45 – 49	45	31	6	3	11	7	7	4	11	7	1	1	9	9
50 – 54	51	34	-	-	14	7	19	15	10	6	2	2	6	4
55 – 59	92	52	7	3	17	9	32	22	12	4	2	1	22	13
60 – 64	84	40	9	4	28	10	24	15	5	2	2	1	16	8
65 – 69	100	48	12	6	26	11	38	19	6	5	-	-	18	7
70 – 4	90	46	8	5	20	9	46	24	2	1	3	1	11	6
75 – 79	95	47	14	9	16	9	41	20	10	4	3	1	11	4
80 – 84	65	38	9	8	10	3	28	16	8	6	3	1	7	4
85 – 89	20	6	4	1	4	-	6	3	1	-	2	-	3	2
90 ou +	13	3	1	1	2	-	5	1	1	-	1	1	3	

Fonte: INE, Recenseamento *Geral da População*

Nos dados que constam do quadro nº7, o grupo etário dos 65 aos 69 anos é aquele que apresenta o maior número de casos de deficiência (100 casos ou 10,96% sobre o total da população em causa). Neste grupo etário também predominam as deficiências motoras, seguidas das deficiências visuais.

A deficiência mental, com 140 casos (15,34%), assume especial relevância, tendo em consideração que o maior número de casos surge entre os 20 e os 59 anos (97 casos ou 69,29% da população com deficiência mental e 10,63% dos sujeitos com deficiência).

Pode também verificar-se um aumento do número de indivíduos com deficiência à medida que aumenta a faixa etária. Em termos globais, o maior número de deficientes situa-se entre os 35 e os 79 anos (674 casos, ou seja, 73,83% da população com deficiência). Pese embora o facto de nascerem menos crianças portadoras de deficiência em resultado de uma menor taxa de natalidade, as políticas de saúde desenvolvidas em cuidados pré-natais e natais não se revelam as mais adequadas.

Quadro n.º 8 - População residente deficiente, segundo o tipo de deficiência e sexo, por acessibilidade a edifícios e existência de elevador

Acessibilidade e Existência de Elevador	Total		Auditiva		Visual		Motora		Mental		Paralisia Cerebral		Outra Deficiência	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Em edifícios com rampas de acesso	60	39	5	4	17	10	15	10	12	8	1	-	10	7
Com elevador	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Sem elevador	59	39	5	4	17	10	15	10	12	8	1	-	9	7
Em edifícios sem rampas de acesso e acessíveis	579	312	66	40	129	59	170	91	80	49	22	13	112	60
Com elevador	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem elevador	578	312	66	40	128	59	170	91	80	49	22	13	112	60
Em edifícios sem rampas de acesso e não acessíveis	270	155	24	12	52	27	96	60	48	26	6	2	44	28
Com elevador	3	1	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	1	1
Sem elevador	267	154	24	12	51	27	95	60	48	26	6	2	43	27
Em edifícios não clássicos	4	3	-	-	2	2	2	1	-	-	-	-	-	-
Montalegre	913	509	95	56	200	98	283	162	140	83	29	15	116	95

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População*

Tal como consta do quadro, só habitam em edifícios com rampas de acesso 60 indivíduos (6,58%) da população estudada. Este número diminui drasticamente aquando da análise das pessoas a viver no mesmo tipo de habitação, mas com elevador, ou seja, somente 2 pessoas, das 60 referidas, vivem em construções com o referido tipo de equipamento.

Por sua vez, vivem em edifícios sem rampas e acessíveis, a maioria dos sujeitos estudados, ou seja, 579 indivíduos (63,42%), pertencentes à população deficiente sinalizada. No entanto, somente 1 indivíduo, independentemente do género, vive neste género de edifícios e usufrui de elevador.

Só usufruem de elevador, em edifícios sem rampas de acesso e não acessíveis, 1 indivíduo deficiente motor, 1 deficiente visual e 1 pessoa com outra deficiência pelo que somente 1,12% do número de deficientes que habita este tipo de construção possui elevador, ou seja, 267 indivíduos com deficiência (98,88%) habitam em edifícios sem acessibilidade.

Se acrescentarmos que, dos edifícios públicos existentes no concelho, apenas o Centro de Saúde e a Biblioteca Municipal possuem rampas de acesso a deficientes, revela-se absolutamente necessário intervir nesta área e criar respostas institucionais para estes casos.

5.4.1 - População deficiente com atividade económica

Dos 813 deficientes sinalizados no concelho em idade ativa (15 ou mais anos), 128 possuem uma atividade económica da qual auferem rendimentos que lhes permitem ser auto-suficientes. De entre estes, destacam-se os deficientes visuais, com 58 casos, o que corresponde a 45,32% da população com atividade económica e a 7,14% da população com deficiência.

É também entre os deficientes visuais que se encontra o maior número de deficientes com emprego, ou seja, dos 58 deficientes visuais, anteriormente referidos, 52 encontram-se empregados, correspondendo a 40,63% da população deficiente com atividade económica, a 44,83% da população deficiente com emprego e a 6,40% da população com deficiência com 15 ou mais anos.

Quadro n.º 9 – População residente com 15 anos ou mais, segundo o tipo de deficiência e sexo, por condição perante a atividade económica

Condição Perante a Actividade Económica	Total		Auditiva		Visual		Motora		Mental		Paralisia Cerebral		Outra deficiência	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Montalegre	893	499	93	56	199	98	281	161	136	79	27	14	157	91
População com Actividade Económica	128	94	17	14	58	36	22	19	6	5	-	-	25	20
População empregada	116	86	16	13	52	34	20	17	5	4	-	-	23	18
População desempregada	12	8	1	1	6	2	2	2	1	1	-	-	2	2
População sem Actividade Económica	765	405	76	42	141	62	259	142	130	74	27	14	132	71
Estudantes	18	9	4	2	7	5	2	-	3	1	-	-	2	1
Domésticos	35	2	6	-	14	1	6	-	3	-	-	-	6	1
Reformados, aposentados ou na reserva	445	238	45	28	100	46	171	90	53	31	10	7	66	36
Incapacitados perm. trabalho	235	137	17	9	12	6	78	51	61	34	17	7	50	30
Outros	32	19	4	3	8	4	2	1	10	8	-	-	8	3

Fonte: Anuário Estatístico de Portugal e Região Norte

Destaque-se ainda que, no que diz respeito ao género, é o sexo masculino que predomina, com 94 indivíduos (73,44%), no seio da população com deficiência e com atividade económica. Do mesmo modo, predomina também o sexo masculino na população deficiente empregada (86 indivíduos).

Da população deficiente em idade ativa apenas 12 indivíduos (9,38%) se encontram desempregados.

De outro modo, 765 portadores de deficiência, com idade igual ou superior a 15 anos, não possuem qualquer tipo de atividade económica, o que significa que 94,10% dos deficientes sinalizados dependem de outrém, familiares ou instituições para subsistir. Entre estes, 389 sujeitos (50,85%) são deficientes motores e deficientes mentais, tendo sido atribuída incapacidade permanente a 139 indivíduos.

A deficiência motora – 171 indivíduos (22,36%), seguida da deficiência visual - 100 indivíduos (13,08%) e das outras deficiências - 66 indivíduos (8,63%) são aquelas deficiências que agregam maior número (44,06%) de deficientes sem atividade económica, reformados, aposentados ou na reserva.

No que é relativo ao género, tendo em consideração a população referida no parágrafo anterior, verifica-se mais uma vez o predomínio do sexo masculino com 394 indivíduos (51,51%), exceção feita aos domésticos, maioritariamente do género feminino, com 33 indivíduos (4,32%), e aos estudantes, relativamente aos quais existe paridade entre os géneros.

Quadro n.º 10 – População residente com 15 anos ou mais, segundo o tipo de deficiência e sexo, por principal meio de vida

Principal meio de vida	Total		Auditiva		Visual		Motora		Mental		Paralisia Cerebral		Outra deficiência	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Montalegre	893	499	93	56	199	98	281	161	136	79	27	14	157	91
Trabalho	116	87	19	15	53	36	19	16	6	5	-	-	19	15
Rendimentos da propriedade e da empresa	3	3	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	1	1
Subsídio de desemprego	2	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Subsídio temporário por acidente trabalho ou doença profis.	9	5	-	-	-	-	5	3	1	1	-	-	3	1
Outros subsídios temporários	2	2	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-
RMG	12	6	1	-	1	-	4	2	2	1	-	-	4	3
Pensão/Reforma	616	340	57	36	111	52	236	132	87	49	23	13	102	58
Apoio Social	18	9	-	-	1	-	2	2	10	4	1	-	4	3
A cargo da família	100	41	12	4	28	9	11	2	25	16	3	1	21	9
Outra situação	15	5	3	-	5	1	2	2	3	1	-	-	2	-

Fonte: Anuário Estatístico de Portugal e Região Norte

Tal como se pode verificar, relativamente aos meios de subsistência, temos que a esmagadora maioria da população deficiente com mais de 15 anos, 616 ou 68,98% dos casos, tem como principal meio de sustento uma pensão ou uma reforma, sendo de relevar, que entre estes, a deficiência motora, a deficiência visual e a outra deficiência

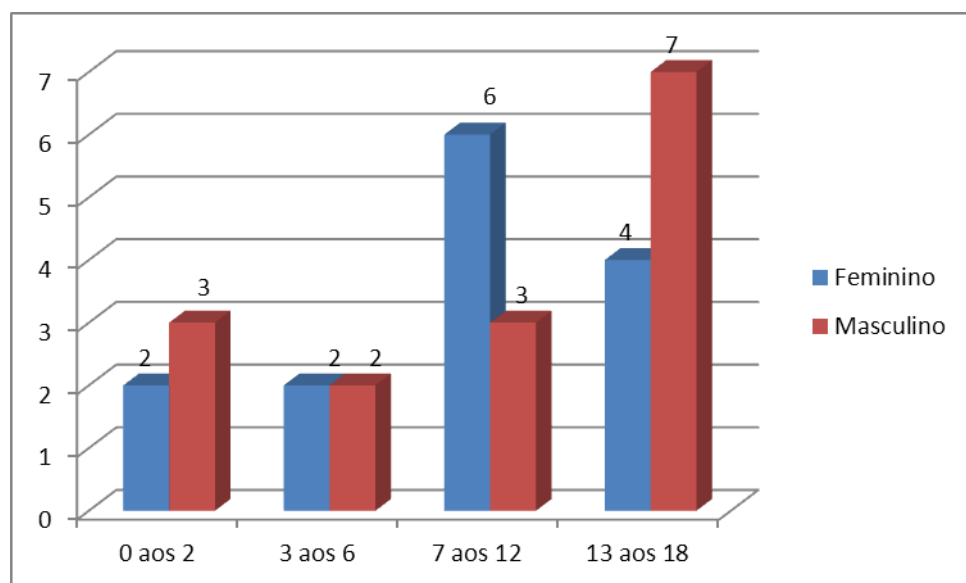
são aquelas que mais contribuem (449 ou 50,28% dos casos) para o número de pessoas deficientes a receber pensão ou reforma.

Por sua vez, das 893 pessoas sinalizadas, 116 vivem do seu próprio trabalho, na sua maioria homens (87), e 100 indivíduos vivem a cargo da família. Destes, o maior o número de indivíduos é do género feminino (59 mulheres) e apenas têm como principal meio de vida o rendimento mínimo garantido ou o apoio social.

5.5 - Crianças e jovens em risco

No ano de 2012, foram acompanhados 29 casos de crianças e jovens em situação de risco, com definição de Processo de Promoção e Proteção.

Gráfico n.º 9 - Crianças e jovens com processo de promoção e proteção, em acompanhamento, por sexo e escalão etário



Fonte: CPCJ Montalegre

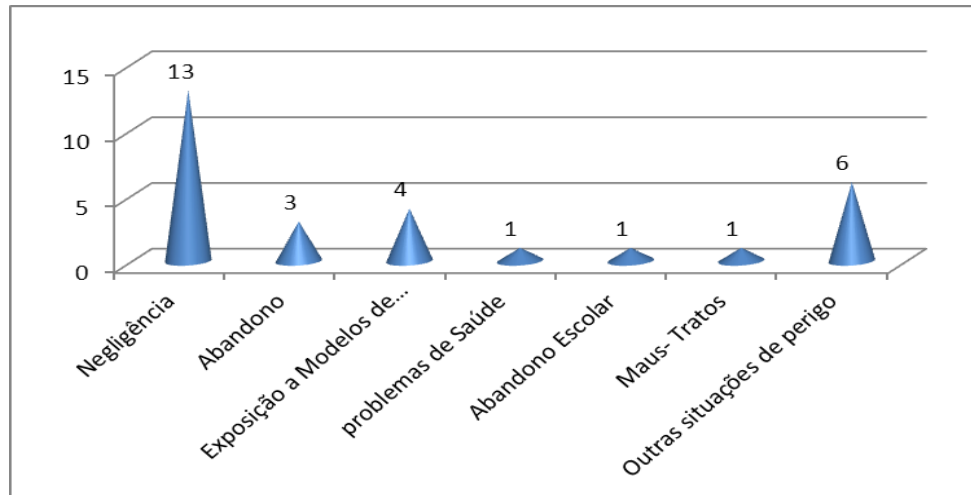
Da análise do quadro anterior, constata-se que é nas faixas etárias dos 13 aos 18 que surge o maior número de casos (11), dos quais 4 se referem ao sexo feminino e 7 ao masculino, uma diferença pouco significativa entre ambos.

5.5.1 - Tipologia das situações de risco

Nos 29 casos de crianças/jovens com processos de Proteção e Promoção, no ano 2012, as principais causas de intervenção foram as seguintes: negligência, abandono,

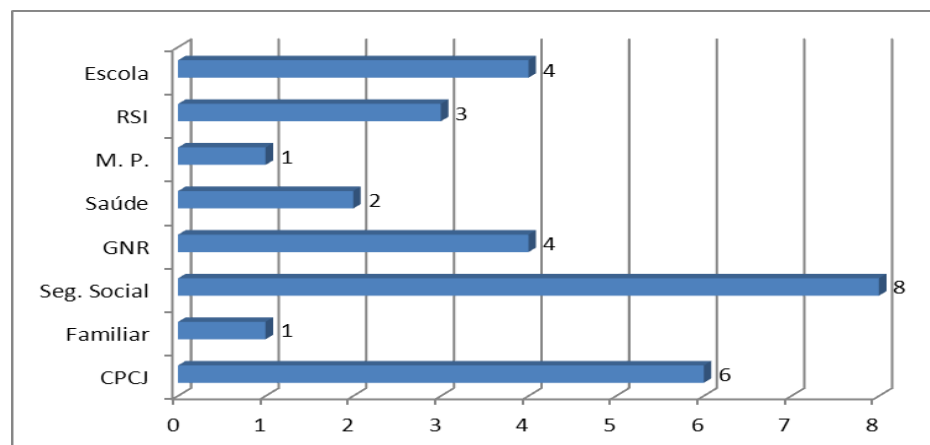
exposição a modelos de comportamentos desviantes, problemas de saúde, abandono escolar, maus-tratos e outras situações de perigo.

Gráfico nº 10 – Principais causas de intervenção da CPCJ



Constata-se que a principal causa de intervenção foi a negligência (13) por parte dos familiares.

Gráfico n.º 11 – Entidade sinalizadora



Fonte: CPCJ Montalegre

A Entidade que sinalizou mais crianças e jovens em perigo foi a Segurança Social, seguida da CPCJ.

Nestes casos, de situações de risco, em que interveio o Ministério Público/Segurança Social, foram referenciadas outras problemáticas subjacentes ao contexto familiar destas crianças/jovens:

- + Desestruturação familiar
- + Fracas condições de habitabilidade
- + Falta de competências pessoais, parentais e relacionamento intrafamiliar
- + Alcoolismo
- + Desvalorização da escola
- + Baixo nível socioeconómico
- + Situações de exclusão social
- + Repetição transgeracional dos comportamentos (crianças maltratadas tornam-se mais tarde, elas próprias, adultos maltratantes)
- + Baixas qualificações profissionais e escolares
- + Baixa auto-estima e autocontrolo
- + Baixo nível cultural; inexperiência e falta de conhecimentos básicos sobre o processo de desenvolvimento da criança/jovem
- + Desemprego e/ou emprego precário

A inexistência da C.P.C.J. no concelho, até finais do ano de 2004, a falta de recursos e de técnicos nas instituições envolvidas e a ausência de estruturas logísticas de apoio não permitiu, uma intervenção estratégica mais estruturada e sistematizada nesta área das crianças/jovens em risco.

No dia 21 de Janeiro de 2005 (Portaria 430/2005 de 18 Abril), foi instalada a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Montalegre (CPCJ) que passou a intervir neste campo. As CPCJ são instituições oficiais, não judiciais, implementadas por concelho/comarca, que visam a proteção de crianças e jovens em risco, envolvendo a participação dos pais ou de representante legal, de forma a evitar ou protelar a intervenção judicial. Pretende ainda prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral da criança ou jovem (art. 12º da Lei 147/99 de 1 de Setembro).

A criação da C.P.C.J. em Montalegre veio preencher uma lacuna institucional existente no concelho, nesta área, permitindo um acompanhamento mais sistematizado e monitorizado das situações existentes e prevenindo o aparecimento de novas situações de risco.

5.6. Síntese conclusiva

O concelho de Montalegre defronta-se com um cenário de uma população cada vez mais idosa, um aumento significativo do número de pensionistas, que estão sós, em situação de dependência e, na maioria das vezes, sem retaguarda familiar.

Para tentar combater este cenário, a nível da ação social existem algumas respostas sociais direcionadas para a 3ª idade, tais como estruturas residenciais para idosos, famílias de acolhimento e serviço de apoio domiciliário.

Relativamente ao Rendimento Social de Inserção, as principais áreas de inserção identificadas situam-se no âmbito do Emprego, Educação e Saúde. Uma das principais dificuldades de inserção dos beneficiários no mercado de trabalho prende-se com o seu perfil, com a ausência de respostas de emprego (pouca oferta de emprego no concelho), sendo que grande parte destes beneficiários são integrados nos CEI+ (Contrato Emprego Inserção +), de curta duração, tendo, como consequência, o seu regresso à medida de RSI.

Em relação à deficiência, prevalece no concelho a deficiência motora e a deficiência visual. No que diz respeito às acessibilidades, são poucos os indivíduos portadores de deficiência que habitam em edifícios com rampas de acesso devido à típica construção habitacional do concelho, caracterizada por habitações unifamiliares, mas poucas barreiras arquitetónicas. Dos edifícios públicos existentes no concelho, a SUB, a Biblioteca Municipal, o Pavilhão Multiusos, o Centro Escolar, a Escola Dr. Bento da Cruz o Ecomuseu e a Junta de Freguesia de Montalegre, possuem rampas de acesso para indivíduos portadores de deficiência. Apesar de todas as políticas sociais para a área da deficiência, a remoção de barreiras arquitetónicas não se tem feito sentir de forma desejada.

Está prevista a abertura do Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) para deficientes, pela CERCIMONT. Existe também um Centro de Apoio a Deficientes do Alto Tâmega, do qual o concelho de Montalegre faz parte, sito num concelho vizinho (Boticas), que não consegue dar respostas às situações solicitadas, e um outro equipamento a nível distrital, a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, que acompanha apenas algumas crianças do concelho.

Relativamente às Crianças e Jovens/Famílias em Risco, verifica-se não existirem no concelho, até ao início do ano de 2005, entidades com responsabilidade na área, com

exceção do Tribunal Judicial da Comarca de Montalegre, da Segurança Social com o objetivo de identificar e acompanhar este tipo de situações.

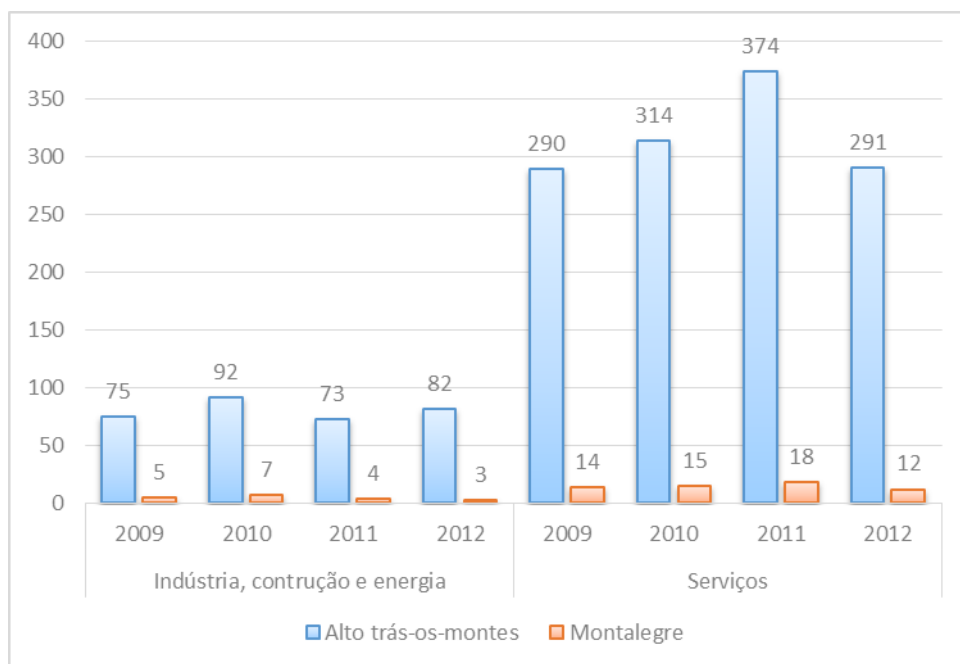
Em Janeiro de 2005 foi constituída a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Montalegre (CPCJ). No ano de 2012, acompanhou 29 casos, o que permite uma intervenção estratégica mais estruturada e sistematizada, novas perspetivas de apoio e acompanhamento.

6 - Caraterização Socio - Económica

Para uma análise do dinamismo socioeconómico do concelho foi selecionado um conjunto de indicadores, que permitem uma visão geral dos recursos económicos e financeiros.

Assim, durante o ano de 2012 registou-se a constituição de 15 novas sociedades, ligadas à indústria, construção, energia e serviços.

Gráfico n.º1 – Sociedades constituídas em 2011, por atividade económica



Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

6.1 - Tecido empresarial no concelho de Montalegre

No que concerne ao tecido empresarial do concelho, constata-se que aqui operam 939 empresas.

Quadro n.º1 – Número de empresas com sede no concelho e na região segundo CAE2, 2011

	Montalegre	Alto Trás-os-Montes
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	197	2103
Indústrias extrativas	7	73
Indústrias transformadoras	44	1100
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	2	31
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	1	20

Construção	84	1994
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	185	4954
Transportes e armazenagem	33	548
Alojamento, restauração e similares	151	2219
Atividades de informação e de comunicação	7	115
Atividades imobiliárias	10	192
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	57	1367
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	50	1191
Educação	26	1371
Atividades de saúde humana e apoio social	37	1169
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	10	286
Outras atividades de serviços	38	991
Total	939	19670

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

É de constatar que o tecido empresarial do concelho não se concentra maioritariamente num setor, realçando-se o número de empresas na agricultura, comércio e restauração.

6.1.1 – Agricultura

Se é um facto que o êxodo e a regressão demográfica têm marcado a região, e reconhecendo que estes fenómenos têm atingido sobretudo o espaço mais ruralizado e a própria agricultura, esta última continua a ser uma atividade fundamental para a viabilidade do território.

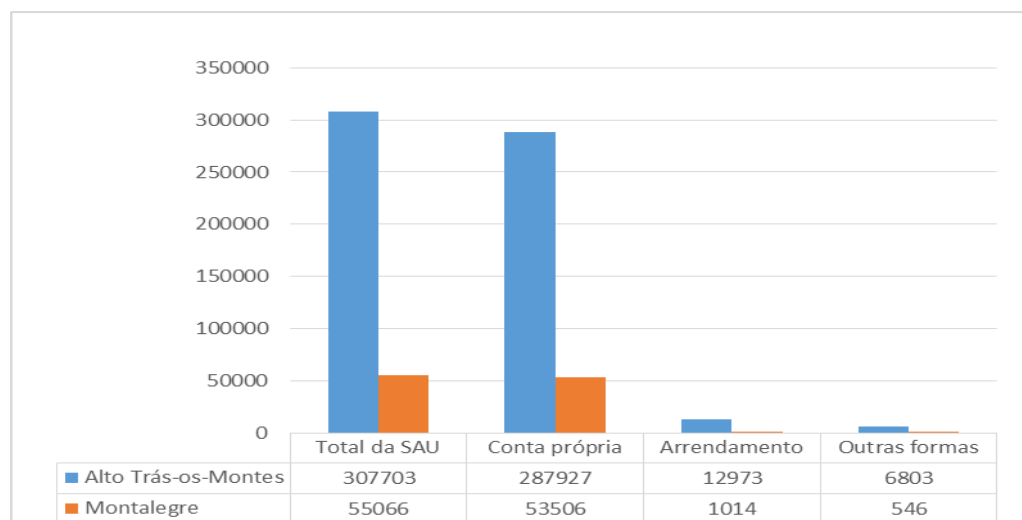
A agricultura, para além da sua função primordial, que é a produção de bens alimentares, cumpre ainda outras funções de grande relevância e essenciais para a estruturação do território, a saber:

- a sua ocupação geográfica;
- a dinamização de outras atividades em meio rural como, por exemplo o turismo, o artesanato, a gastronomia;
- a manutenção das paisagens, dos agroecossistemas e do ambiente.

No que concerne à Superfície Agrícola Utilizada (SAU), constatou-se que existe um total de 55066 explorações (vide gráfico n.º 2), sendo que a grande maioria é explorada por conta própria (53506).

A posse da terra continua a limitar a expansão das explorações. Esta situação resulta de fatores de natureza social e económica. Por um lado, o valor imobiliário dos terrenos encontra-se, em muitos casos, sobrevalorizado, inviabilizando a sua aquisição para fins agrícolas. Por outro, nota-se, por parte dos proprietários, alguma relutância em negociar o património fundiário já que existem expectativas de natureza social como, por exemplo, a própria continuidade da exploração por parte da descendência, que pesam nas decisões da venda ou arrendamento.

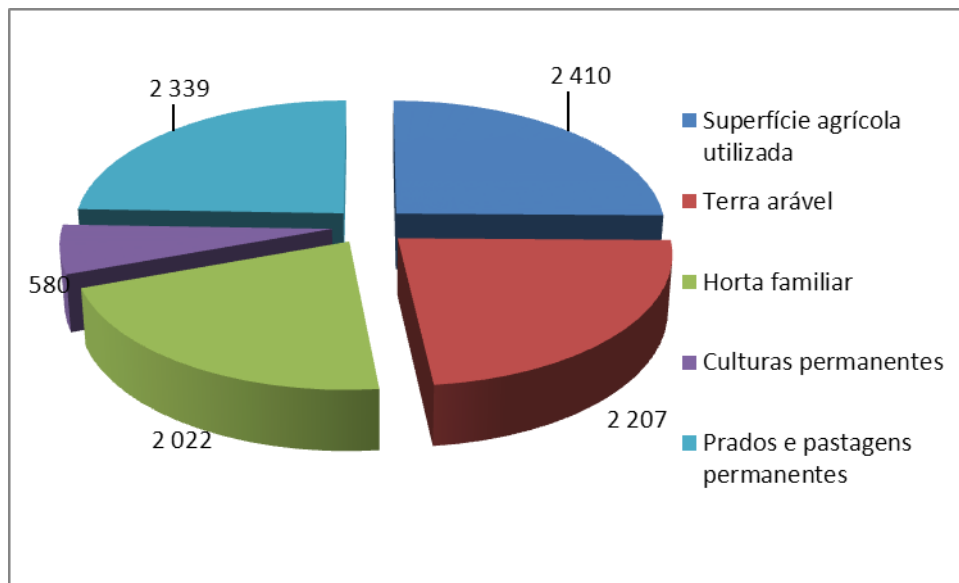
Gráfico n.º 2 – Superfície agrícola utilizada segundo o número de Explorações



Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Agricultura – 2009*

Um dos pontos que melhor caraterizam o concelho de Montalegre é a extrema heterogeneidade edafo-climática. Esta diversidade, manifestada pelas suas diferenças climáticas, topográficas e pedológicas, traduzem-se no surgimento de um sem número de agro-ecossistemas que, por sua vez, têm influência decisiva na ocupação cultural verificada na região. A análise do gráfico n.º 3 permite evidenciar este facto.

Gráfico n.º 3 – Utilização das terras



Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Agricultura – 2009*

Observa-se uma distribuição relativamente equilibrada de culturas, não obstante existir um certo predomínio da superfície agrícola utilizada, com 2410 explorações. Os prados e as pastagens permanentes ocupam 2339 explorações. Regista-se ainda a importância da terra arável, ocupando 2207 das explorações.

Dentro das culturas temporárias, destacam-se, por ordem decrescente de importância de ocupação por SAU, os cereais (vide quadro n.º 2), que ocupam cerca de 2065 explorações, a batata (1941 explorações) e a horta familiar (2022 explorações). Estas culturas evidenciam também um peso importante para o auto-consumo das famílias. Por outro lado, há uma reorientação cultural, expressa numa menor presença de determinadas culturas e um centrar de esforços nas culturas permanentes, menos exigentes em trabalho e simultaneamente em necessidade de mão-de-obra pois concentram-se em determinados períodos. Esta progressiva adaptação / reorientação passa pelo abandono das terras de cereal, as quais têm menor importância para o auto consumo e/ou menor valor patrimonial.

Quadro n.º2 – Explorações agrícolas com culturas temporárias e permanentes

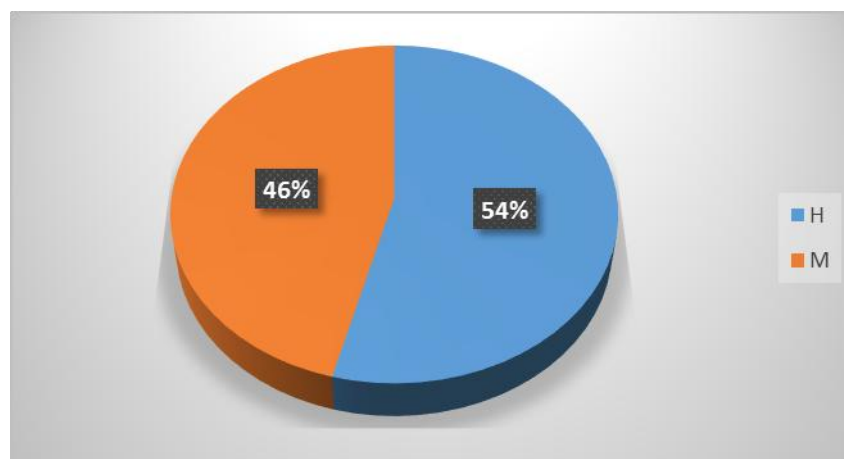
	Nº Explorações
Cereais para grão	2065
Leguminosas secas para grão	87
Prados Temporários	20
Culturas Forrageiras	1411
Batata	1941
Beterraba sacarina	0
Culturas industriais	0
Culturas hortícolas	4
Flores e Plantas ornamentais	1
Outras culturas temporárias	0
Frutos frescos	37
Cítrinos	0
Frutos sub-tropicais	0
Frutos de casca rijas	354
Olival	2
Vinha	287
Outras culturas	0

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Agricultura - 2011*

6.1.2 - População agrícola singular

Analisando o gráfico n.º 4, verificamos uma maior percentagem de agricultores do sexo masculino (54%) em detrimento do sexo feminino (46%).

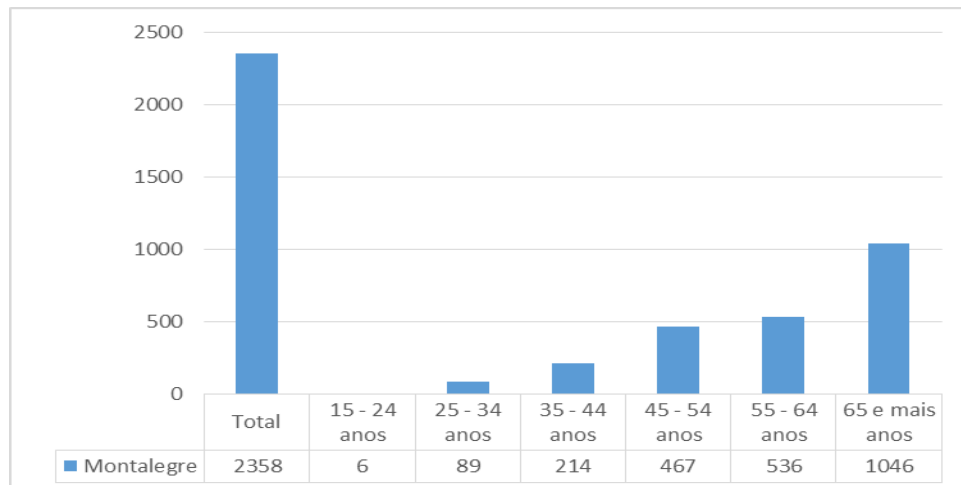
Gráfico n.º 4 – Produtor agrícola singular segundo o sexo



Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Agricultura – 2009*

A análise da evolução da estrutura etária dos produtores agrícolas revela, por um lado, o envelhecimento da população, com uma percentagem significativa de agricultores com idades superiores a 65 anos, e, por outro, a diminuição genérica desta mesma população.

Gráfico n.º5 – População agrícola segundo o grupo etário



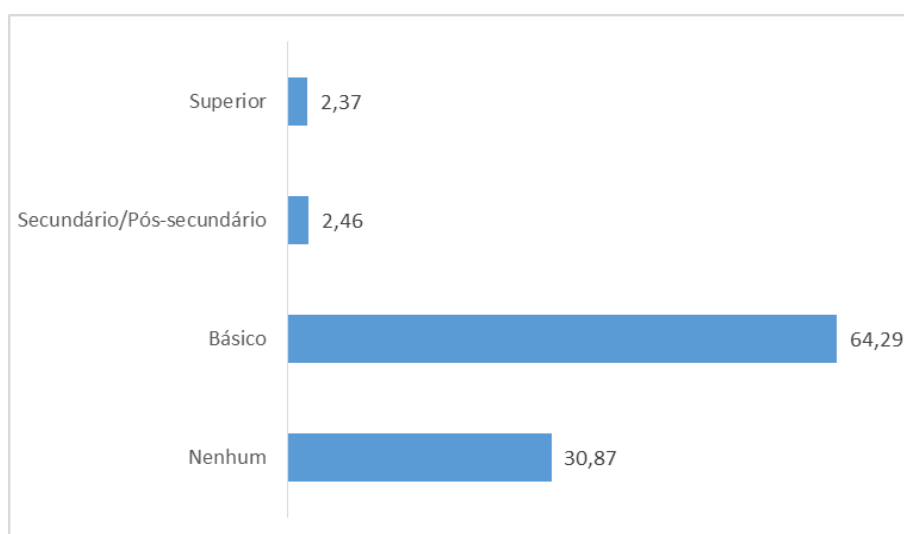
Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Agricultura - 2009*

Assim, observa-se que cerca de 44.35% dos produtores possuem idade superior a 65 anos, enquanto apenas 13.10% têm idades inferiores a 44 anos. Fatores de natureza social e económica explicam estes resultados, sendo de destacar a falta de incentivos dos jovens para esta atividade e as baixas remunerações auferidas, quando comparadas com as obtidas noutras atividades profissionais.

Este envelhecimento gradual da população agrícola poderá resultar na diminuição de investimentos no setor, no progressivo abandono de alguns sistemas produtivos, condicionando a preservação da paisagem rural, tarefa assumida pelos mais idosos.

Relativamente ao nível de instrução, a maioria dos agricultores possui o ensino básico (64.29%) e 30.87% são analfabetos. O ensino secundário e o ensino superior são pouco representativos. Estes dados levam-nos a concluir os baixos níveis de escolaridade desta população devido à elevada idade dos agricultores.

Gráfico n.º 6 – População agrícola segundo o nível de instrução



Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Agricultura – 2009*

Em relação ao tempo de trabalho agrícola (vide quadro n.º 3), é notável que a maioria dos agricultores trabalha tempo completo (1270), embora haja um número significativo que trabalha a tempo parcial (4137).

Quadro n.º 3 – População agrícola segundo o tempo de trabalho agrícola

Tipo de mão-de-obra								
Mão-de-obra agrícola total			Mão-de-obra agrícola familiar			Mão-de-obra agrícola não familiar		
Regime de duração de trabalho								
Total	Tempo completo	Tempo parcial	Total	Tempo completo	Tempo parcial	Total	Tempo completo	Tempo parcial
5407	1270	4137	5324	1258	4066	83	12	71

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Agricultura – 2009*

Relativamente às atividades pecuárias, a criação de bovinos é a mais expressiva (vide quadro n.º 4). Os ovinos e os caprinos têm menor expressão, o que é atribuído às suas maiores exigências em termos de trabalho e particularmente em esforço físico, bem como em mobilidade. Por outro lado, a valorização das raças autóctones de bovinos (através, por exemplo, do pagamento de indemnizações compensatórias) torna esta atividade economicamente mais atrativa.

É significativa a criação de aves e coelhos.

Quadro n.º4 – Efetivos animais por número de explorações

Efetivo Animal	
Bovinos	12358
Suínos	1444
Ovinos	8562
Caprinos	6428
Equídeos	1384
Aves	20434
Coelhos	11615
Colmeias e cortiços	2264

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Agricultura* – 2009

6.1.3 - Equipamentos Agrícolas

O objetivo das diferentes políticas agrícolas comunitárias, e a sua subsequente política agrícola nacional, tem sido a melhoria das condições de vida e do trabalho dos agricultores, bem como a modernização das explorações por forma a melhorar o nível competitivo e económico do setor.

No concelho de Montalegre, tem-se verificado uma forte evolução na mecanização das explorações, imprescindível para cumprir os objetivos inicialmente enunciados. Denota-se a existência de um maior número de tratores (1223), o que está relacionado com o dimensionamento típico das nossas explorações agro – pecuárias (vide quadro n.º 5).

Algumas explorações têm mais do que um trator, um para fazer os trabalhos diários e rotineiros e outro para os trabalhos mais elaborados e mais morosos.

Verifica-se também a situação de alguns agricultores não darem baixa do seu equipamento. Hoje em dia, conforme acontece com os automóveis, os tratores e as

alfaías são considerados um instrumento de trabalho e não um luxo. Cada “casa agrícola” tem o seu equipamento, não necessitando de recorrer a empréstimos a outros agricultores, conseguindo fazer os seus trabalhos atempadamente.

A razão do número de tratores e alfaías ter aumentado nas explorações agrícolas tem a ver com os diferentes sistemas de apoio criados, no âmbito das políticas agrícolas, em termos dos subsídios ao investimento nas explorações e em termos de tratores, equipamentos agrícolas, instalações e outros.

Quadro n.º5 – Número de Equipamentos, Número de Explorações

Tipo de máquinas agrícolas	
Tratores (de rodas e de rastos)	1223
Motocultivadores	21
Moto enxadas (moto fresas)	7
Moto ceifeiras (moto gadanhadeiras)	469
Ceifeiras - debulhadoras	13

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da Agricultura - 2009*

6.1.4 - Síntese conclusiva

O sector agrícola tem um peso relevante na matriz socioeconómica do concelho de Montalegre. Porém, as potencialidades que esta atividade detém estão longe de ser integralmente aproveitadas dada a existência de uma série de estrangulamentos que se colocam à rentabilidade deste setor, a saber:

- 1 – Elevado desajustamento entre a área utilizada e a área utilizada em agricultura (esta corresponde, grosso modo, ao dobro da primeira);
- 2 – Extrema fragmentação (associada à pequena dimensão) da propriedade fundiária;
- 3 – Subaproveitamento dos baldios e dos recursos piscatórios, paisagísticos, faunísticos, etc;
- 4 – Recurso a técnicas rudimentares de utilização do solo;
- 5 – Ausência de dinâmica no associativismo agrícola;
- 6 – Existência de dificuldades ao nível do escoamento dos produtos agrícolas, o que está em estreita conexão com a deficiente rede de acessos (internos

e externos), que caracteriza este concelho, acentuando, desta forma, o seu isolamento e interioridade.

A inoperância que tem caracterizado o setor agrário deve-se, em grande parte, ao fenómeno migratório, o qual se prefigura como um fator gerador de profundas mudanças na paisagem rural. São inegáveis, de facto, os seus efeitos que vão desde a regressão dos efetivos populacionais e envelhecimento dos núcleos familiares até ao enfraquecimento das solidariedades sociais, contribuindo, deste modo, para a desvalorização do mundo rural e da atividade agrícola.

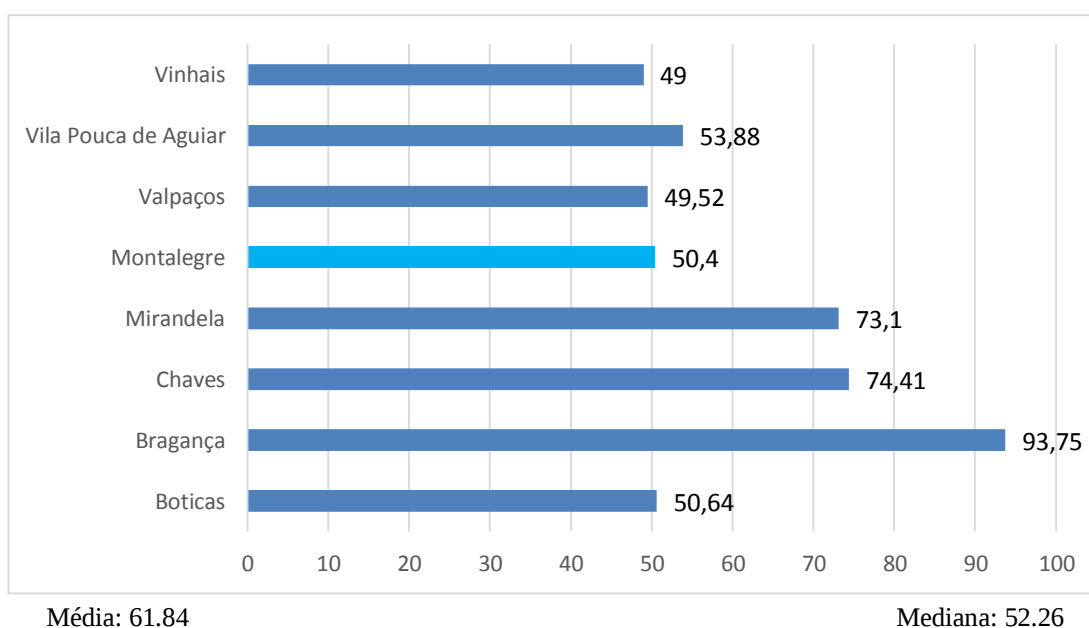
6.2 – Poder de compra

6.2.1 - Indicador per Capita

O Indicador per Capita (IpC) é “um número Índice que compara o poder de compra regularmente manifestado nos diferentes concelhos e regiões, em termos per capita, com o poder de compra médio do país a que lhe foi atribuído o valor 100”²⁰.

Como se pode observar no gráfico n.º7, o concelho de Montalegre apresenta o valor de 50.4, sendo um dos concelhos do Alto Trás-os-Montes com o valor mais reduzido. O concelho de Vinhais é o que apresenta o valor mais baixo dos concelhos do Alto Trás-os-Montes.

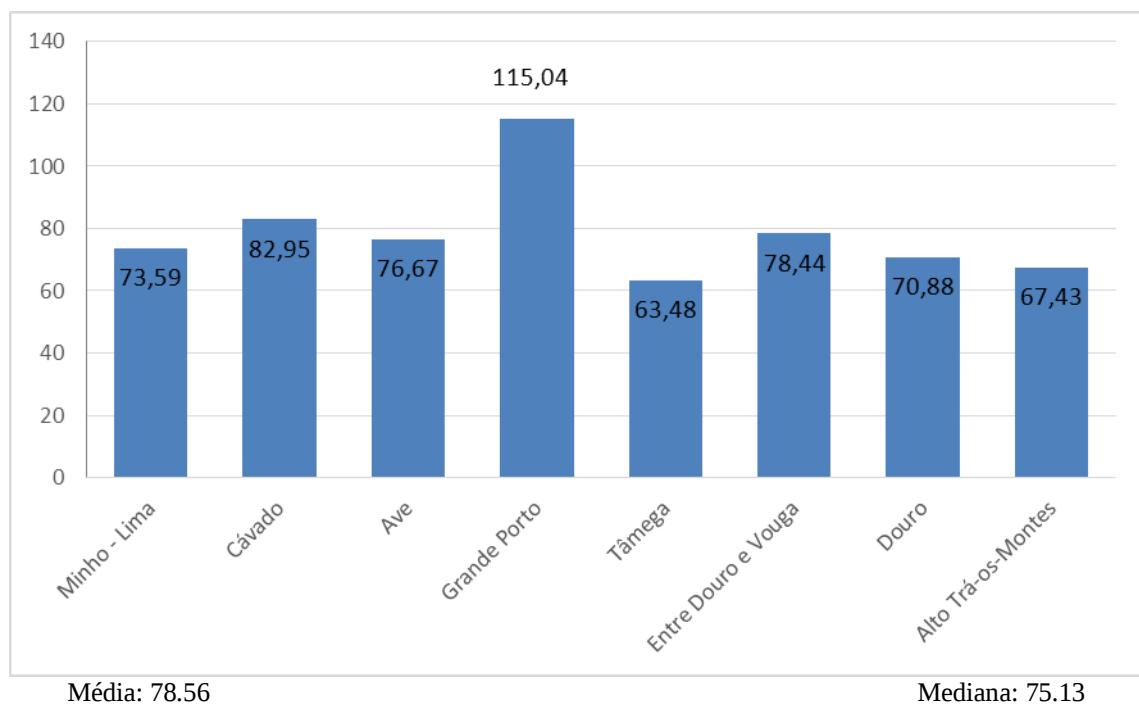
Gráfico n.º 7 – Indicador per capita da região do Alto Trás-os-Montes por concelhos



Pode observar-se no gráfico n.º 8 que o Grande Porto vê o seu IpC com o valor de 115.04, destacando-se das restantes regiões da região norte.

²⁰ INE, *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio*, 2009
 PORDATA, 2012-05-07

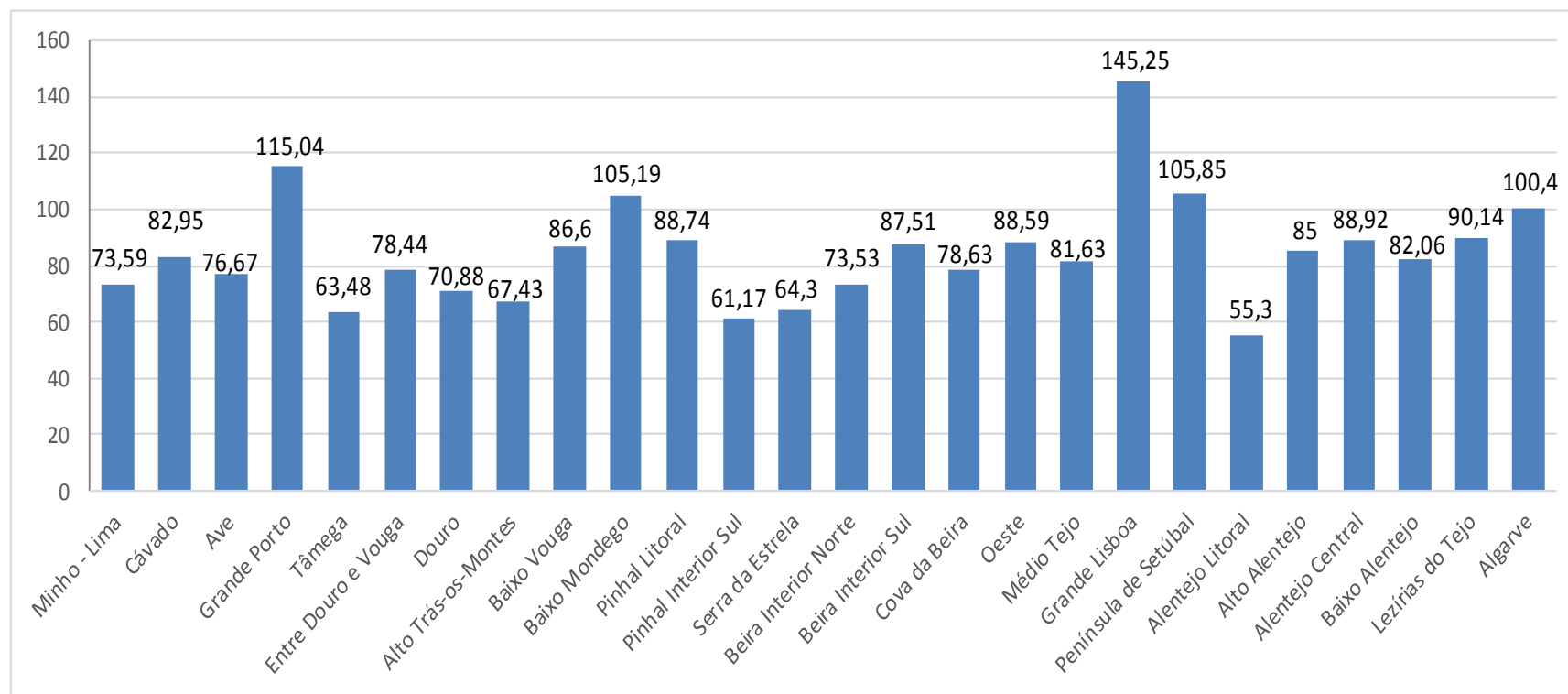
Gráfico n.º 8 – Indicador per capita da região Norte por regiões



Aliás, no que se refere à distribuição nacional do IpC, por regiões NUTs III, como se pode observar no gráfico n.º9, a Grande Lisboa e o Grande Porto apresentam os registos mais elevados e esta realidade vinca bem a característica mais relevante dos concelhos de mais elevado poder de compra, ou seja, a sua natureza eminentemente urbana.

Gráfico n.º9 – Indicador per capita nacional segundo regiões NUTs III

Médio



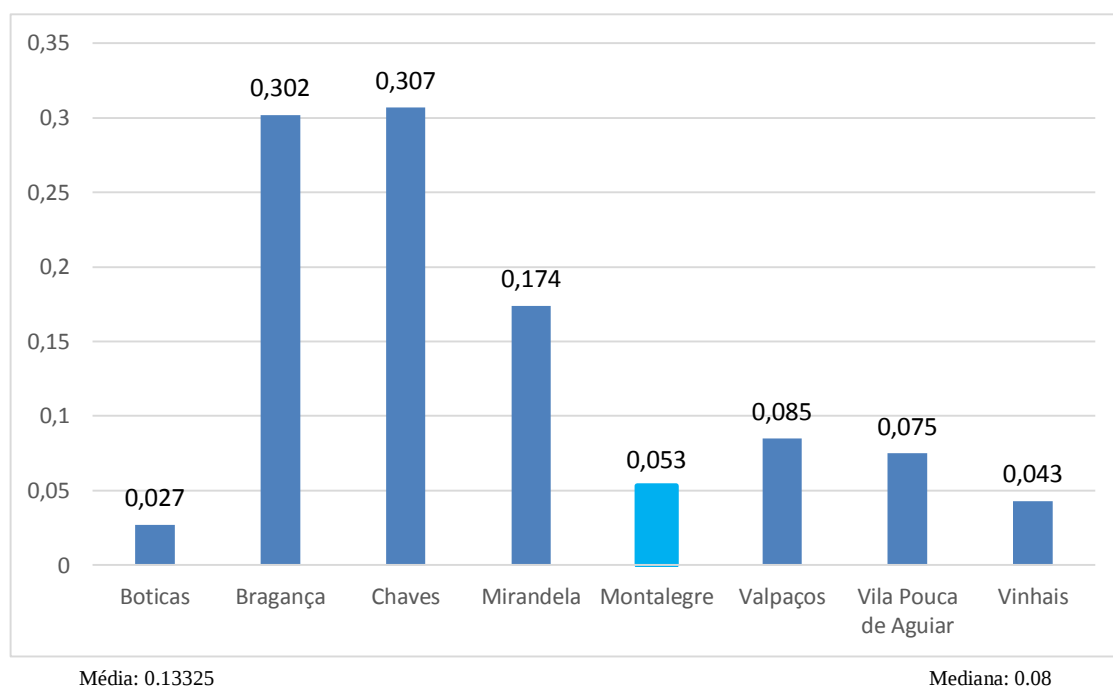
Média: 84.51

Mediana: 82.505

6.2.2 – Percentagem do poder de compra

A percentagem do poder de compra (PPC) “é um indicador inferido do Indicador per Capita de poder de compra, que se propõe medir o peso do poder de compra de cada concelho (e região) no total do país que toma o valor 100”.

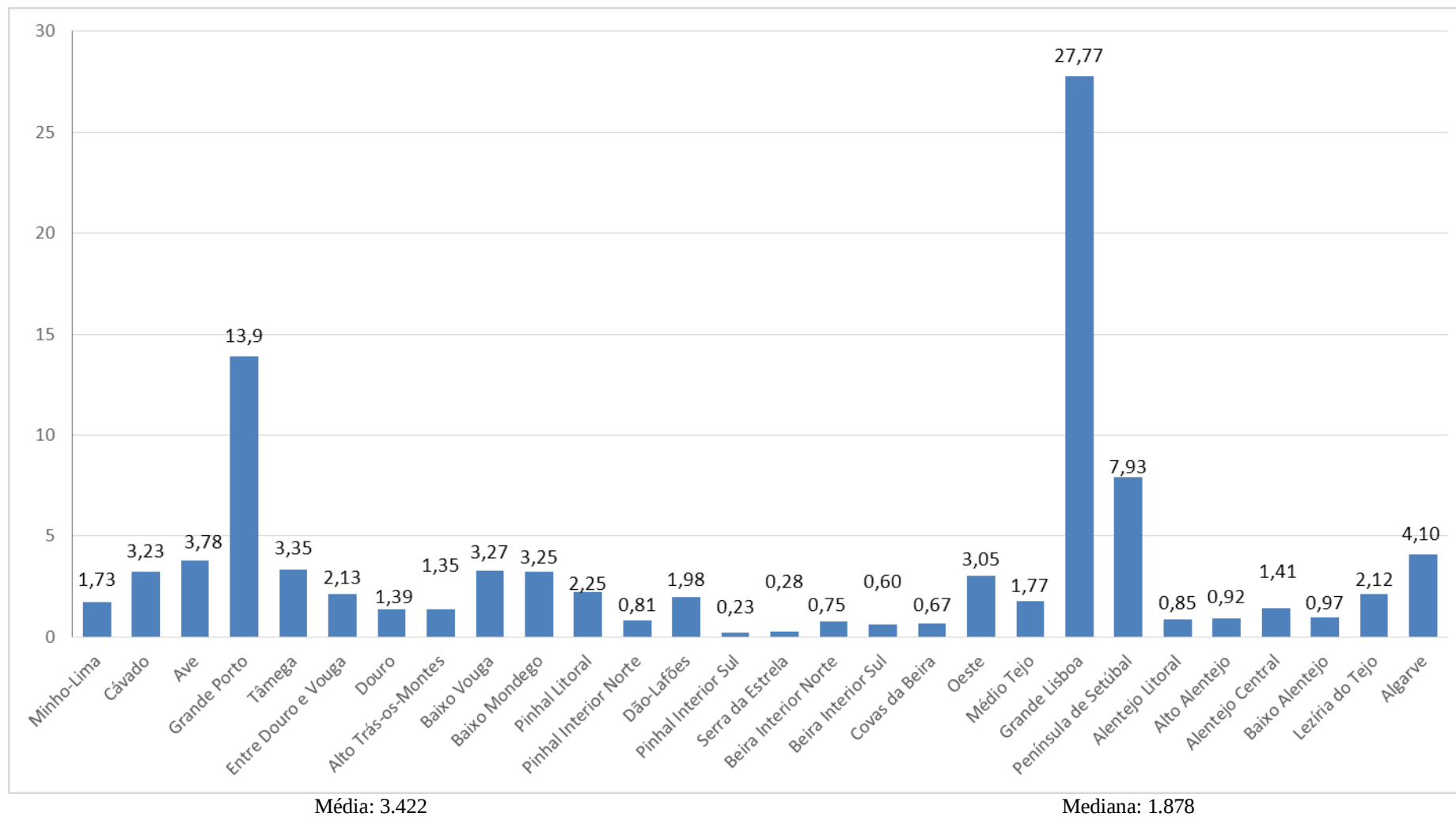
Gráfico n.º 10 – Poder de compra da região do Alto Trás-os-Montes por concelhos



Montalegre representa 0.053 do poder de compra nacional (3.422) (vide gráfico nº11), apresentando, mais uma vez, um dos valores mais baixos da região do Alto Trás-os-Montes (gráfico n.º 10). Surgem, nesta região, dois grupos distintos: por um lado, encontram-se três concelhos urbanos, mais desenvolvidos, que contribuem fortemente para a média regional do PPC e, por outro lado, há concelhos mais de natureza rural – Boticas, Montalegre, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e Vinhais, que contribuem menos.

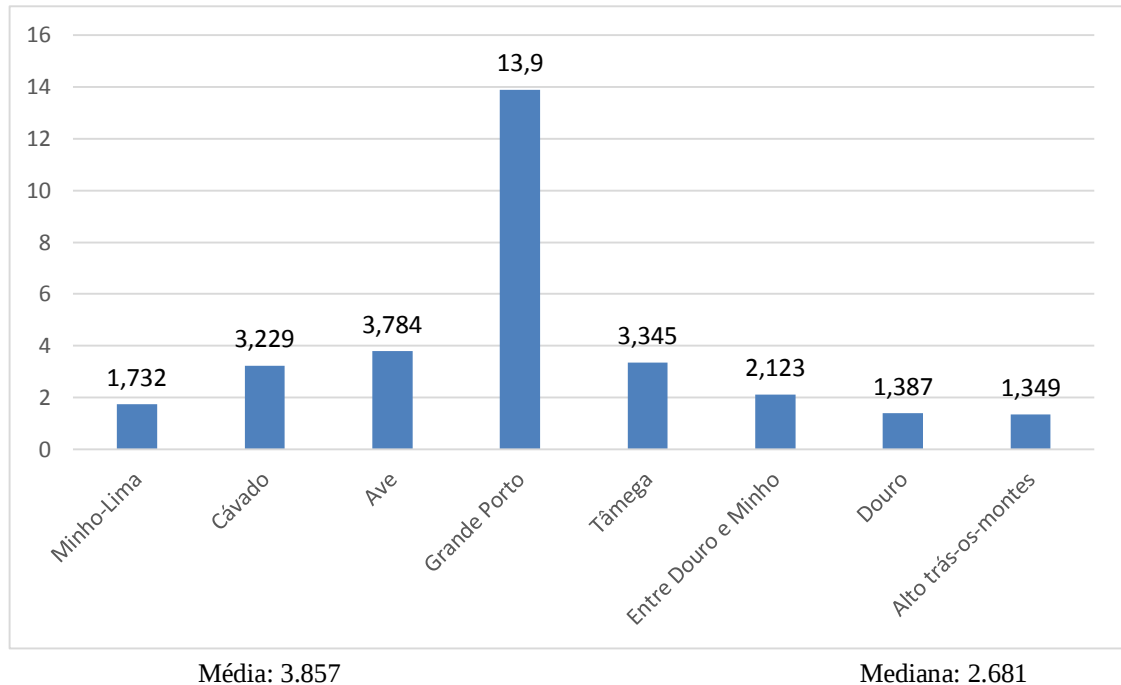
No gráfico n.º 11, nota-se que a Grande Lisboa representa sozinha 27.77, sendo a média nacional de 3.422, o que nos leva a concluir que a Grande Lisboa está muito acima da média nacional.

Gráfico n.º 11 – Poder de compra nacional segundo regiões NUTs III



Pela análise do gráfico nº12, podemos concluir que o poder de compra do Grande Porto (13.9), está muito acima da média da Região Norte (3.857).

Gráfico n.º 12 – Poder de compra da região Norte por regiões

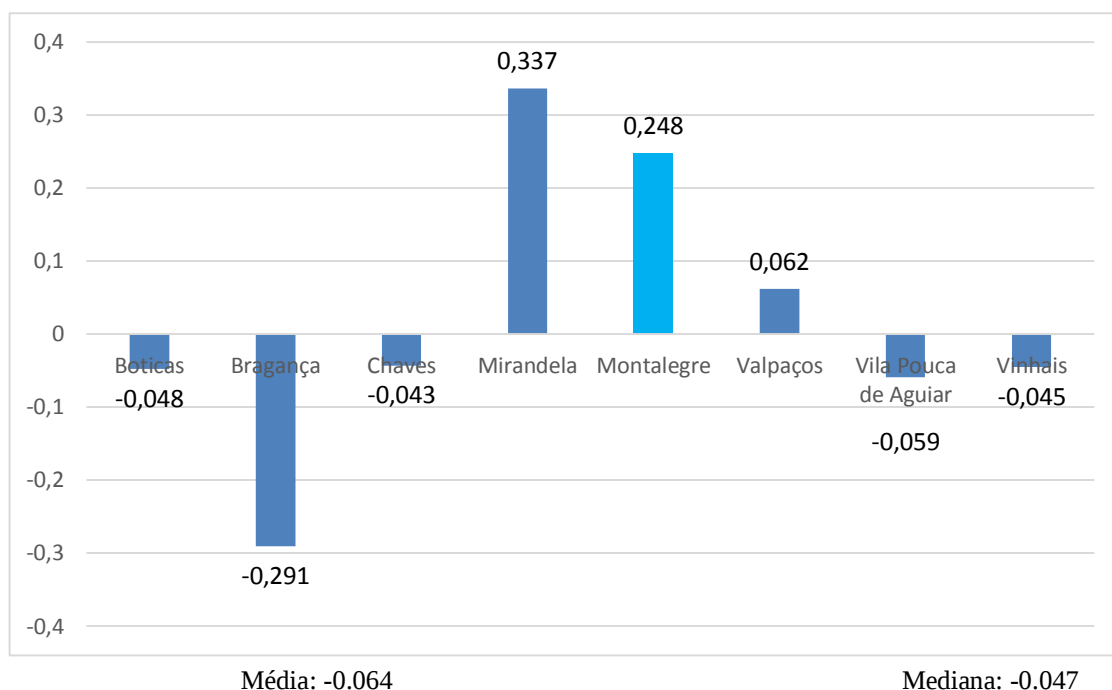


Pode, então, concluir-se que a distribuição espacial do PPC ilustra, de forma evidente, as assimetrias regionais do país, refletindo a concentração quer do poder de compra, quer da população, nas duas grandes cidades portuguesas e nas suas áreas suburbanas envolventes, assim como na faixa litoral.

6.2.3 - Fator dinamismo relativo

O Fator Dinamismo Relativo (FDR) “mede essencialmente o poder de compra derivado dos fluxos populacionais de cariz turístico que assumem frequentemente uma mera natureza sazonal”²¹. O número 0 representa a média aritmética simples dos diferentes concelhos e a unidade de medida o desvio-padrão da distribuição.

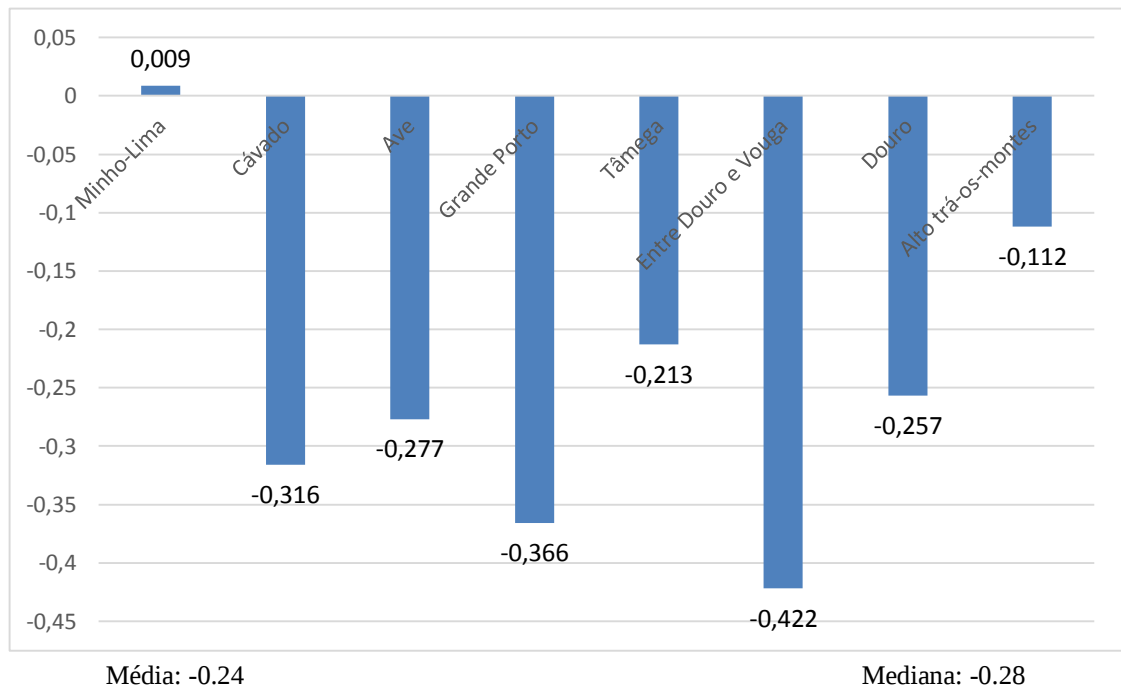
Gráfico n.º 13 – Fator dinamismo relativo da região do Alto Trás-os-Montes por concelhos



Sendo a média do FDR da região do Alto Trás-os-Montes de – 0,064, apenas os concelhos de Mirandela, Montalegre e Valpaços, registam valores superiores a esta média, destacando-se o concelho de Mirandela com o valor mais elevado (0.337), como se pode observar no gráfico n.º13. Os restantes concelhos do Alto Trás-os-Montes registam valores abaixo da média.

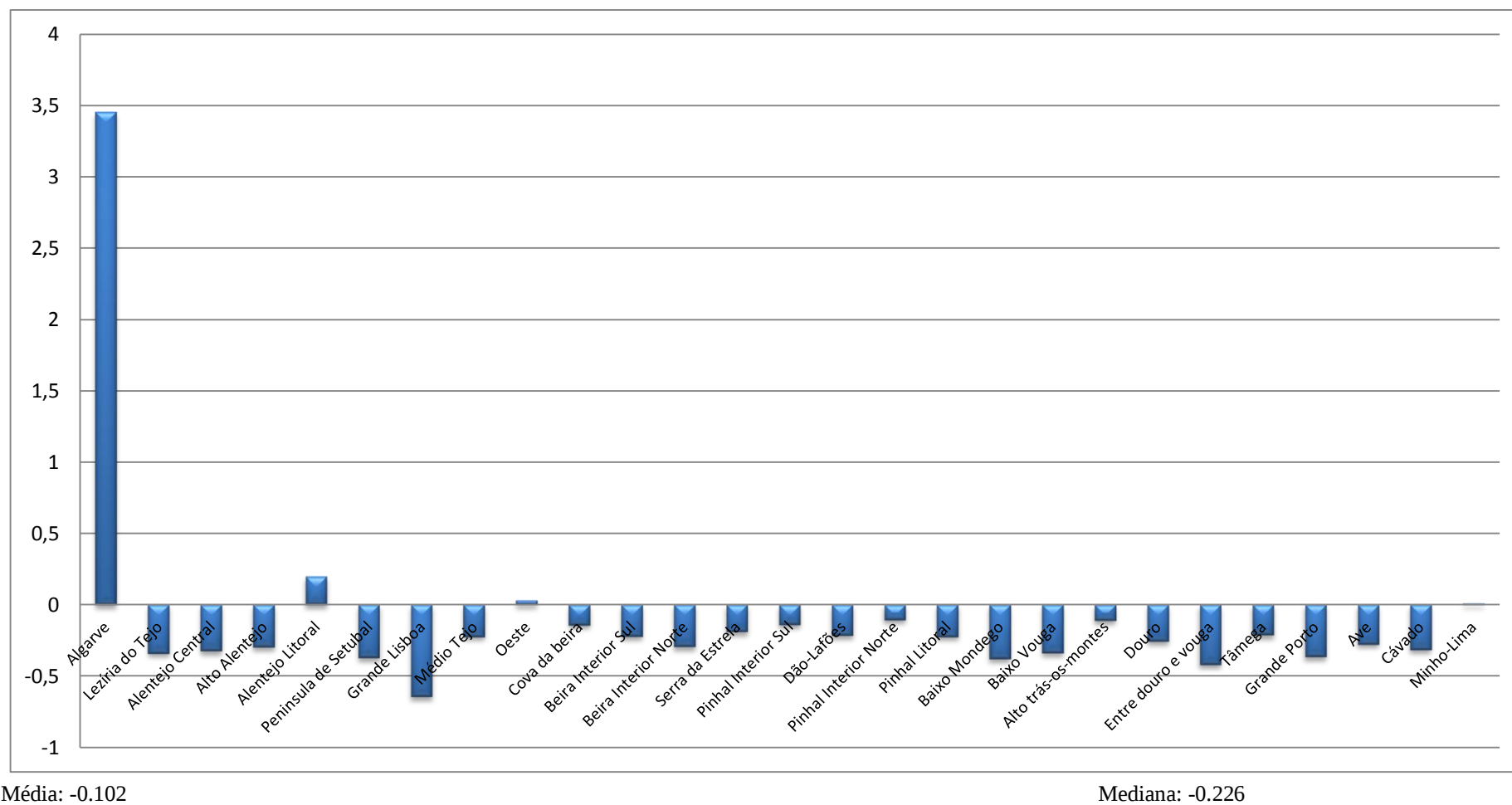
²¹ INE, Op. Cit., p.54.

Gráfico n.º14 – Fator dinamismo relativo da região Norte
por regiões



O Grande Porto, assim como a maioria das grandes cidades, não constitui um pólo de atração turístico, como se verifica no gráfico n.º 14. A região do Alto Trás-os-Montes acompanha o decréscimo acentuado do fator de dinamismo. Como se pode verificar a partir do gráfico n.º15, os valores mais elevados de FDR encontram-se na região do Algarve.

Gráfico n.º 15 – Factor dinamismo relativo nacional por Nuts III



6.2.4 – Síntese conclusiva

Conclui-se que o concelho de Montalegre se caracteriza por um nível médio de vida bastante abaixo das médias regionais (Alto Trás-os-Montes e Norte) e nacionais na medida em que regista valores de IpC e de PPC muito baixos. É um concelho com várias carências e debilidades produtivas que dificultam e restringem as possibilidades e o acesso das populações locais ao mercado de trabalho. Sendo um concelho pobre, pouco desenvolvido comercial e industrialmente, e na sequência do que foi dito anteriormente, entende-se porque o poder de compra dos seus habitantes é tão baixo.

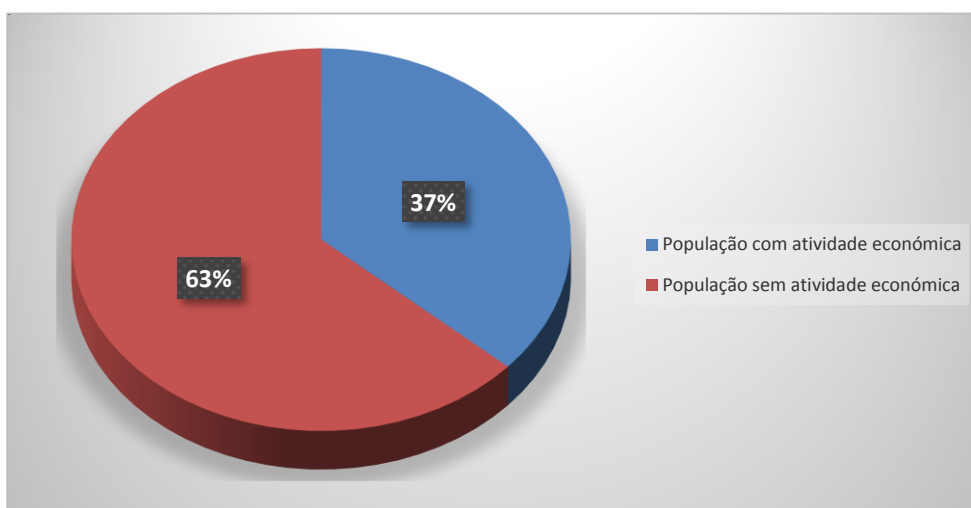
Apesar destas debilidades, Montalegre apresenta um valor relativamente elevado de Fator Dinamismo Relativo. Este concelho possui de facto grandes potencialidades e atrações turísticas devido ao seu enquadramento territorial, à sua beleza paisagística e ao conjunto do seu património cultural que, mercê do seu isolamento e esquecimento ao longo dos tempos, foi possível preservar.

6.3 - População ativa / inativa

A população residente com atividade económica – que aqui designaremos por população ativa – representa aquela parcela da população residente que, num dado momento, tendo já atingido ou ultrapassado a idade mínima legal para trabalhar (atualmente a idade mínima para trabalhar é 16 anos), está ou desejaria estar diretamente envolvida na produção de bens ou serviços. Engloba, por isso, quer a população empregada, quer a desempregada.

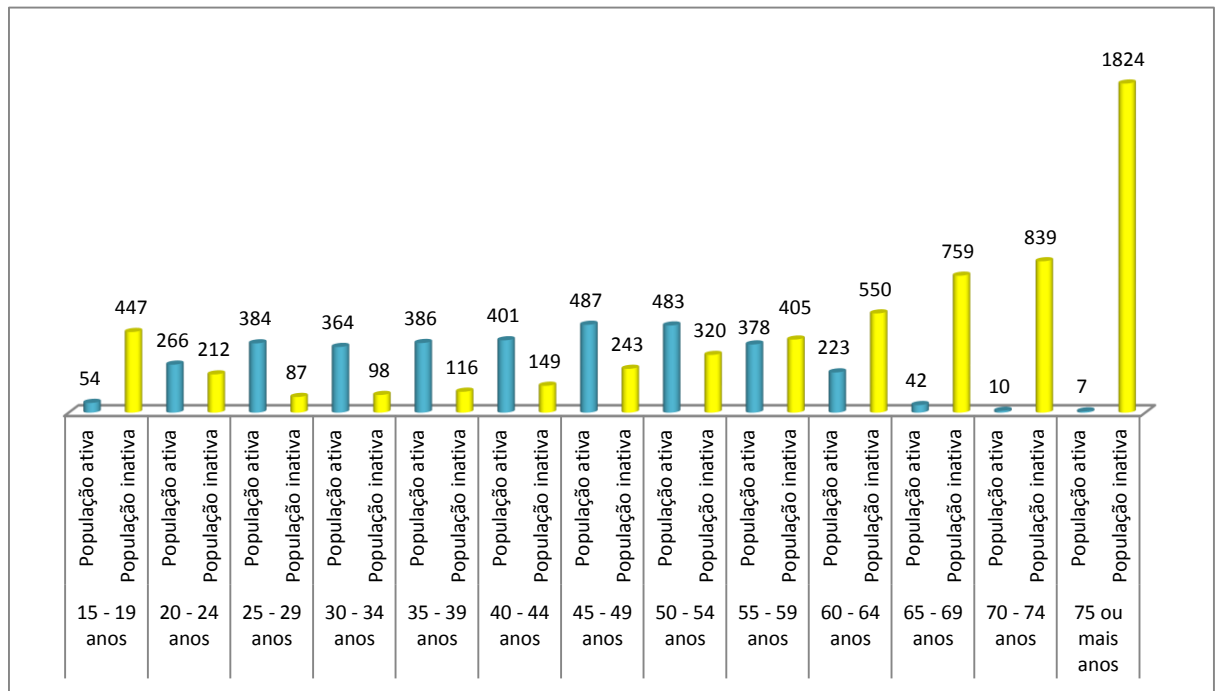
Analisando a população perante a atividade económica, constata-se que, no concelho de Montalegre, 37% dos indivíduos têm atividade económica e há 63% indivíduos sem atividade económica (vide gráfico nº16).

Gráfico n.º 16 – População residente perante a atividade económica



Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

Gráfico n.º 17 – População residente com 15 ou mais anos segundo a condição perante o trabalho e o escalão etário

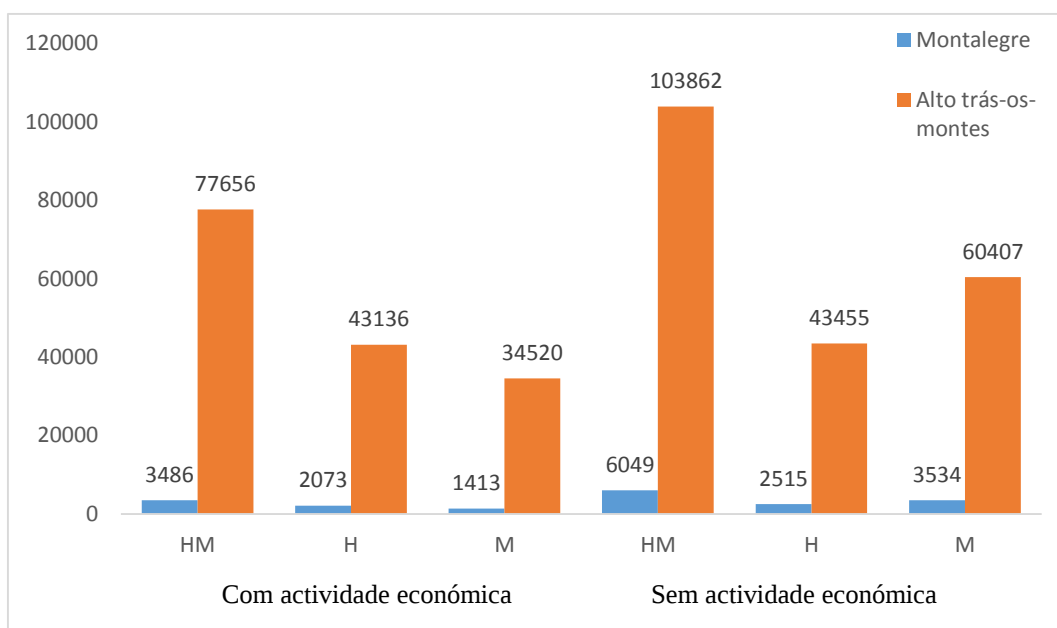


Fonte: INE

Analisando o gráfico nº17, podemos concluir que a população com maior valor de inatividade é a faixa etária dos 75 ou mais anos (1824). A população ativa com valor mais representativo é a faixa etária dos 45 aos 49 anos (487), seguindo-se a faixa etária dos 50 aos 54 anos (483).

Relativamente à população sem atividade económica (vide gráfico n.º 18), 2515 são homens e 3534 são mulheres; relativamente à população com atividade económica, 2073 são homens e 1413 são mulheres.

Gráfico n.º 18 - População residente, com 15 ou mais anos, por condição perante a atividade económica e por sexo, no concelho e na região – 2011



Fonte: PORDATA, Emprego e Mercado de Trabalho

Desagregando a população residente, com 15 ou mais anos segundo a condição perante a atividade económica (quadro nº6), observa-se que, dos 3485 indivíduos, 3098 se encontram empregados com alguma distinção de sexos (1876 homens e 1222 mulheres).

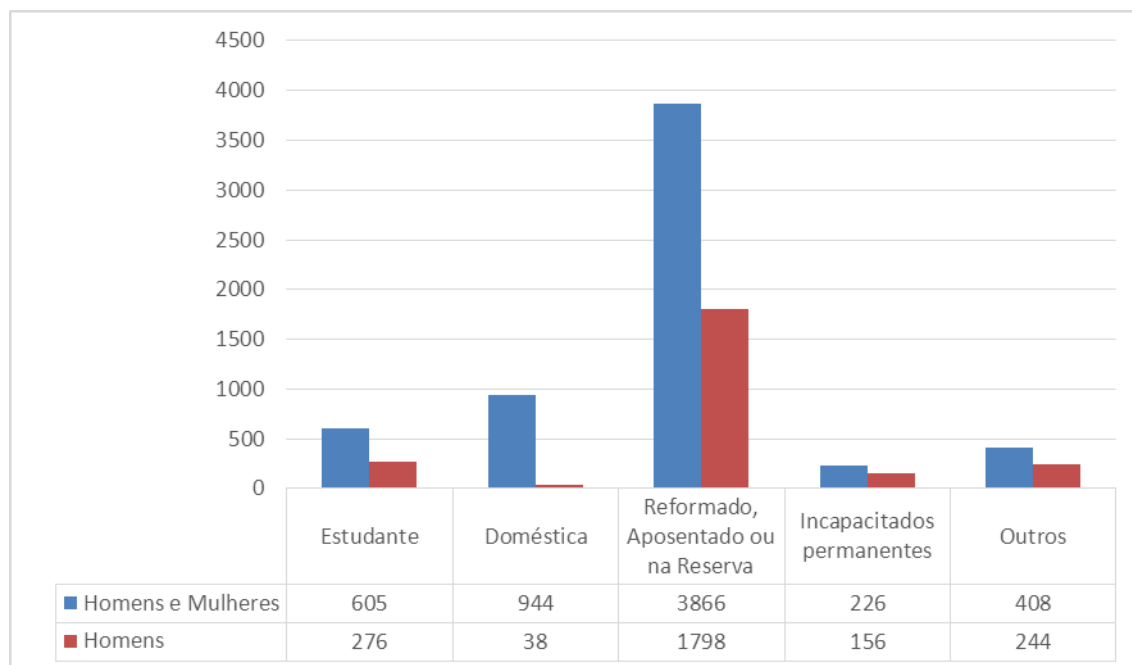
Quadro n.º 6 - População residente, com 15 ou mais anos, segundo a condição perante a atividade económica e por sexo no concelho e na região – 2011

Zona Geográfica	Empregados		Desempregados		Total	
	HM	H	HM	H	HM	H
Montalegre	3098	1876	387	197	3485	2073
Alto Trás-os-Montes	68441	38635	9215	4501	7656	43136

Fonte: PORDATA

No que concerne aos indivíduos residentes, com 15 ou mais anos, segundo a condição perante a atividade económica (gráfico nº19), constata-se que existe uma preponderância de reformados / aposentados ou na reserva (3866) dos quais 1798 são homens e 2068 são mulheres, seguindo-se os 944 domésticos, população esta esmagadoramente feminina. Os estudantes representam 605 indivíduos em valores absolutos.

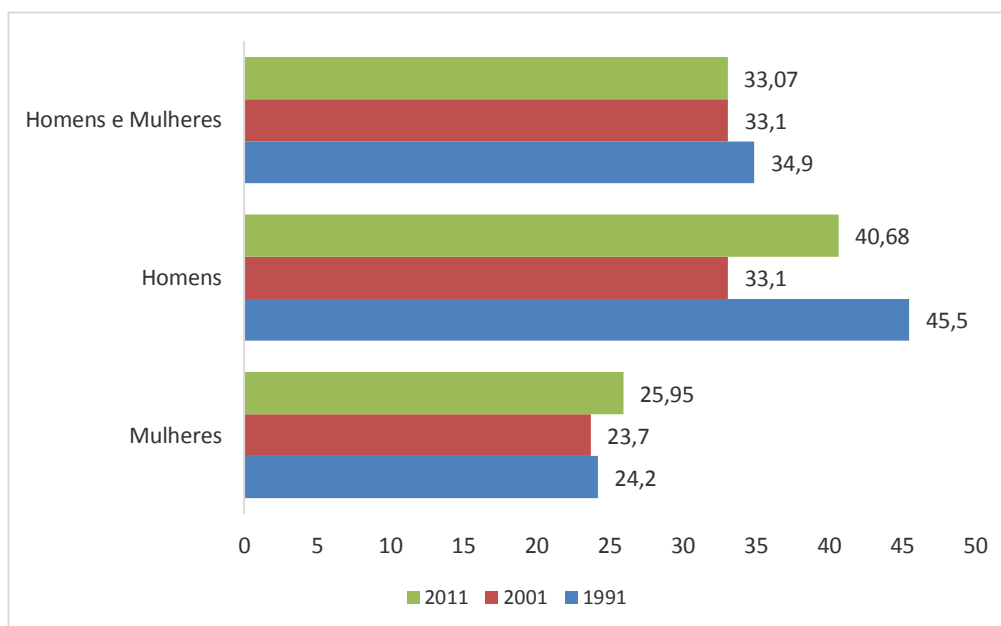
Gráfico n.º 19 – População residente com 15 anos ou mais, segundo a condição perante a actividade económica e sexo –
2011



Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

Da análise dos quadros anteriores e do gráfico n.º 20, infere-se que se contabiliza, em 2011, a taxa de atividade de 33.07 %, o que revela uma diminuição percentual quase insignificante relativamente ao último período inter censitário.

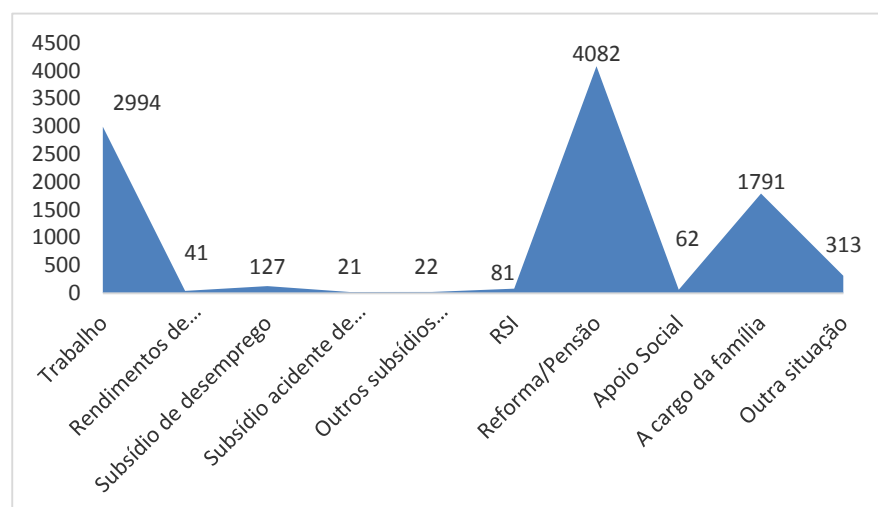
Gráfico n.º20 – Taxa de atividade, segundo o sexo no concelho de Montalegre, 1991 e 2001, 2011



Fonte: INE, *Censos 2011*

No gráfico seguinte (gráfico n.º 21), relativo ao principal meio de vida e sexo, podemos verificar que a população reformada/pensionista é a que apresenta o valor mais alto (4082), seguindo-se trabalho (2994) e a cargo da família (1791).

Gráfico n.º 21 - População residente, com 15 anos ou mais, segundo o principal meio de vida e sexo, 2011



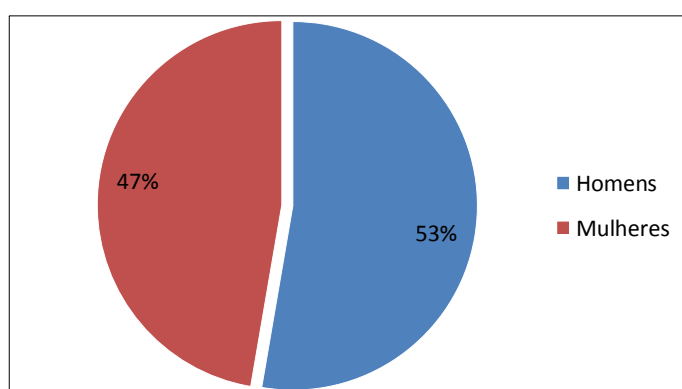
Fonte: INE, *Censos 2011, Quadros População*

6.4 – População empregada

A promoção do emprego é um objetivo fundamental da União Europeia, tendo em conta que os níveis de desemprego e as disparidades regionais aumentam gradualmente.

Mais de metade (vide gráfico n.º 22) dos indivíduos empregados são do sexo masculino (53%).

Gráfico n.º 22 – População residente empregada por sexo – 2012



Fonte: PORDATA

Analisando a população residente empregada no concelho de Montalegre, segundo os grupos de profissão, constata-se que prevalecem os agricultores e os trabalhadores qualificados da agricultura e pescas de acordo com o quadro n.º7 (33%).

Quadro n.º 7 - População residente empregada, segundo o grupo de profissões no concelho – 2011

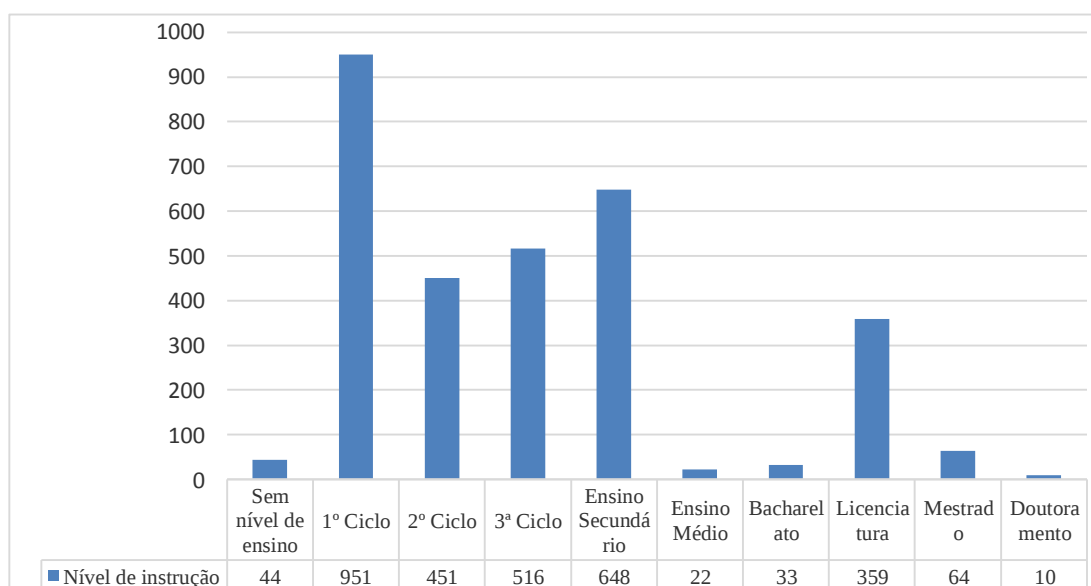
Grupo de Profissões	N.º	%
Representantes do poder legislativo e de órgãos	323	5.8
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	302	4.6
Técnicos e profissões de nível intermédio	168	5.8
Pessoal Administrativo	198	5.4
Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção, ...	639	13.6
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	531	33
Trabalhadores qualificados da indústria	376	14.2

Operários de instalações de máquinas	198	5.4
Trabalhadores não qualificados	349	11.6
Forças Armadas	14	0.6
Total	3098	100

Fonte: INE, *Censos 2011*

A análise do gráfico n.º23 mostra um cenário carenciado de qualificações profissionais que se traduz em baixos níveis de escolaridade, atividades no domínio da economia informal, etc. Quando é baixo o nível de qualificação, é alta a probabilidade do trabalhador só conseguir emprego num setor onde os salários médios são comparativamente mais baixos. Pelas mesmas razões, o indivíduo estará mais sujeito a conseguir empregos precários e será mais vulnerável ao desemprego. Neste raciocínio, o indivíduo terá um salário baixo e, se este for insuficiente para o sustento da família, será arrastado para a pobreza. Em caso de desemprego, o mesmo acontecerá se o valor do subsídio for insuficiente ou se a duração do desemprego tender a prolongar-se. Nesta situação, de desempregado de longa duração, cada vez será mais difícil empregar-se devido à baixa qualificação. Passando o período máximo pelo qual é pago o subsídio de desemprego, estará dependente de outra prestação social (frequentemente o RSI). É também elevado o risco de vulnerabilidade dos trabalhadores da economia informal quer por via dos salários, quer por outras formas de rendimento, nesse sector. A escolaridade é muito baixa e o baixo nível de instrução está associado a uma baixa qualificação profissional.

Gráfico n.º 23 – População residente empregada,
segundo o nível de
instrução



Fonte: INE, Censos, quadros população, 2011

Do conjunto das leituras anteriores e analisando o quadro seguinte, em 2011, evidencia-se um maior peso do setor terciário (58%), também associado à terciarização, no âmbito dos serviços ligados à atividade económica. A empregabilidade, no setor terciário, sofreu um aumento de cerca de 14 pontos percentuais de 1991 para 2001 e de 12 pontos percentuais de 2001 para 2011 (em 1991 apresentava 31.1%, em 2001 expressa 45.5% e em 2011 expressa 58%). Por seu turno, as atividades relacionadas com o setor primário sofrem um decréscimo de cerca de 5%, mas continua a ter um peso significativo no enquadramento regional. A sua fraca rentabilidade tem obrigado, em especial os homens, a procurarem outros meios de subsistência, especialmente na construção civil, deixando às mulheres as tarefas agrícolas em paralelo com as domésticas. Os incentivos comunitários à instalação de jovens agricultores não têm sido suficientemente motivadores à fixação de jovens, nem ao aparecimento de formas alternativas à agricultura tradicional.

A construção civil passa, assim, a ser geradora de emprego e sub – emprego já que, em numerosas situações, é trabalho em regime de jeira, sem qualquer cobertura legal.

Quanto ao setor secundário, o seu significado económico, no concelho, é pouco relevante (20%), sendo que a atividade com maior visibilidade é a construção civil.

Quadro n.º8 - Pessoas ao serviço, por sector de actividade – 1991 / 2001/2011

Sector de Actividade	1991		2001		2011	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Sector Primário	2751	56.28	1035	27.1	692	22
Sector Secundário	617	12.62	1044	27.34	604	20
Sector Terciário	1520	31.1	1739	45.5	1802	58
Total	4888	100	3818	100	3098	100

Fonte: INE, Censos 2011, Quadros de Apuramento

Relativamente à população empregada, segundo o sector de actividade económica por situação na profissão (vide quadro nº 9 e 10), constata-se que, do total de 3098 efectivos empregados, 1842 são “trabalhadores por conta de outrem”(empregados nos vários sectores de actividade), 479 são “empregadores” e 620 são “trabalhadores por conta própria”.

Desagregando por sector de actividade económica, verifica-se que o maior número de empregadores encontra-se no sector primário (178). No que concerne aos trabalhadores por conta de outrem, há valores mais similares e esta situação é patente tanto ao nível do sector secundário como do terciário. Todo este cenário é produto do contexto regional em que Montalegre se insere.

Quadro n.º9 - População residente empregada, segundo o sector de actividade económica e por sexo, por situação na profissão – 2011

	Sector Primário	Sector Secundário	Sector Terciário (social)	Sector Terciário (económico)
Empregador	178	102	29	170
Trabalhador por conta própria	364	55	37	164
Trabalhador familiar não remunerado	81	8	29	10
Trabalhador por conta de outrem	65	432	847	498
Membro de uma cooperativa de produção	0	1	0	0
Outra Situação	4	6	8	10
Total	692	604	950	852

Fonte: INE, Censos

Relativamente à taxa de emprego, Montalegre detém uma taxa de emprego de 32.5%, a mais baixa das regiões em análise. Isto demonstra a falta de emprego e consequentemente a desertificação / envelhecimento da população.

Quadro nº 10- Taxa de Emprego

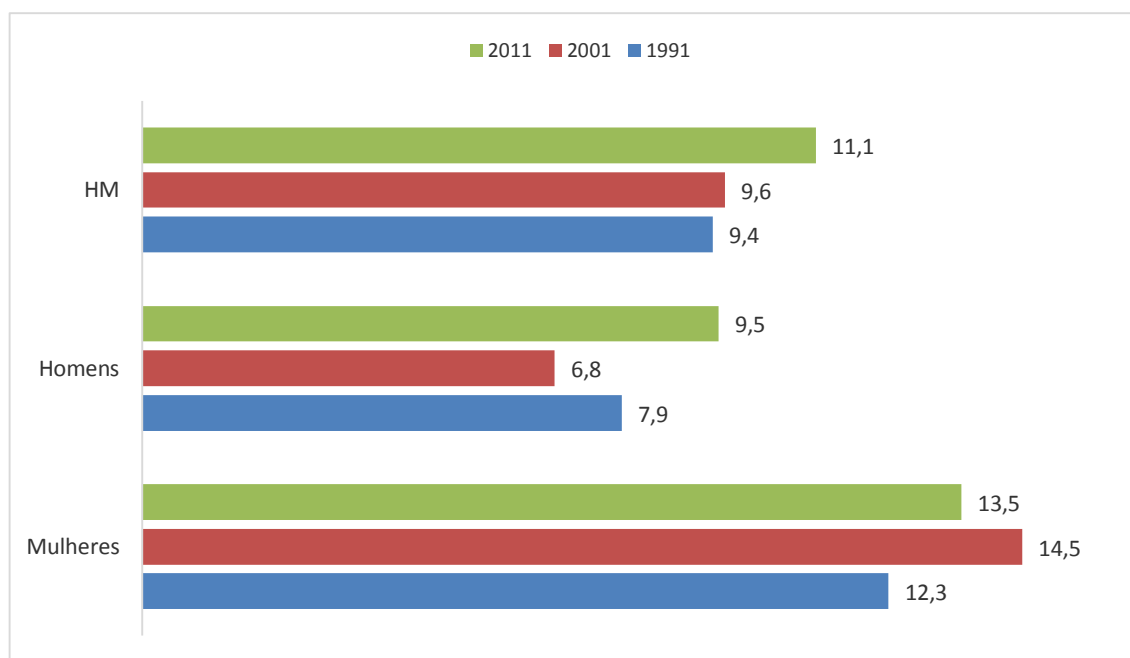
	1981	2001	2011
Portugal	53,2	53,5	48,5
Norte	55,2	54,4	47,9
Alto Trás-os-Montes	44,8	39,6	37,7
Montalegre	51,9	34,4	32,5

Fonte: PORDATA

6.5 – População residente desempregada

Tal como se verifica ao nível nacional, do mesmo modo, no concelho de Montalegre, no último período intercensitário (vide gráfico n.º 24) verifica-se um aumento da taxa de desemprego, passando de 9.6%, em 2001 para 11.1% em 2011. Analisando a taxa de desemprego segundo o género, constata-se que esta é mais elevada nas mulheres (13.5%) do que nos homens (9.5%). Refira-se que, entre 2001 e 2011, se registou uma diminuição significativa na taxa de desemprego feminino, passando de 14.5%, em 2001, para 13.5%, em 2011.

Gráfico n.º 24 – Taxa de desemprego, segundo o sexo, no concelho, 1991/
2001/2011



Fonte: INE, PORDATA, 2012

De acordo com últimos dados disponíveis pelo INE, Censos de 2011 existem 387 desempregados inscritos no concelho de Montalegre, sendo que 190 são mulheres e 197 são homens. Do total dos desempregados, 141 procuram o 1º emprego (67 homens e 74 mulheres) e 246 procuram um novo emprego (130 homens e 116 mulheres).

Quadro n.º11 - População residente, desempregada (sentido lato), segundo
condição de procura de emprego e por sexo – 2011

	Total	À procura do 1º Emprego	À procura de novo emprego
HM	387	141	246
H	197	67	130
M	190	74	116

Fonte: PORDATA

Denota-se que, partindo das características demográficas e económicas, marcadamente rurais, o concelho depara-se com a libertação de mão-de-obra agrícola (essencialmente mulheres e de baixas qualificações), o que cria um excedente humano, muitas vezes de difícil adaptação às solicitações de um trabalho mais qualificado.

Quadro n.º12 - População residente desempregada em sentido lato, segundo grupo etário, 2011

Grupo Etário	
12-14	0
15-24	94
25-34	96
35-44	62
45-54	88
55-64	47
65 +	0
TOTAL	387

Fonte: INE, Censos 2011, Quadros População

Partindo para a análise da população desempregada segundo o grupo etário, constata-se que, em 2011, os indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos (96) são o grupo etário com maior expressão nos desempregados, seguindo-se o grupo etário dos 15 anos aos 24 anos (94).

Analisando a procura de emprego por parte dos desempregados, verifica-se que 177 desempregados procuram emprego há menos de 12 meses e 180 procuram emprego à mais de 12 meses. Este facto realça o desemprego de longa duração.

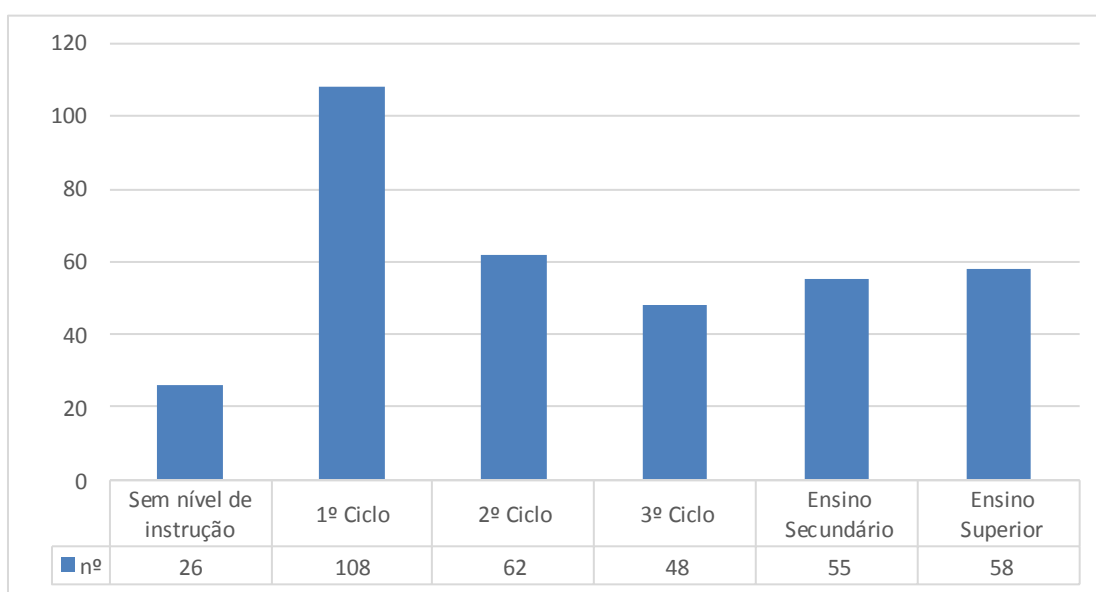
Quadro n.º 13 - População residente, desempregada, em sentido lato e restrito, segundo a condição de procura de emprego e sexo, 2013

Tipo de desemprego e duração de emprego	Montalegre
População desempregada	357
À procura de 1º emprego	61
À procura de novo emprego	296
À procura de emprego há menos de 12 meses	177
À procura de emprego há 12 ou mais meses	180

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego, 1º trimestre de 2013

Remetendo a análise a 2012, segundo o nível de instrução (vide gráfico n.º 25), constata-se que, dos desempregados contabilizados pelo INE, 108 detêm apenas o 1.º Ciclo, seguindo-se 62 com o 2.º ciclo e 48 com o 3.º Ciclo, o que revela que a maior parcela recai sobre a população que possui baixas habilitações escolares. É de salientar que cerca de 55 pessoas possuem o Ensino Secundário e que uma parcela de 58 possui habilitações mais altas ao nível do ensino superior.

Gráfico n.º 25 – População residente, desempregada, segundo nível de instrução, 2012



Fonte: IEFP, 2012

Neste âmbito, tendo em conta os beneficiários com prestações de desemprego (vide quadro n.º 14), segundo os Censos 2011, observa-se que no concelho de Montalegre, existem mais homens (125) do que mulheres (105) a receber prestações de desemprego. A faixa etária mais relevante é a dos 30-39 anos com um valor de 60 beneficiários.

Quadro n.º14 - Beneficiários com prestações de desemprego, segundo o sexo e a idade – 2011

Zona Geográfica	Total	Sexo				Idade					
		Homens	Dos quais novos	Mulheres	Dos quais novos	Menos de 25 anos	25-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	55 e mais anos
Alto Trás-os-Montes	6.613	3.308	1.355	3.305	1.544	314	61	2.028	1.437	22	1.251
Montalegre	230	125	43	105	43	9	9	60	58	9	48

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

Analisando os montantes médios processados em 2011, ao nível das prestações de desemprego, constata-se que em Montalegre é atribuída uma média anual, por beneficiário, de 717€, média esta ligeiramente inferior à da região do Alto Trás-os-Montes. Na análise por género, a atribuição do montante para os homens é de 387€, enquanto para as mulheres é de 330€, diferença de cerca de 57€ anuais.

Quadro n.º15 - Montantes e dias processados de prestação de desemprego – 2011

ZONA GEOGRÁFICA	Valores Processados			Dias Processados		
	HM	H	M	HM	H	M
	Milhares de Euros			N.º		
Alto Trás-os-Montes	19.442	10.378	9.065	1.275.654	636.721	611.933
Montalegre	717	387	330	44.167	23.915	20.252

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*

6.6 - Síntese conclusiva

O desenvolvimento de um concelho depende, em grande escala, da sua estrutura económica. Uma economia local dinâmica, geradora de emprego e riqueza promove igualmente o desenvolvimento social.

Em termos económicos, o concelho de Montalegre apresenta alguns problemas estruturais, a começar pela baixa taxa de atividade (relação entre a população ativa e a

população total). Pode-se constatar que apenas um terço dos indivíduos se encontra disponível para trabalhar, o que é reflexo de uma estrutura etária envelhecida.

Tal como foi referido anteriormente, o reduzido número da população ativa reflete o envelhecimento da população, confirmado pelo facto de cerca de 63% da população sem atividade económica estar reformada ou aposentada.

Um outro indicador relevante é a taxa de atividade que apresenta valores mais baixos no sexo feminino.

Parece ser lícito afirmar que o concelho de Montalegre apresenta uma débil estrutura de emprego, caracterizada por um cenário de qualificações profissionais carenciado que se traduz em baixos níveis de escolaridade e atividades no domínio da economia informal.

É de realçar o aumento da empregabilidade no setor terciário, no último período inter censitário, e a diminuição das atividades relacionadas com o setor primário.

Relativamente à taxa de desemprego, esta sofreu um aumento pouco significativo, mas, se tivermos em conta a acentuada quebra da população, este aumento torna-se mais marcante.

Será importante referir que, pelo conhecimento empírico, existe um número de desempregados no concelho superior ao mencionado pelo INE, principalmente no que se refere ao sexo feminino. Assim, pode-se salientar o facto de existirem muitos indivíduos em situação de desemprego que não estão inscritos no Centro de Emprego.

Apesar da população continuar a depender muito da agricultura, os jovens, que continuam a trabalhar nesta área, são sobretudo aqueles que não possuem alternativas de emprego mais atrativas e, normalmente, correspondem àqueles que, desde crianças, começaram a trabalhar na agricultura. No entanto, muitos desses jovens, que não dispõem de qualificações académicas ou profissionais, acabam por enveredar pela construção civil, aliciados pelas melhores remunerações auferidas neste ramo de atividade. Aliás, esta atividade tem continuado a revelar-se bastante dinâmica (nos anos mais recentes, muito pelo mercado de segunda habitação) e vem “tabelando” as remunerações para o pessoal menos qualificado, fazendo mesmo com que certos ramos de actividade tenham dificuldade em atrair mão-de-obra (por incapacidade para concorrer com os preços aqui praticados).

8 - Justiça

8.1 - Índice de criminalidade

Da análise do quadro n.º 1, verifica-se um aumento da criminalidade, no que respeita a crimes contra o património, crimes contra a vida em sociedade.

Aumentaram os crimes contra as pessoas, tendo muitos deles na sua origem problemas de vizinhança e questões de propriedade. Nestas situações são também habituais as situações de queixa contra queixa, com dificuldades na apreciação da prova na medida em que, normalmente, cada uma das versões dos factos é confirmada por três ou quatro pessoas que negam a versão oposta.

Quadro n.º 1 – Processos-crime

Categoria de Crime	
Crimes contra as pessoas	132
Crimes contra o património	142
Crimes contra a vida em sociedade	231
Crimes contra o Estado	7
Crimes previstos em legislação avulsa	17
Crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal	0
Total	529

Fonte: INE, 2012

Quadro n.º 2 – Número de vítimas de violência doméstica

	Nº de vítimas de violência doméstica
Alto Trás-os-Montes	82
Montalegre	8

Fonte: APAV, 2010

Nota final

Este Diagnóstico Social pretende assumir-se como um instrumento fundamental que permite inventariar potencialidades e recursos locais disponíveis para a intervenção, constituindo, só por si, um instrumento de indicação de prioridades. Trata-se de um instrumento de dinamização da participação, sendo um elemento de referência na avaliação das perspetivas delineadas a nível do concelho, e funcionando, simultaneamente, como um garante da adequabilidade das respostas às necessidades locais.

Foi preocupação deste Diagnóstico Social apontar, desde logo, pistas para a definição de prioridades de intervenção, não só descrevendo, analisando e interpretando os problemas sociais existentes no concelho, mas também identificando algumas das respostas sociais locais possíveis.

Quer para o presente diagnóstico, quer para o plano de desenvolvimento social, a participação e a articulação são fatores essenciais para a viabilidade e efetividade de qualquer mudança que se proponha. Trata-se de condições fundamentais para se garantir a representação de sensibilidades diversificadas quanto aos problemas e objetivos, assegurando-se a afetação dos recursos essenciais para a efetivação da mudança. De pouco serve um documento muito bem fundamentado, em termos das opções enunciadas, se não estiver alicerçado numa mobilização daqueles que serão os agentes capazes de promover e operacionalizar essas mesmas opções. A valorização dos recursos e das potencialidades locais surge como fator fundamental para a passagem para o Plano de Desenvolvimento Social, próxima e crucial etapa de todo o trabalho que está a ser desenvolvido no âmbito da Rede Social em Montalegre.

Anexos

Anexo I

Quadro N° 1 - Evolução da População Residente no concelho de Montalegre, por Freguesia

	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Concelho de Montalegre	18539	19939	19702	20731	22066	22065	21158	24572	29724	32728	22925	19403	15464	12762	10537
Cabril	919	1013	894	1017	1077	1031	1054	1171	1335	1191	1075	890	721	640	553
Cambezes do Rio	415	421	428	423	470	454	412	486	560	511	430	305	210	141	130
Cervos	560	603	644	725	724	714	750	796	984	1103	920	543	428	328	271
Chã	1389	1550	1632	1715	1665	1513	1386	1840	2030	2373	1600	1269	1042	928	748
Contim	375	399	392	377	358	333	378	330	355	360	320	254	138	100	87
Covelães	441	502	425	454	440	451	430	442	647	449	425	327	246	186	135
Côvelo do Gerês	339	387	325	323	357	345	376	385	400	405	365	329	302	254	194
Donões	224	235	209	246	274	246	244	269	318	277	125	111	83	72	62
Ferral	853	810	736	768	781	785	676	730	1418	1069	1125	865	646	547	397
Fervidelas	249	297	270	293	312	250	298	260	301	304	345	247	152	116	87
Fiães do Rio	223	260	283	296	318	303	286	282	361	292	235	239	152	104	76
Gralhas	396	475	506	512	558	554	550	660	787	659	345	369	339	235	208
Miexedo	326	369	337	380	404	402	432	511	619	666	500	447	334	235	209
Meixide	206	229	244	232	222	222	240	267	275	282	175	174	127	127	88
Montalegre	751	825	830	930	1007	676	1064	1478	1799	2081	1615	1721	1990	1817	1816
Morgade	279	310	318	349	398	368	386	478	640	811	400	394	317	275	228
Mourilhe	465	536	486	529	544	523	534	538	613	559	445	295	197	144	117
Negões	546	595	565	591	583	525	526	523	689	612	310	301	222	196	177
Outeiro	407	453	464	486	509	518	530	539	567	503	335	320	238	203	156
Padornelos	304	272	376	405	422	416	450	522	637	548	390	258	198	151	124
Padroso	272	311	280	304	310	285	306	332	408	363	325	217	140	119	107
Paradela	331	382	370	399	378	327	352	476	397	524	400	335	274	221	145
Pitões das Júnias	488	471	511	554	516	475	468	485	501	375	330	238	226	201	161
Pondras	287	343	327	352	348	374	394	420	429	513	315	336	268	193	131
Reigoso	609	706	689	694	588	539	520	583	654	557	495	400	280	200	167
Salto	1559	1562	1508	1513	2300	1937	1958	2990	4202	3434	3205	3052	2375	1867	1429
Santo André	460	523	476	521	538	501	602	638	709	680	540	446	329	271	218
Vilar de Perdizes	775	706	748	779	821	749	950	1129	1255	1315	1025	900	587	532	460
Serraquinhos	880	916	997	1049	1084	873	964	1066	971	1055	835	594	509	378	294
Sezelhe	419	414	439	448	461	403	390	407	467	427	440	298	183	145	142
Solveira	431	491	436	535	602	442	482	621	734	716	635	368	266	214	154
Tourém	557	590	550	512	574	515	718	607	552	522	380	259	218	185	151
Venda Nova	287	305	312	289	362	342	312	542	1071	659	585	509	421	401	262
Viade de Baixo	1138	1257	1270	1309	1322	1229	1274	1348	1469	1042	1490	1378	1001	781	675
Vila da Ponte	379	421	425	422	439	445	466	421	570	491	445	415	305	255	178

Quadro n.º 2 - Variação da estrutura etária, entre 2001/2011 no Concelho de Montalegre, por freguesia

Freguesias	População residente -Variação entre 2001 e 2011 (%)				
	Var. Total	Grupos etários			
		0-14	15-24	25-64	65 ou mais
Montalegre	-17,43	-39,80	-40,41	-14,95	-0,17
Cabril	-13,59	-34,57	-51,04	-4,43	1,04
Cambeses do Rio	-7,80	37,50	-61,90	-8,47	7,55
Cervos	-17,38	-55,10	-5,71	-15,48	-4,49
Chã	-19,40	-40,13	-43,75	-13,22	-0,53
Contim	-13,00	-14,29	-20,00	-11,36	-12,82
Covelães	-27,42	-57,89	-50,00	-14,10	-28,77
Covelo do Gerês	-23,62	-55,00	-23,53	-13,21	-21,62
Donões	-13,89	25,00	-72,73	0,00	-18,18
Ferral	-27,42	-48,61	-43,28	-21,60	-20,25
Fervidelas	-25,00	-41,67	-58,33	-12,24	-25,58
Fiães do Rio	-26,92	-44,44	-30,00	-42,11	10,71
Gralhas	-11,49	-41,67	-88,89	-22,41	22,47
Meixedo	-11,06	-25,00	-54,29	-18,87	24,32
Meixide	-30,71	-94,12	12,50	-42,11	0,00
Montalegre	-0,06	-23,75	-17,39	1,57	31,94
Morgade	-17,09	-30,43	-42,86	-15,15	-8,70
Mourilhe	-18,75	-26,32	-35,71	-18,46	-10,87
Negrões	-9,69	-29,17	-28,57	-11,96	8,47
Outeiro	-23,15	-69,23	40,00	-34,62	1,72
Padornelos	-17,88	-23,08	-64,29	-1,82	-20,29
Padroso	-10,08	-50,00	0,00	-19,67	19,44
Paradela	-34,39	-60,00	-37,50	-30,48	-28,81
Pitões das Júnias	-19,90	-63,33	-47,22	-14,29	27,03
Pondras	-32,12	-57,89	-22,22	-25,00	-35,00
Reigoso	-16,50	-50,00	-31,25	-36,73	22,86
Salto	-23,46	-49,82	-49,30	-21,13	4,17
Santo André	-19,56	-60,00	-46,88	-9,84	-9,20
Vilar de Perdizes	-13,53	-9,52	-50,88	-16,27	1,10
Sarraquinhos	-22,22	-47,06	-42,55	-12,12	-17,39
Sezelhe	-2,07	33,33	-37,50	-6,56	5,36
Solveira	-28,04	-40,91	-23,53	-28,89	-24,71
Tourém	-18,38	-59,09	-15,00	-10,14	-14,86
Venda Nova	-34,66	-41,18	-73,53	-37,50	13,51
Viade de Baixo	-13,57	-29,06	-42,59	-6,53	-1,47
Vila da Ponte	-30,20	-74,07	-63,89	-31,40	5,63

Quadro n.º 3 - População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo e Grupo etário

Local de residência (à data dos Censos 2011)	HM					H					M				
	Total	0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 e mais anos	Total	0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 e mais anos	Total	0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 e mais anos
Portugal	10561614	1572546	1145770	5820794	2022504	5047387	804133	580834	2813232	849188	5514227	768413	564936	3007562	1173316
Norte	3689609	557299	425465	2072089	634756	1766450	284901	215329	1000528	265692	1923159	272398	210136	1071561	369064
Alto Trás-os-Montes	204381	22867	20004	104339	57171	98261	11673	9937	51611	25040	106120	11194	10067	52728	32131
Montalegre	10537	1002	979	5067	3489	5097	507	481	2565	1544	5440	495	498	2502	1945
Cabril	553	53	47	259	194	265	27	28	127	83	288	26	19	132	111
Cambeses do Rio	130	11	8	54	57	58	4	5	22	27	72	7	3	32	30
Cervos	271	22	33	131	85	137	9	22	68	38	134	13	11	63	47
Chã	748	94	72	394	188	366	51	36	193	86	382	43	36	201	102
Contim	87	6	8	38	35	43	5	4	18	16	44	1	4	20	19
Covelães	135	8	8	67	52	66	5	4	37	20	69	3	4	30	32
Covelo do Gerês	194	17	27	91	59	99	9	14	47	29	95	8	13	44	30
Donões	62	10	3	31	18	30	4	1	17	8	32	6	2	14	10
Ferral	397	37	38	196	126	188	18	16	96	58	209	19	22	100	68
Fervidelas	87	7	5	43	32	42	4	2	24	12	45	3	3	19	20
Fiães do Rio	76	5	7	33	31	36	1	5	16	14	40	4	2	17	17
Gralhas	208	7	2	89	110	98	4	0	45	49	110	3	2	44	61
Meixedo	209	15	16	86	92	104	9	5	49	41	105	6	11	37	51
Meixide	88	1	9	33	45	47	1	6	21	19	41	0	3	12	26
Montalegre	1816	228	209	969	410	858	112	99	473	174	958	116	110	496	236
Morgade	228	16	16	112	84	113	9	11	59	34	115	7	5	53	50
Mourilhe	117	14	9	52	42	58	5	5	26	22	59	9	4	26	20
Negrões	177	17	15	81	64	80	10	8	32	30	97	7	7	49	34
Outeiro	156	8	21	67	60	83	6	13	39	25	73	2	8	28	35
Padornelos	124	10	5	54	55	57	4	2	28	23	67	6	3	26	32
Padroso	107	7	8	49	43	48	4	5	23	16	59	3	3	26	27
Paradela	145	10	20	73	42	66	5	9	34	18	79	5	11	39	24
Pitões das Júnias	161	11	19	84	47	67	5	7	39	16	94	6	12	45	31
Pondras	131	8	14	57	52	57	4	4	29	20	74	4	10	28	32
Reigoso	167	8	11	62	86	75	5	3	29	38	92	3	8	33	48
Salto	1429	137	144	672	476	688	71	70	339	208	741	66	74	333	268
Santo André	218	12	17	110	79	113	6	9	59	39	105	6	8	51	40
Vilar de Perdizes	460	38	28	211	183	242	23	14	121	84	218	15	14	90	99
Sarraquinhos	294	27	27	145	95	140	12	14	75	39	154	15	13	70	56
Sezelhe	142	16	10	57	59	65	5	4	29	27	77	11	6	28	32
Solveira	154	13	13	64	64	75	6	5	33	31	79	7	8	31	33
Tourém	151	9	17	62	63	74	4	8	31	31	77	5	9	31	32
Venda Nova	262	30	18	130	84	120	11	3	64	42	142	19	15	66	42
Viade de Baixo	675	83	62	328	202	347	46	34	177	90	328	37	28	151	112
Vila da Ponte	178	7	13	83	75	92	3	6	46	37	86	4	7	37	38

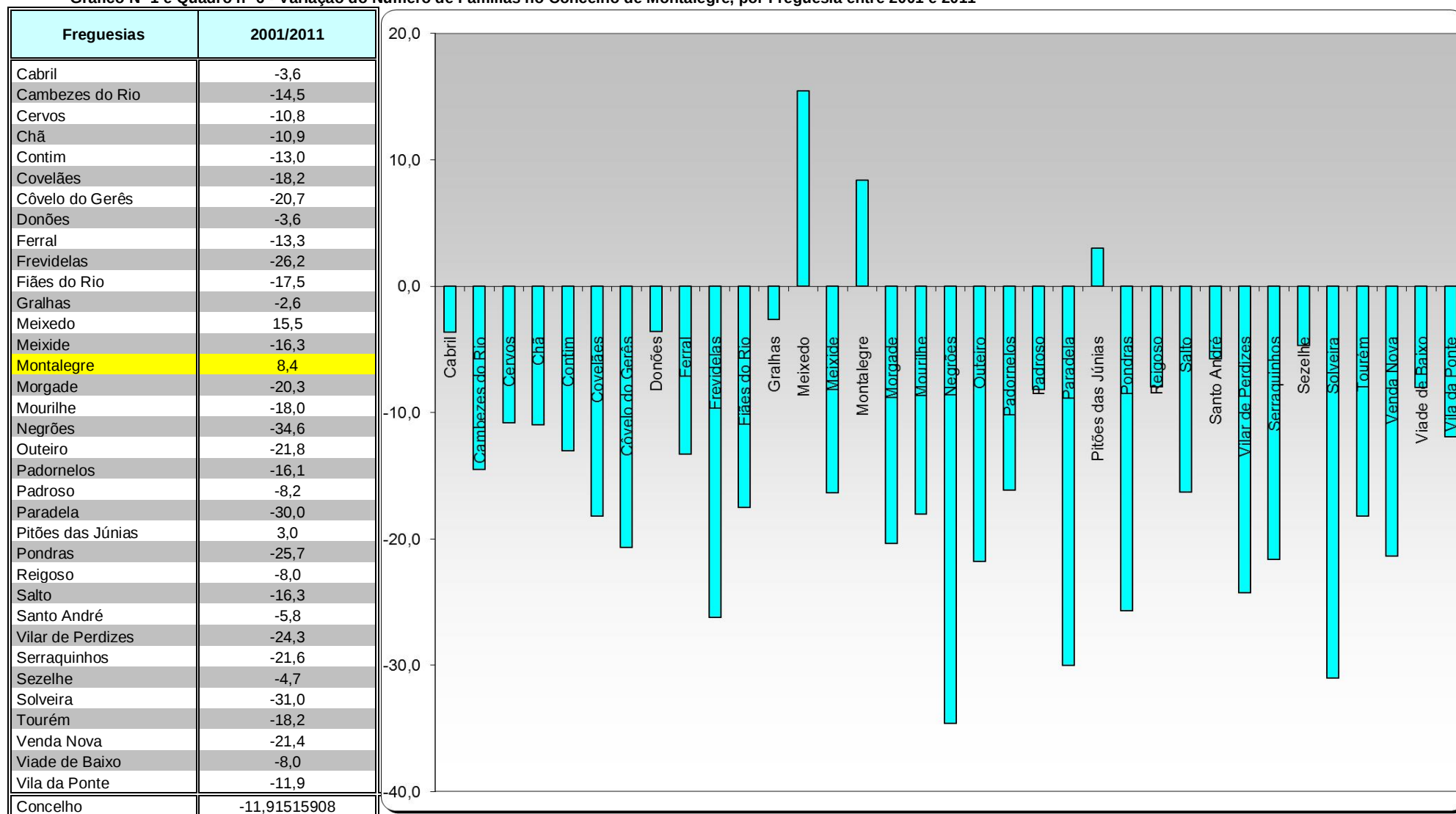
Quadro Nº 4 - Densidade Populacional no Concelho de Montalegre, por Freguesias, em 2001 e 2011

Freguesias	Área (km2)	Densidade Populacional -2001	Densidade Populacional -2011
Concelho de Montalegre	805,78	15,8	13,1
Cabril	76,58	8,4	7,2
Cambezes do Rio	11,31	12,5	11,5
Cervos	32,95	10,0	8,2
Chã	50,98	18,2	14,7
Contim	12,09	8,3	7,2
Covelães	20,05	9,3	6,7
Côvelo do Gerês	10,76	23,6	18,0
Donões	17,17	4,2	3,6
Ferral	15,28	35,8	26,0
Fervidelas	5,26	22,1	16,5
Fiães do Rio	6,03	17,3	12,6
Gralhas	21,6	10,9	9,6
Meixedo	19,98	11,8	10,5
Meixide	11,4	11,1	7,7
Montalegre	19,8	91,8	91,7
Morgade	21,15	13,0	10,8
Mourilhe	17,08	8,4	7,0
Negões	20,61	9,5	8,6
Outeiro	52,4	3,9	3,0
Padornelos	15,8	9,6	7,9
Padroso	12,34	9,6	8,7
Paradela	12,74	17,3	11,4
Pitões das Júnias	33,46	6,0	4,8
Pondras	10,89	17,7	12,0
Reigoso	17,23	11,6	9,7
Salto	78,56	23,8	18,2
Santo André	18,97	14,3	11,5
Vilar de Perdizes	25,66	20,7	17,9
Serraquinhos	33,5	11,3	8,8
Sezelhe	12,83	11,3	11,0
Solveira	12,34	17,4	12,5
Tourém	17,02	10,9	8,9
Venda Nova	8,24	48,7	31,8
Viade de Baixo	43,05	18,1	15,7
Vila da Ponte	10,67	23,9	16,7

Quadro n.º 5 - Famílias clássicas (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2001) e Dimensão (família clássica)

	Total	Com 1 pessoa	Com 2 pessoas	Com 3 pessoas	Com 4 pessoas	Com 5 pessoas	Com 6 pessoas	Com 7 pessoas	Com 8 pessoas	Com 9 pessoas	Com 10 ou mais pessoas
Portugal	3650757	631762	1036312	918735	718492	226234	76714	25390	9563	4074	3481
Norte	1210631	159894	303346	325299	273889	96005	33935	11251	4106	1636	1270
Alto Trás-os-Montes	81810	15928	25919	18138	14463	4901	1635	536	189	49	52
Montalegre	4808	1151	1555	866	706	307	142	45	22	7	7
Cabril	221	46	64	46	26	22	12	1	2	1	1
Cambeses do Rio	69	24	29	7	7	2	0	0	0	0	0
Cervos	120	26	35	27	19	7	3	2	1	0	0
Chã	329	67	91	71	60	25	11	1	1	1	1
Contim	46	11	22	8	4	1	0	0	0	0	0
Covelães	77	22	24	15	10	5	1	0	0	0	0
Covelo do Gerês	92	19	32	20	10	5	1	2	2	0	1
Donões	28	6	10	5	4	3	0	0	0	0	0
Ferral	188	33	60	38	30	14	5	5	2	1	0
Fervidelas	42	13	12	4	5	3	3	2	0	0	0
Fiães do Rio	40	11	10	10	6	0	2	1	0	0	0
Gralhas	115	34	57	13	8	2	1	0	0	0	0
Meixedo	84	12	34	14	14	6	2	1	1	0	0
Meixide	49	9	24	6	3	4	2	0	1	0	0
Montalegre	596	93	155	143	139	45	12	5	4	0	0
Morgade	118	37	39	19	15	5	3	0	0	0	0
Mourilhe	61	22	19	7	5	5	3	0	0	0	0
Negrões	107	49	39	11	6	1	0	1	0	0	0
Outeiro	78	17	27	15	10	7	2	0	0	0	0
Padornelos	62	13	26	16	4	1	1	0	0	0	1
Padroso	49	13	21	5	6	1	1	2	0	0	0
Paradela	90	28	29	11	13	7	1	0	0	1	0
Pitões das Júnias	66	18	15	4	14	9	4	0	2	0	0
Pondras	74	16	31	9	9	5	2	1	1	0	0
Reigoso	88	24	38	14	6	3	2	1	0	0	0
Salto	650	121	200	129	104	54	26	12	3	1	0
Santo André	104	26	38	16	11	4	8	0	0	1	0
Vilar de Perdizes	272	103	110	34	19	5	1	0	0	0	0
Sarraquinhos	148	46	39	26	20	9	5	3	0	0	0
Sezelhe	64	19	27	8	4	4	2	0	0	0	0
Solveira	100	33	39	13	11	4	0	0	0	0	0
Tourém	77	26	21	15	7	4	4	0	0	0	0
Venda Nova	145	35	36	26	33	10	4	0	0	0	1
Viade de Baixo	275	60	80	44	55	18	12	3	2	0	1
Vila da Ponte	84	19	22	17	9	7	6	2	0	1	1

Gráfico N° 1 e Quadro n° 6 - Variação do Número de Famílias no Concelho de Montalegre, por Freguesia entre 2001 e 2011



Quadro nº 7 - População residente por estado civil, por freguesia

	Estado civil				
	Total	Solteiro	Casado	Viúvo	Divorciado
Portugal	10561614	4278259	4916317	772325	594713
Norte	3689609	1451235	1825350	245635	167389
Alto Trás-os-Montes	204381	70634	105579	20960	7208
Montalegre	10537	3672	5286	1320	259
Cabril	553	187	283	78	5
Cambeses do Rio	130	31	76	21	2
Cervos	271	104	121	43	3
Chã	748	279	376	76	17
Contim	87	24	47	14	2
Covelães	135	39	72	23	1
Covelo do Gerês	194	70	98	23	3
Donões	62	23	30	8	1
Ferral	397	135	198	59	5
Fervidelas	87	33	40	11	3
Fiães do Rio	76	23	36	14	3
Gralhas	208	35	138	30	5
Meixedo	209	67	106	28	8
Meixide	88	27	46	14	1
Montalegre	1816	716	859	163	78
Morgade	228	76	122	26	4
Mourilhe	117	43	60	11	3
Negrões	177	56	100	18	3
Outeiro	156	54	82	16	4
Padornelos	124	42	60	20	2
Padroso	107	29	57	18	3
Paradela	145	56	67	19	3
Pitões das Júnias	161	61	79	17	4
Pondras	131	40	66	23	2
Reigoso	167	38	103	24	2
Salto	1429	537	676	184	32
Santo André	218	62	129	19	8
Vilar de Perdizes	460	143	240	62	15
Sarraquinhos	294	99	140	48	7
Sezelhe	142	46	72	23	1
Solveira	154	39	91	20	4
Tourém	151	45	81	23	2
Venda Nova	262	80	136	35	11
Viade de Baixo	675	272	310	85	8
Vila da Ponte	178	61	89	24	4

Quadro n.º 8 - Índice de envelhecimento

Índice de Envelhecimento em 2001/ 2011		
Concelho de Montalegre	209	348
Cabril	235	366
Cambezes do Rio	663	518
Cervos	180	386
Chã	120	200
Contim	557	583
Covelães	384	650
Côvelo do Gerês	185	347
Donões	275	180
Ferral	219	341
Frevidelas	358	457
Fiães do Rio	311	620
Gralhas	750	1571
Miexedo	370	613
Meixide	265	4500
Montalegre	103	180
Morgade	400	525
Mourilhe	242	300
Negões	246	377
Outeiro	223	750
Padornelos	531	550
Padroso	257	614
Paradela	236	420
Pitões das Júnias	123	427
Pondras	421	650
Reigoso	444	1075
Salto	168	348
Santo André	293	658
Vilar de Perdizes	431	482
Serraquinhos	225	352
Sezelhe	467	369
Solveira	386	492
Tourém	336	700
Venda Nova	142	280
Viade de Baixo	174	243
Vila da Ponte	267	1071

Quadro N.º 9 - Índices de dependências - freguesias

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Índice de dependência de idosos		Índice de dependência de jovens		Índice de dependência total	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Montalegre	46,0	57,7	22,0	16,6	67,7	74,3
Cabril	52,9	63,4	22,5	17,3	74,4	80,7
Cambeses do Rio	66,3	91,9	10,0	17,7	76,3	109,7
Cervos	46,1	51,8	25,7	13,4	72,6	65,2
Chã	32,2	40,3	26,9	20,2	59,5	60,5
Contim	72,2	76,1	13,0	13,0	85,2	89,1
Covelães	77,7	69,3	20,2	10,7	97,9	80,0
Covelo do Gerês	52,9	50,0	28,6	14,4	81,4	64,4
Donões	52,4	52,9	19,0	29,4	71,4	82,4
Ferral	49,8	53,9	22,7	15,8	72,6	69,7
Fervidelas	70,5	66,7	19,7	14,6	90,2	81,3
Fiães do Rio	41,8	77,5	13,4	12,5	55,2	90,0
Gralhas	67,7	120,9	9,0	7,7	75,4	128,6
Meixedo	52,5	90,2	14,2	14,7	66,7	104,9
Meixide	69,2	107,1	26,2	2,4	95,4	109,5
Montalegre	25,7	34,8	25,1	19,4	50,4	54,2
Morgade	57,5	65,6	14,4	12,5	71,9	78,1
Mourilhe	58,2	68,9	24,1	23,0	82,3	91,8
Negrões	52,2	66,7	21,2	17,7	73,5	84,4
Outeiro	48,7	68,2	21,8	9,1	70,6	77,3
Padornelos	100,0	93,2	18,8	17,0	118,8	110,2
Padroso	52,2	75,4	20,3	12,3	72,5	87,7
Paradela	43,1	45,2	18,2	10,8	61,3	55,9
Pitões das Júnias	27,6	45,6	22,4	10,7	50,0	56,3
Pondras	85,1	73,2	20,2	11,3	105,3	84,5
Reigoso	62,8	117,8	14,2	11,0	75,4	128,8
Salto	40,3	58,3	24,0	16,8	64,1	75,1
Santo André	57,5	62,2	19,6	9,5	76,0	71,7
Vilar de Perdizes	58,6	76,6	13,6	15,9	72,2	92,5
Sarraquinhos	54,2	55,2	24,1	15,7	78,3	70,9
Sezelhe	72,7	88,1	15,6	23,9	88,3	111,9
Solveira	79,4	83,1	20,6	16,9	100,0	100,0
Tourém	83,1	79,8	24,7	11,4	107,9	91,1
Venda Nova	26,9	56,8	18,9	20,3	45,3	77,0
Viade de Baixo	44,3	51,8	25,4	21,3	69,8	73,1
Vila da Ponte	46,2	78,1	17,3	7,3	62,4	85,4

Anexo II

Quadro n.º 1 - Variação do n.º de Alojamentos, de Edifícios e de famílias

	Edifícios			Alojamentos			Famílias			N.º Médio de Alojamentos por Edifício		
	2001	2011	Var %	2001	2011	Var %	2001	2011	Var %	2001	2011	Diferença
Portugal	3179534	3543595	11,45	5036149	5877991	16,72	3734056	4048932	8,43	1,6	1,8	0,2
Norte	11014568	1209830	-89,02	1611468	1850813	14,85	1 231 612	1332301	8,18	0,1	0,2	0,1
Alto Trás-os-Montes	120658	127215	5,43	138061	150754	9,19	86 198	81385	-5,58	1,1	1,2	0,1
Montalegre	9515	10157	6,75	9762	10555	8,12	4 926	4236	-14,01	1,0	1,1	0,1

Quadro nº 2 - Variação do nº de alojamentos, famílias e edifícios

Freguesias	Famílias			Alojamentos			Edifícios		
	2011	2001	Variação	2011	2001	Variação	2011	2001	Variação
	N.º	N.º	%	N.º	N.º	%	N.º	N.º	%
Montalegre	4236	4809	-11,92	10555	9745	8,31	10157	9497	6,95
Cabril	213	221	-3,62	440	405	8,64	433	402	7,71
Cambeses do Rio	59	69	-14,49	154	128	20,31	154	128	20,31
Cervos	107	120	-10,83	280	312	-10,26	280	311	-9,97
Chã	293	329	-10,94	752	742	1,35	751	741	1,35
Contim	40	46	-13,04	139	89	56,18	139	89	56,18
Covelães	63	77	-18,18	171	141	21,28	169	141	19,86
Covelo do Gerês	73	92	-20,65	165	130	26,92	165	130	26,92
Donões	27	28	-3,57	90	82	9,76	90	81	11,11
Ferral	163	188	-13,30	357	348	2,59	349	346	0,87
Fervidelas	31	42	-26,19	137	86	59,30	136	86	58,14
Fiães do Rio	33	40	-17,50	120	137	-12,41	120	137	-12,41
Gralhas	112	115	-2,61	353	346	2,02	353	346	2,02
Meixedo	97	84	15,48	346	266	30,08	345	266	29,70
Meixide	41	49	-16,33	97	104	-6,73	97	104	-6,73
Montalegre	647	597	8,38	1231	1044	17,91	993	864	14,93
Morgade	94	118	-20,34	201	169	18,93	201	164	22,56
Mourilhe	50	61	-18,03	185	182	1,65	185	182	1,65
Negrões	70	107	-34,58	174	172	1,16	172	172	0,00
Outeiro	61	78	-21,79	135	144	-6,25	132	144	-8,33
Padornelos	52	62	-16,13	203	223	-8,97	203	223	-8,97
Padroso	45	49	-8,16	108	101	6,93	108	101	6,93
Paradela	63	90	-30,00	150	158	-5,06	150	158	-5,06
Pitões das Júnias	68	66	3,03	212	161	31,68	206	159	29,56
Pondras	55	74	-25,68	196	149	31,54	195	148	31,76
Reigoso	81	88	-7,95	232	215	7,91	230	215	6,98
Salto	544	650	-16,31	1119	1054	6,17	1008	1026	-1,75
Santo André	98	104	-5,77	245	273	-10,26	244	269	-9,29
Vilar de Perdizes	206	272	-24,26	467	476	-1,89	466	476	-2,10
Sarraquinhos	116	148	-21,62	334	280	19,29	334	280	19,29
Sezelhe	61	64	-4,69	161	151	6,62	160	151	5,96
Solveira	69	100	-31,00	269	337	-20,18	269	337	-20,18
Tourém	63	77	-18,18	239	210	13,81	237	210	12,86
Venda Nova	114	145	-21,38	328	301	8,97	325	284	14,44
Viade de Baixo	253	275	-8,00	624	483	29,19	618	482	28,22
Vila da Ponte	74	84	-11,90	141	146	-3,42	140	144	-2,78

Quadro n.º3 - Alojamentos por Localização geográfica e Tipo (alojamento);

Localização geográfica	Total			Alojamentos familiares			Clássicos			Não clássicos			Alojamentos colectivos		
	2001	2011	Variação	2001	2011	Variação	2001	2011	Variação	2001	2011	Variação	2001	2011	Variação
Montalegre	9745	10555	8,3	9736	10521	8,1	9725	10521	8,2	11	0	-100,0	9	34	277,8
Cabril	405	440	8,6	405	439	8,4	405	439	8,4	0	0	n.c	0	1	n.c
Cambeses do Rio	128	154	20,3	128	154	20,3	128	154	20,3	0	0	n.c	0	0	n.c
Cervos	312	280	-10,3	312	280	-10,3	312	280	-10,3	0	0	n.c	0	0	n.c
Chã	742	752	1,3	742	742	0,0	742	742	0,0	0	0	n.c	0	10	n.c
Contim	89	139	56,2	89	139	56,2	89	139	56,2	0	0	n.c	0	0	n.c
Covelães	141	171	21,3	141	170	20,6	141	170	20,6	0	0	n.c	0	1	n.c
Covelo do Gerês	130	165	26,9	130	165	26,9	130	165	26,9	0	0	n.c	0	0	n.c
Donões	82	90	9,8	82	90	9,8	82	90	9,8	0	0	n.c	0	0	n.c
Ferral	348	357	2,6	348	357	2,6	346	357	3,2	2	0	n.c	0	0	n.c
Fervidelas	86	137	59,3	86	137	59,3	86	137	59,3	0	0	n.c	0	0	n.c
Fiães do Rio	137	120	-12,4	137	120	-12,4	137	120	-12,4	0	0	n.c	0	0	n.c
Gralhas	346	353	2,0	346	353	2,0	346	353	2,0	0	0	n.c	0	0	n.c
Meixedo	266	346	30,1	266	346	30,1	266	346	30,1	0	0	n.c	0	0	n.c
Meixide	104	97	-6,7	104	97	-6,7	104	97	-6,7	0	0	n.c	0	0	n.c
Montalegre	1044	1231	17,9	1036	1225	18,2	1034	1225	18,5	2	0	-100,0	8	6	-25,0
Morgade	169	201	18,9	169	201	18,9	164	201	22,6	5	0	-100,0	0	0	n.c
Mourilhe	182	185	1,6	182	184	1,1	182	184	1,1	0	0	n.c	0	1	n.c
Negrões	172	174	1,2	172	174	1,2	172	174	1,2	0	0	n.c	0	0	n.c
Outeiro	144	135	-6,3	144	134	-6,9	144	134	-6,9	0	0	n.c	0	1	n.c
Padornelos	223	203	-9,0	223	203	-9,0	223	203	-9,0	0	0	n.c	0	0	n.c
Padroso	101	108	6,9	101	108	6,9	101	108	6,9	0	0	n.c	0	0	n.c
Paradela	158	150	-5,1	158	148	-6,3	158	148	-6,3	0	0	n.c	0	2	n.c
Pitões das Júnias	161	212	31,7	161	210	30,4	160	210	31,3	1	0	-100,0	0	2	n.c
Pondras	149	196	31,5	149	196	31,5	148	196	32,4	1	0	-100,0	0	0	n.c
Reigoso	215	232	7,9	215	232	7,9	215	232	7,9	0	0	n.c	0	0	n.c
Salto	1054	1119	6,2	1054	1117	6,0	1054	1117	6,0	0	0	n.c	0	2	n.c
Santo André	273	245	-10,3	273	245	-10,3	273	245	-10,3	0	0	n.c	0	0	n.c
Vilar de Perdizes	476	467	-1,9	476	467	-1,9	476	467	-1,9	0	0	n.c	0	0	n.c
Sarraquinhos	280	334	19,3	280	334	19,3	280	334	19,3	0	0	n.c	0	0	n.c
Sezelhe	151	161	6,6	151	161	6,6	151	161	6,6	0	0	n.c	0	0	n.c
Solveira	337	269	-20,2	337	269	-20,2	337	269	-20,2	0	0	n.c	0	0	n.c
Tourém	210	239	13,8	210	238	13,3	210	238	13,3	0	0	n.c	0	1	n.c
Venda Nova	301	328	9,0	300	327	9,0	300	327	9,0	0	0	n.c	1	1	0,0
Viade de Baixo	483	624	29,2	483	620	28,4	483	620	28,4	0	0	n.c	0	4	n.c
Vila da Ponte	146	141	-3,4	146	139	-4,8	146	139	-4,8	0	0	n.c	0	2	n.c

Quadro N ° 4 - Alojamentos Familiares Segundo a Forma de Ocupação, no concelho de Montalegre, por Freguesias em 2001 e 2011

Unidade Geográfica	Alojamentos Familiares - Ocupados - Total					Alojamentos Familiares - Ocupados - Residência habitual					Alojamentos Familiares - Ocupados - Uso sazonal ou secundário					Alojamentos Familiares - Vagos - Total				
	2001		2011		Variação 2001-2011	2001		2011		Variação 2001-2011	2001		2011		Variação 2001-2011	2001		2011		Variação 2001-2011
	Nº	%	Nº	%	Total %	Nº	%	Nº	%	Total %	Nº	%	Nº	%	Total %	Nº	%	Nº	%	Total %
Concelho de Montalegre	9115	93,6	9590	91,2	5,2	4684	51,4	4222	40,1	-9,9	4431	48,6	5368	51,0	21,1	621	6,4	931	8,8	49,9
Cabril	372	4,1	439	100,0	18,0	221	4,7	212	48,3	-4,1	151	3,4	227	51,7	50,3	33	5,3	0	0,0	-100,0
Cambeses do Rio	123	1,3	138	89,6	12,2	60	1,3	59	38,3	-1,7	63	1,4	79	51,3	25,4	5	0,8	16	10,4	220,0
Cervos	312	3,4	270	96,4	-13,5	116	2,5	107	38,2	-7,8	196	4,4	163	58,2	-16,8	0	0,0	10	3,6	n.c.
Chã	673	7,4	709	95,6	5,3	328	7,0	293	39,5	-10,7	345	7,8	416	56,1	20,6	69	11,1	33	4,4	-52,2
Contim	88	1,0	137	98,6	55,7	46	1,0	40	28,8	-13,0	42	0,9	97	69,8	131,0	1	0,2	2	1,4	100,0
Covelães	139	1,5	166	97,6	19,4	76	1,6	62	36,5	-18,4	63	1,4	104	61,2	65,1	2	0,3	4	2,4	100,0
Covelo do Gerês	129	1,4	139	84,2	7,8	86	1,8	73	44,2	-15,1	43	1,0	66	40,0	53,5	1	0,2	26	15,8	2500,0
Donões	79	0,9	80	88,9	1,3	28	0,6	27	30,0	-3,6	51	1,2	53	58,9	3,9	3	0,5	10	11,1	233,3
Ferral	276	3,0	353	98,9	27,9	188	4,0	163	45,7	-13,3	88	2,0	190	53,2	115,9	72	11,6	4	1,1	-94,4
Fervidelas	86	0,9	131	95,6	52,3	42	0,9	31	22,6	-26,2	44	1,0	100	73,0	127,3	0	0,0	6	4,4	n.c.
Fiães do Rio	99	1,1	112	93,3	13,1	40	0,9	33	27,5	-17,5	59	1,3	79	65,8	33,9	38	6,1	8	6,7	-78,9
Gralhas	261	2,9	314	89,0	20,3	114	2,4	112	31,7	-1,8	147	3,3	202	57,2	37,4	85	13,7	39	11,0	-54,1
Meixedo	264	2,9	247	71,4	-6,4	84	1,8	97	28,0	15,5	180	4,1	150	43,4	-16,7	2	0,3	99	28,6	4850,0
Meixide	86	0,9	97	100,0	12,8	48	1,0	41	42,3	-14,6	38	0,9	56	57,7	47,4	18	2,9	0	0,0	-100,0
Montalegre	911	10,0	1178	96,2	29,3	577	12,3	645	52,7	11,8	334	7,5	533	43,5	59,6	125	20,1	47	3,8	-62,4
Morgade	169	1,9	199	99,0	17,8	118	2,5	94	46,8	-20,3	51	1,2	105	52,2	105,9	0	0,0	2	1,0	n.c.
Mourilhe	182	2,0	184	100,0	1,1	61	1,3	50	27,2	-18,0	121	2,7	134	72,8	10,7	0	0,0	0	0,0	n.c.
Negrões	142	1,6	170	97,7	19,7	72	1,5	70	40,2	-2,8	70	1,6	100	57,5	42,9	30	4,8	4	2,3	-86,7
Outeiro	144	1,6	130	97,0	-9,7	78	1,7	61	45,5	-21,8	66	1,5	69	51,5	4,5	0	0,0	4	3,0	n.c.
Padornelos	223	2,4	183	90,1	-17,9	62	1,3	52	25,6	-16,1	161	3,6	131	64,5	-18,6	0	0,0	20	9,9	n.c.
Padroso	101	1,1	108	100,0	6,9	49	1,0	45	41,7	-8,2	52	1,2	63	58,3	21,2	0	0,0	0	0,0	n.c.
Paradela	158	1,7	123	83,1	-22,2	90	1,9	63	42,6	-30,0	68	1,5	60	40,5	-11,8	0	0,0	25	16,9	n.c.
Pitões das Júnias	161	1,8	156	74,3	-3,1	66	1,4	67	31,9	1,5	95	2,1	89	42,4	-6,3	0	0,0	54	25,7	n.c.
Pondras	144	1,6	154	78,6	6,9	74	1,6	55	28,1	-25,7	70	1,6	99	50,5	41,4	5	0,8	42	21,4	740,0
Reigoso	214	2,3	219	94,4	2,3	88	1,9	81	34,9	-8,0	126	2,8	138	59,5	9,5	1	0,2	13	5,6	1200,0
Salto	1006	11,0	990	88,6	-1,6	649	13,9	540	48,3	-16,8	357	8,1	450	40,3	26,1	48	7,7	127	11,4	164,6
Santo André	273	3,0	188	76,7	-31,1	104	2,2	98	40,0	-5,8	169	3,8	90	36,7	-46,7	0	0,0	57	23,3	n.c.
Vilar de Perdizes	457	5,0	432	92,5	-5,5	240	5,1	206	44,1	-14,2	217	4,9	226	48,4	4,1	19	3,1	35	7,5	84,2
Sarraquinhos	272	3,0	296	88,6	8,8	146	3,1	116	34,7	-20,5	126	2,8	180	53,9	42,9	8	1,3	38	11,4	375,0
Sezelhe	148	1,6	137	85,1	-7,4	62	1,3	61	37,9	-1,6	86	1,9	76	47,2	-11,6	3	0,5	24	14,9	700,0
Solveira	337	3,7	254	94,4	-24,6	96	2,0	69	25,7	-28,1	241	5,4	185	68,8	-23,2	0	0,0	15	5,6	n.c.
Tourém	207	2,3	165	69,3	-20,3	76	1,6	62	26,1	-18,4	131	3,0	103	43,3	-21,4	3	0,5	73	30,7	2333,3
Venda Nova	265	2,9	307	93,9	15,8	140	3,0	114	34,9	-18,6	125	2,8	193	59,0	54,4	35	5,6	20	6,1	-42,9
Viade de Baixo	471	5,2	546	88,1	15,9	275	5,9	251	40,5	-8,7	196	4,4	295	47,6	50,5	12	1,9	74	11,9	516,7
Vila da Ponte	143	1,6	139	100,0	-2,8	84	1,8	72	51,8	-14,3	59	1,3	67	48,2	13,6	3	0,5	0	0,0	-100,0

Quadro N º 4 - Alojamentos Familiares Segundo a Forma de Ocupação, no concelho de montalegre, por Freguesias em 2001 e 2011

Unidade Geográfica	Alojamentos Familiares - Vagos - Para venda				Variação 2001-2011	Alojamentos Familiares - Vagos - Para aluguer				Variação 2001-2011	Alojamentos Familiares - Vagos - Para demolição				Variação 2001-2011	Alojamentos Familiares - Vagos - Outros casos				Variação 2001-2011
	2001		2011			2001		2011			2001		2011			2001,0		2011,0		
	Nº	%	Nº	%		Total %	Nº	%	Nº		%	Total %	Nº	%		Nº	%	Total %	Nº	
Concelho de Montalegre	64	10,3	91	0,9	42,2	40	6,4	35	0,3	-12,5	9	1,4	18	0,2	100,0	508	81,8	787	7,5	54,9
Cabril	2	3,1	0	0,0	-100,0	2	5,0	0	0,0	-100,0	0	0,0	0	0,0	n.c.	29	5,7	0	0,0	-100,0
Cambeses do Rio	0	0,0	1	0,6	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	5	1,0	15	9,7	200,0
Cervos	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	10	3,6	n.c.
Chã	4	6,3	18	2,4	350,0	2	5,0	0	0,0	-100,0	2	22,2	0	0,0	-100,0	61	12,0	15	2,0	-75,4
Contim	0	0,0	2	1,4	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	1	11,1	0	0,0	-100,0		0,0	0	0,0	n.c.
Covelães	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	2	0,4	4	2,4	100,0
Covelo do Gerês	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	1	0,6	n.c.	0	0,0	3	1,8	n.c.	1	0,2	22	13,3	2100,0
Donões	0	0,0	1	1,1	n.c.	0	0,0	1	1,1	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	3	0,6	8	8,9	166,7
Ferral	2	3,1	0	0,0	-100,0	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	70	13,8	4	1,1	-94,3
Fervidelas	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.		0,0	6	4,4	n.c.
Fiães do Rio	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	38	7,5	8	6,7	-78,9
Gralhas	0	0,0	1	0,3	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	85	16,7	38	10,8	-55,3
Meixedo	0	0,0	1	0,3	n.c.	0	0,0	3	0,9	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	2	0,4	95	27,5	4650,0
Meixide	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	18	3,5	0	0,0	-100,0
Montalegre	30	46,9	29	2,4	-3,3	18	45,0	9	0,7	-50,0	2	22,2	0	0,0	-100,0	75	14,8	9	0,7	-88,0
Morgade	0	0,0	2	1,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.
Mourilhe	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.
Negrões	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	30	5,9	4	2,3	-86,7
Outeiro	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	3	2,2	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	1	0,7	n.c.
Padornelos	0	0,0	1	0,5	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.		0,0	19	9,4	n.c.
Padroso	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.
Paradela	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	25	16,9	n.c.
Pitões das Júnias	0	0,0	2	1,0	n.c.	0	0,0	7	3,3	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	45	21,4	n.c.
Pondras	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	5	1,0	42	21,4	740,0
Reigoso	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	1	0,2	13	5,6	1200,0
Salto	3	4,7	18	1,6	500,0	2	5,0	6	0,5	200,0	1	11,1	5	0,4	400,0	42	8,3	98	8,8	133,3
Santo André	0	0,0	1	0,4	n.c.	0	0,0	1	0,4	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	55	22,4	n.c.
Vilar de Perdizes	3	4,7	1	0,2	-66,7	8	20,0	1	0,2	-87,5	2	22,2	0	0,0	-100,0	6	1,2	33	7,1	450,0
Sarraquinhos	8	12,5	0	0,0	-100,0	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	38	11,4	n.c.
Sezelhe	1	1,6	1	0,6	0,0	1	2,5	0	0,0	-100,0	0	0,0	0	0,0	n.c.	1	0,2	23	14,3	2200,0
Solveira	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	7	2,6	n.c.	0	0,0	8	3,0	n.c.
Tourém	0	0,0	2	0,8	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	3	0,6	71	29,8	2266,7
Venda Nova	4	6,3	9	2,8	125,0	5	12,5	3	0,9	-40,0	0	0,0	1	0,3	n.c.	26	5,1	7	2,1	-73,1
Viade de Baixo	7	10,9	1	0,2	-85,7	2	5,0	0	0,0	-100,0	0	0,0	2	0,3	n.c.	3	0,6	71	11,5	2266,7
Vila da Ponte	0	0,0	0	0,0	n.c.	0	0,0	0	0,0	n.c.	1	11,1	0	0,0	-100,0	2	0,4	0	0,0	-100,0

Quadro nº 5 - Edifícios (N.º) por Localização geográfica e Tipo de utilização

	Total	Edifício exclusivamente residencial (100%)	Edifício principalmente residencial (de 50% a 99%)	Edifício principalmente não residencial (até 49%)
Portugal	3543595	3306299	212389	24907
Norte	1209830	1117269	84729	7832
Alto Trás-os-Montes	127215	116440	10020	755
Montalegre	10157	8934	1143	80
Cabril	433	428	2	3
Cambeses do Rio	154	18	136	0
Cervos	280	232	46	2
Chã	751	723	22	6
Contim	139	98	41	0
Covelães	169	76	92	1
Covelo do Gerês	165	159	4	2
Donões	90	89	1	0
Ferral	349	337	2	10
Fervidelas	136	102	34	0
Fiães do Rio	120	97	23	0
Gralhas	353	338	15	0
Meixedo	345	140	205	0
Meixide	97	97	0	0
Montalegre	993	900	75	18
Morgade	201	200	1	0
Mourilhe	185	109	75	1
Negrões	172	170	2	0
Outeiro	132	93	39	0
Padornelos	203	137	63	3
Padroso	108	90	18	0
Paradela	150	144	4	2
Pitões das Júnias	206	204	2	0
Pondras	195	193	2	0
Reigoso	230	230	0	0
Salto	1008	951	51	6
Santo André	244	241	3	0
Vilar de Perdizes	466	385	74	7
Sarraquinhos	334	295	37	2
Sezelhe	160	157	2	1
Solveira	269	264	4	1
Tourém	237	220	16	1
Venda Nova	325	310	4	11
Viade de Baixo	618	568	47	3
Vila da Ponte	140	139	1	0

Anexo III

Quadro nº 1 - Consultas Efectuadas no Centro de Saúde de Montalegre e suas Extensões, segundo as Especialidades

Consultas em 1996	Total	Medicina Geral e Familiar/Clinica Geral	Estomatologia	Ginecologia	Ortorrinolaringologia	Planamento Familiar	Pneumologia	Saúde Infantil Juvenil/ Pediatria	Saúde Materna/ Obstetrícia	Outras Especialidades
	26821	23994	-	-	-	956	-	1562	309	-
Consultas em 1997	Total	Medicina Geral e Familiar/Clinica Geral	Estomatologia	Ginecologia	Ortorrinolaringologia	Planamento Familiar	Pneumologia	Saúde Infantil Juvenil/ Pediatria	Saúde Materna/ Obstetrícia	Outras Especialidades
	31187	27802	-	-	-	1077	-	2011	297	-
Consultas em 1998	Total	Medicina Geral e Familiar/Clinica Geral	Estomatologia	Ginecologia	Ortorrinolaringologia	Planamento Familiar	Pneumologia	Saúde Infantil Juvenil/ Pediatria	Saúde Materna/ Obstetrícia	Outras Especialidades
	32015	28867	-	-	-	920	-	1856	372	-
Consultas em 1999	Total	Medicina Geral e Familiar/Clinica Geral	Estomatologia	Ginecologia	Ortorrinolaringologia	Planamento Familiar	Pneumologia	Saúde Infantil Juvenil/ Pediatria	Saúde Materna/ Obstetrícia	Outras Especialidades
	32245	28711	-	-	-	889	-	2321	324	-
Consultas em 2000	Total	Medicina Geral e Familiar/Clinica Geral	Estomatologia	Ginecologia	Ortorrinolaringologia	Planamento Familiar	Pneumologia	Saúde Infantil Juvenil/ Pediatria	Saúde Materna/ Obstetrícia	Outras Especialidades
	35323	31753	-	-	-	1144	-	2157	269	-
Consultas em 2001	Total	Medicina Geral e Familiar/Clinica Geral	Estomatologia	Ginecologia	Ortorrinolaringologia	Planamento Familiar	Pneumologia	Saúde Infantil Juvenil/ Pediatria	Saúde Materna/ Obstetrícia	Outras Especialidades
	36449	32127	-	-	-	1801	-	2248	318	-
Consultas em 2011	Total	Medicina Geral e Familiar/Clinica Geral	Estomatologia	Ginecologia	Ortorrinolaringologia	Planamento Familiar	Pneumologia	Saúde Infantil Juvenil/ Pediatria	Saúde Materna/ Obstetrícia	Outras Especialidades
	25534	23 100	0	0	0	225	0	1 951	258	0

Índice

1ª PARTE.....	1
1 - Introdução.....	2
2 - Metodologia.....	3
3 - Caraterização física do concelho.....	4
2ª PARTE.....	7
1 - Dinâmicas demográficas e sociofamiliares.....	8
1.1 - Enquadramento demográfico do concelho de Montalegre.....	9
1.2 – Evolução da população no concelho de Montalegre.....	10
1.3 – Estrutura etária	13
1.4 – Densidade populacional.....	16
1.5 – Estrutura familiar.....	19
1.5.1 – Famílias clássicas segundo o número de residentes.....	19
1.5.2 – Estado civil da população residente no concelho de Montalegre	20
1.6 – Indicadores demográficos.....	25
1.6.1 – Movimentos naturais da população	25
1.6.2 – Taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de crescimento natural da população.....	27
1.6.3 - Índice de Envelhecimento (IE).....	29
1.6.4 - Índices de dependência	31
1.6.4.1 – Índice de Dependência dos Idosos (IDI)	31
1.6.4.2 - Índice de Dependência dos Jovens (IDJ)	32
1.6.4.3 - Índice de Dependência Total (IDT)	33
1.8 - Síntese conclusiva	37
2 – Habitação	39
2.1 – Evolução do número de alojamentos, edifícios e famílias entre 1991 e 2011	40
2.2 - Edifícios segundo a época de construção	45
2.3 - Edifícios segundo o número de alojamentos e principal uso	46
2.4 – Habitação social	47
2.5 - Síntese conclusiva	50
3 - Caraterização Socioeducativa.....	52
3.1 - Indicadores globais de instrução.....	53
3.2 - Comunidade Educativa	55
3.2.1.Estabelecimento de Ensino Pré-escolar.....	55
3.2.2. 1º Ciclo.....	56
3.2.3. 2º e 3º Ciclos	58
No Concelho de Montalegre verifica-se um aumento considerável da frequência nos cursos PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação). Nos cursos EFA (Educação e Formação de Adultos) no ano lectivo de 2001/2012 frequentaram 19 indivíduos.	60
Ensino Secundário.....	60
3.3 – Ação Social Escolar	62
3.5 - Síntese conclusiva	64
4 – Saúde	66
4.1 – Equipamentos e serviços de saúde.....	67
4.3 – Óbitos segundo a causa de morte	69

4.4 – Indicadores de Saúde.....	70
4.4.1 - Taxa de mortalidade infantil	70
4.4.2 – Indicadores gerais de saúde.....	71
4.5 - Síntese conclusiva	72
5 - Ação Social	74
5.1 – População idosa – equipamentos, serviços e pensões.....	75
5.1.1 – Pensionistas da Segurança Social	78
5.2 – Equipamentos de apoio à infância	79
5.3 – Rendimento Social de Inserção (RSI)	80
5.3.1 – Ações de Inserção no ano de 2012	84
5.4 - População deficiente.....	87
5.5.1 - Tipologia das situações de risco	93
5.6. Síntese conclusiva	96
6 - Caracterização Socio - Económica.....	98
6.1 - Tecido empresarial no concelho de Montalegre.....	99
6.1.1 – Agricultura.....	100
6.1.2 - População agrícola singular	103
6.1.3 - Equipamentos Agrícolas	106
6.1.4 - Síntese conclusiva	107
6.2 – Poder de compra.....	109
6.2.1 - Indicador per Capita	109
6.2.2 – Percentagem do poder de compra.....	112
6.2.3 - Factor dinamismo relativo	115
6.2.4 – Síntese conclusiva.....	118
6.3 - População ativa / inactiva.....	119
6.4 – População empregada	124
6.5 – População residente desempregada	128
6.6 - Síntese conclusiva	132
8 - Justiça	134
8.1 - Índice de criminalidade	135
Anexos	137
Anexo I.....	138
Anexo II.....	148
Anexo III.....	155
Índice	157
Índice Quadros	159

Índice Quadros

1ª PARTE.....	1
2ª PARTE.....	7
1 - Dinâmicas demográficas e sociofamiliares.....	8
Quadro nº1 – Evolução da População Residente, por NUTs	9
Quadro n.º 2 – Variação total da população residente entre 2001 e 2011 no concelho de Montalegre por freguesias.....	12
Quadro n.º 3 – Variação da estrutura etária, entre 2001 e 2011, por NUTs (%).....	14
Quadro n.º 4 – Evolução do número de famílias e da sua dimensão	19
Quadro n.º 5 – Movimentos da população entre 2001/2011	35
Quadro n.º6 – População residente (N.º), Sexo, Local de proveniência (Migrações relativamente a 31/12/2009)	35
Quadro n.º 7 - População residente (N.º) por Local de residência, Sexo, Local de proveniência (Migrações relativamente a 31/12/2009) e Naturalidade (País)	36
2 – Habitação	39
Quadro n.º1 – Alojamentos familiares segundo a forma de ocupação, variação 2001/2011	43
Quadro n.º 2 – Condições de habitabilidade dos alojamentos	44
Quadro nº3 – Tipologia das habitações sociais construídas / em construção	48
3 - Caraterização Socioeducativa	52
Quadro n.º 1 – População residente, nível de escolaridade mais elevado completo.....	53
Quadro n.º 2 – População residente por grupos etários, segundo a qualificação académica	55
Quadro nº3 – Outros Percursos Formativos	60
Quadro n.º 4 – Taxa de retenção e desistência.....	61
Quadro nº5 – Outros Percursos Formativos	62
Quadro n.º 6 – Ação Social Escolar na Educação Pré-escolar e 1º CEB.....	64
4 – Saúde.....	66
Quadro n.º1 – Centro de Saúde e suas extensões.....	67
Quadro n.º2 – Óbitos segundo a causa de morte, de 1996 a 2011	69
5 - Ação Social	74
Quadro n.º 1 - IPSS's sedeadas no concelho de Montalegre	76
Quadro n.º 2 – Pensionistas da Segurança Social.....	78
Quadro n.º 3 – Jardim-de-infância	79
Quadro n.º 4 - Caraterização de todos os beneficiários por idade e sexo a frequentar Ações de Inserção	85
Quadro n.º 5 – Ações de Inserção por áreas no ano de 2012	85
Quadro nº 6- População residente deficiente, segundo o tipo de deficiência e género, por grupo etário no concelho de Montalegre (2001)	88
Quadro nº 7 - População residente deficiente, segundo o tipo de deficiência e género, por grupo etário no concelho de Montalegre	89
Quadro n.º 8 - População residente deficiente, segundo o tipo de deficiência e sexo, por acessibilidade a edifícios e existência de elevador	90
Quadro n.º 9 – População residente com 15 anos ou mais, segundo o tipo de deficiência e sexo, por condição perante a atividade económica	91
Quadro n.º 10 – População residente com 15 anos ou mais, segundo o tipo de deficiência e sexo, por principal meio de vida	92

6 - Caraterização Socio - Económica.....	98
Quadro n.º1 – Número de empresas com sede no concelho e na região segundo CAE2, 2011	99
Quadro n.º2 – Explorações agrícolas com culturas temporárias e permanentes	103
Quadro n.º 3 – População agrícola segundo o tempo de trabalho agrícola.....	105
Quadro n.º4 – Efectivos animais por número de explorações	106
Quadro n.º5 – Número de Equipamentos, Número de Explorações	107
Quadro n.º6 - População residente, com 15 ou mais anos, segundo a condição perante a atividade económica e por sexo no concelho e na região – 2011	121
Quadro n.º 7 - População residente empregada, segundo o grupo de profissões no concelho – 2011	124
Quadro n.º8 - Pessoas ao serviço, por sector de actividade – 1991 / 2001/2011	127
Quadro n.º9 - População residente empregada, segundo o sector de actividade económica e por sexo, por situação na profissão – 2011.....	127
Quadro n.º 10- Taxa de Emprego	128
Quadro n.º11 - População residente, desempregada (sentido lato), segundo condição de procura de emprego e por sexo – 2011	129
Quadro n.º12 - População residente desempregada em sentido lato, segundo grupo etário, 2011 .	130
Quadro n.º 13 - População residente, desempregada, em sentido lato e restrito, segundo a condição de procura de emprego e sexo, 2013	130
Quadro n.º14 - Beneficiários com prestações de desemprego, segundo o sexo e a idade – 2011	132
Quadro n.º15 - Montantes e dias processados de prestação de desemprego – 2011	132
8 - Justiça.....	134
Quadro n.º 1 – Processos-crime	135
Quadro n.º 2 – Número de vítimas de violência doméstica.....	135
Anexos	137
Anexo I.....	138
Anexo II.....	148
Anexo III.....	155
Índice	157
Índice Quadros	159

Índice Gráficos

1ª PARTE.....	1
2ª PARTE.....	7
1 - Dinâmicas demográficas e sociofamiliares.....	8
Gráfico n.º 1 – Evolução da população residente no concelho de Montalegre	10
Gráfico n.º 2 – Densidade populacional, por NUTs, entre 1996 e 2011	17
Gráfico n.º 3 - Densidade populacional, por freguesias em 2001 e 2011	18
Gráfico n.º 4 – Estado civil da população no concelho de Montalegre, por freguesia, em 2011 (%) ...	21
Gráfico n.º 5 – Evolução do n.º de casamentos celebrados e dissolvidos entre 1996 e 2010, em Montalegre	22
Gráfico n.º 6 – Evolução do número de casamentos católicos entre 1998 e 2011	22
Gráfico n.º 7 – Evolução da taxa de divórcio entre 1999 e 2011.....	23
Gráfico n.º 8 – Evolução da taxa de nupcialidade entre 1996 e 2010	24
Gráfico n.º 9 – Evolução da taxa de fecundidade entre 1998 e 2011.....	25
Gráfico n.º 10 – Evolução dos nados vivos, óbitos e crescimento natural no concelho de Montalegre, entre 1996 e 2011	26
Gráfico n.º 11 – Evolução da taxa de natalidade entre 1996 e 2010.....	27
Gráfico n.º 12 – Evolução da taxa de mortalidade entre 1996 e 2010, por NUT	28
Gráfico n.º 13 – Evolução da taxa de crescimento natural, entre 1996 e 2010, por NUTs	28
Gráfico n.º 14 – Evolução do Índice de Envelhecimento entre 1981 e 2011, por NUTs	30
Gráfico n.º 15 – Evolução do Índice de Dependência dos Idosos, entre 2001 e 2011, por NUTs.....	32
Gráfico n.º 16 – Evolução do Índice de Dependência dos Jovens entre 1981, 1991, 2001 e 2011, por NUTs	33
Gráfico n.º 17 – Evolução do Índice de Dependência Total, entre 1991, 1991, 2001 e 2011 por NUTs	34
2 – Habitação	39
Gráfico n.º 1 – Variação do número de alojamentos, edifícios e famílias, entre 2001 e 2011 por NUT's	40
Gráfico n.º 2 – Variação do número de alojamentos, edifícios e famílias, entre 2001/2011.....	42
Gráfico n.º 3 – Número de edifícios segundo a época de construção	45
Gráfico n.º 4 – Edifícios segundo o número de alojamentos e principal uso	46
3 - Caracterização Socioeducativa	52
Gráfico n.º 1 – Taxa de analfabetismo, entre 1981, 1991, 2001 e 2011.....	54
Gráfico n.º 2: Evolução da População Pré-Escolar (2004-2011)	56
Gráfico n.º 3: Evolução da População Escolar (2004-2011)	57
Gráfico n.º 4 – Taxa Bruta de pré-escolarização.....	58
Gráfico n.º 5 – Evolução do número de alunos a frequentar o 2º ciclo.....	59
Gráfico n.º 6 - Evolução do número de alunos a frequentar o 3º ciclo.....	59
Gráfico n.º 7 - Evolução do número de alunos a frequentar o ensino secundário.....	60
Gráfico n.º 8 - Taxa de transição/conclusão do ensino secundário.....	61
4 – Saúde.....	66
Gráfico n.º 1 – Evolução do número total de consultas no Centro de Saúde e suas extensões.....	68
Gráfico n.º 2 – Óbitos segundo causa de morte no concelho de Montalegre, 2011	70
Gráfico n.º 3 – Evolução da taxa média de mortalidade infantil, por NUTs (%)	71
Gráfico n.º 4 – Indicadores gerais de saúde	72
5 - Ação Social	74

Gráfico n.º 1 – Pessoas Residentes segundo o grupo etário, por estatuto da pessoa na família	75
Gráfico n.º 2 – Número de famílias de acolhimento existentes, por freguesia.....	78
Gráfico n.º 3 – Beneficiários do RSI: titulares por sexo.....	82
Gráfico n.º 4 – Beneficiários do RSI em % da População Residente	83
Gráfico n.º 5 – Beneficiários do RSI: titulares por escalão etário	83
Gráfico n.º 6 – Número de famílias de RMG, segundo o tipo de famílias.....	84
Gráfico n.º 7 – Despesa com o pagamento do RSI por tipologia familiar	86
Gráfico n.º 8 – População residente com deficiência, segundo o sexo	87
Gráfico n.º 9 – Crianças e jovens com processo de promoção e proteção, em acompanhamento, por sexo e escalão etário	93
Gráfico n.º 10 – Principais causas de intervenção da CPCJ	94
Gráfico n.º 11 – Entidade sinalizadora.....	94
6 - Caracterização Socio - Económica.....	98
Gráfico n.º1 – Sociedades constituídas em 2011, por atividade económica	99
Gráfico n.º 2 – Superfície agrícola utilizada segundo o número de.....	101
Explorações.....	101
Gráfico n.º 3 – Utilização das terras	102
Gráfico n.º 4 – Produtor agrícola singular segundo o sexo	104
Gráfico n.º5 – População agrícola segundo o grupo etário.....	104
Gráfico n.º 6 – População agrícola segundo o nível de instrução.....	105
Gráfico n.º 7 – Indicador per capita da região do Alto Trás-os-Montes por concelhos.....	109
Gráfico n.º 8 – Indicador per capita da região Norte por regiões	110
Gráfico n.º9 – Indicador per capita nacional segundo regiões NUTs III.....	111
Médio	111
Gráfico n.º 10 – Poder de compra da região do Alto Trás-os-Montes por concelhos	112
Gráfico n.º 11 – Poder de compra nacional segundo regiões NUTs III	113
Gráfico n.º 12 – Poder de compra da região Norte por regiões.....	114
Gráfico n.º 13 – Factor dinamismo relativo da região do Alto Trás-os-Montes por concelhos.....	115
Gráfico n.º14 – Factor dinamismo relativo da região Norte	116
por regiões.....	116
Gráfico n.º 15 – Factor dinamismo relativo nacional por Nuts III.....	117
Gráfico n.º 16 – População residente perante a actividade económica	119
Gráfico n.º 17 – População residente com 15 ou mais anos segundo a condição perante o trabalho e o escalão etário.....	120
Gráfico n.º 18 - População residente, com 15 ou mais anos, por condição perante a atividade económica e por sexo, no concelho e na região – 2011	121
Gráfico n.º 19 – População residente com 15 anos ou mais, segundo a condição perante a actividade económica e sexo – 2011.....	122
Gráfico n.º20 – Taxa de actividade, segundo o sexo no concelho de Montalegre, 1991 e 2001, 2011	123
Gráfico n.º 21 - População residente, com 15 anos ou mais, segundo o principal meio de vida e sexo, 2011.....	123
Gráfico n.º 22 – População residente empregada por sexo – 2012	124
Gráfico n.º 23 – População residente empregada, segundo o nível de instrução.....	126
Gráfico n.º 24 – Taxa de desemprego, segundo o sexo, no concelho, 1991/ 2001/2011	129
Gráfico n.º 25 – População residente, desempregada, segundo nível de instrução, 2012.....	131
8 - Justiça.....	134
Anexos	137
Anexo I.....	138
Anexo II.....	148

Anexo III	155
Índice	157
Índice Quadros	159
Índice Gráficos.....	161